

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIANA MENDONÇA DE ALMEIDA

**Extraterritorialidade psicanalítica na cena social: entre resistências e o
Psicanalismo.**

UBERLÂNDIA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIANA MENDONÇA DE ALMEIDA

**Extraterritorialidade psicanalítica na cena social: entre resistências e o
Psicanalismo.**

Texto de defesa da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Anamaria Silva Neves.

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A447
2024

Almeida, Mariana Mendonça de, 1990-
Extraterritorialidade psicanalítica na cena social:
entre resistências e o Psicanalismo. [recurso
eletrônico] / Mariana Mendonça de Almeida. - 2024.

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.
Coorientador: Anamaria Silva Neves..
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.563>
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Paravidini, João Luiz Leitão, 1961-,
(Orient.). II. Neves., Anamaria Silva, 1969-,
(Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia.
Pós-graduação em Psicologia. IV. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 471, PPGPSI				
Data:	Vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	12222PSI021				
Nome do Discente:	Mariana Mendonça de Almeida				
Título do Trabalho:	Extraterritorialidade psicanalítica na cena social: entre resistências e o Psicanalismo				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Do narcisismo ao mais além do princípio do prazer: sujeito, dor e as figuras da morte				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Fuad Kyrillos Neto - UFSJ; Tiago Humberto Rodrigues Rocha - UFTM; Anamaria Silva Neves, orientadora da candidata. Ressalta-se que todos os membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof. Dr. Fuad Kyrillos Neto participou da cidade de Barbacena - MG, o Prof. Dr. Tiago Humberto Rodrigues Rocha participou da cidade de Uberaba - MG, a Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves e a discente Mariana Mendonça de Almeida participaram da cidade de Uberlândia - MG, conforme a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos, a presidente da mesa, Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves, apresentou a comissão examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos,

conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Anamaria Silva Neves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/08/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fuad Kyrillos Neto, Usuário Externo**, em 27/08/2024, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Humberto Rodrigues Rocha, Usuário Externo**, em 28/08/2024, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5572906** e o código CRC **2732E95D**.

Referência: Processo nº 23117.048738/2024-21

SEI nº 5572906

*Para Lucas, meu filho, por me lembrar o
quanto sou curiosa sobre as coisas do mundo.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIANA MENDONÇA DE ALMEIDA

Extraterritorialidade psicanalítica na cena social: entre resistências e o Psicanalismo.

Texto de Defesa da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Banca Examinadora

Uberlândia, 26 de agosto de 2024.

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini.

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^a. Dr^a. Anamaria Silva Neves. (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Fuad Kyrillos Neto (Examinador)

Universidade Federal de São João del-Rei – São João del-Rei, MG

Prof. Dr. Tiago Humberto Rodrigues Rocha (Examinadora)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba, MG.

Prof^a. Dr^a. Isabel Kahn Marin (Examinador Suplente)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, SP

UBERLÂNDIA

2024

AGRADECIMENTOS

Desejei muitas coisas na vida, mas poucas foram as que eu quis mais do que esse mestrado. Ah, como eu quis estar aqui! Agradeço a meus pais, Erilda e Sebastião, pelo apoio e incentivo de sempre e por serem porto seguro ao qual recorro para acreditar que é possível conquistar o que desejo. Agradeço ao meu irmão Sebastião, Andressa e ao meu sobrinho Henrique pelo carinho e apoio.

Agradeço a meu grande amor e amigo Marcelo, que segura minha mão durante essa caminhada e sempre me lembra de que sou maior do que me vejo. Nossa semente brotou e trouxe a vivência mais incrível da minha vida: a maternidade. Ao Lucas dedico todo esse trabalho, por ter me feito florescer e entender o quão forte posso ser. Seu olhar de criança reacendeu o meu!

Dos bons encontros da vida, muitos a vida me reservou no mestrado. Gostaria de agradecer ao professor João Luiz Leitão Paravidini por ter embarcado no meu ímpeto curioso e principalmente por ter me oferecido mais perguntas do que respostas. Minha admiração pelo seu trabalho e pela maneira leve e gentil que conduziu minha orientação. Cresci imensamente a partir da sua generosidade e carregarei para sempre seu nome como um grande mestre em minha caminhada. Agradeço a professora Anamaria pela parceria, palavras gentis, pelo olhar acolhedor e pelas boas risadas que partilhamos nessa trajetória. Em sua companhia, sinto a brisa leve de um bate papo com cheiro de café e afeto.

E por falar em afeto, meu agradecimento a minhas Beloveds: Dayane, Lídia, Maria Clara e Ana Carolina. Tenho em vocês o porto seguro para as horas de angústia e de frenesi nesse processo. De tudo de bom que o mestrado me ofertou, com certeza, vocês representam o mais importante.

Como é potente encontrar quatro mulheres trilhando esse caminho. Com vocês foi possível transformar “o ribeirão em braço de mar”. Afeto, café, risadas, abraços e o exercício de fazer presença na distância. Sem vocês não teria graça! Obrigada por tudo!

Agradeço a minhas queridas amigas Lídia Moreira, Mariana Anchieta e Daiara Rocha pelo apoio e amor que me oferecem sempre, amo vocês! Agradeço a minha querida amiga e parceira de PPGPSI/UFU Amanda Gonçalves pela partilha de todos os momentos. Lutamos juntas e iremos conquistar juntas!

Impossível não olhar para trás e reconhecer a gratidão que tenho por aqueles que cruzaram meu caminho e me inspiraram a chegar até aqui. Agradeço aos meus sogros e padrinhos Aparecida e Edinaldo pelo apoio e suporte em todo esse processo.

Agradeço a Shnaider Alves por ter sido aquela que me fez, me faz e sempre me fará encantar pela psicanálise. Agradeço a minha analista Margarete Domingues pela escuta generosa e pela supervisão de meu projeto de pesquisa. Você foi essencial para que eu chegasse ao mestrado, obrigada. Aproveito também para agradecer aos professores Fuad Kyrillos Neto e Tiago Humberto Rodrigues Rocha pela generosidade das contribuições ao meu trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles que no decorrer da vida me inspiraram pela simplicidade do olhar curioso e amor pelo saber! E sobre a curiosidade, sigo curiosa, pois como Milton Nascimento me ensinou: “*quem sabe isso quer dizer amor, estrada de fazer o sonho acontecer!*” E aconteceu.

RESUMO

A psicanálise, conhecida por sua natureza subversiva, resistiu, mas também se adaptou em tempos de ameaça às liberdades individuais. Sob o apagamento intencional da cena sociopolítica, ela é alocada na extraterritorialidade social atrelada ao Psicanalismo. Em meio a articulações políticas, ideológicas e silenciamentos, partimos dos primórdios da psicanálise até sua instalação no Brasil e seu *boom* durante a Ditadura Civil-Militar. Realizamos uma pesquisa histórica fundamentada pelo método psicanalítico, aplicado na interpretação e articulação de fatos históricos com o presente. Entre resistências e psicanalismo, exploramos os posicionamentos da SBPSP, SPBRJ e SPRJ no período 2016-2023, a partir de acontecimentos que vulnerabilizaram a democracia. Categorizamos o objeto em: Impeachment em 2016, Eleições de 2018, Eleições de 2022 e Ataques aos Três Poderes em 2023. Analisamos publicações online das sociedades e percebemos a vigência da neutralidade e do apoliticismo na manutenção do *establishment*. Em 2016, as sociedades se manifestaram através da universidade, escamoteando-se no engajamento político universitário, evidenciando sua extraterritorialidade sociopolítica. Os manifestos de 2018, apontam um empobrecimento crítico e o encobrimento da implicação política da psicanálise na defesa da democracia como prerrogativa de liberdade. Em 2022, a neutralidade reverberou em comentários de objeções à imparcialidade institucional e acusações de partidarismo e quebra da neutralidade. Em 2023, os pronunciamentos aumentam, provavelmente motivados pela blindagem apartidária após o encerramento das eleições. Concluimos que a extraterritorialidade e o Psicanalismo permeiam o campo psicanalítico através da neutralidade, que é inquestionavelmente o representante ideológico pelo qual a psicanálise garante a conformidade apolítica de sua prática.

Palavras-chave: Extraterritorialidade social, Psicanalismo, Instituições, Política, História da Psicanálise.

ABSTRACT

Psychoanalysis, known for its subversive nature, not only resisted but also adapted during times of threat to individual freedoms. Despite intentional erasure from the sociopolitical scene, it remains associated with social extraterritoriality within Psicanalismo. Amid political, ideological, and silencing dynamics, we traced the origins of psychoanalysis to its establishment in Brazil and its *boom* during the Civil-Military Dictatorship. Our historical research was grounded in the psychoanalytic method, applied to interpret and connect historical facts with the present. Between resistance and Psicanalismo, we explored the stances of SBPSP, SPBRJ, and SPRJ from 2016 to 2023, focusing on events that impacted democracy. We categorized our study into four key moments: the 2016 impeachment, the 2018 elections, the 2022 elections, and the 2023 Attacks on the Three Powers. Analyzing online publications by these societies, we observed the persistence of neutrality and apoliticism in maintaining the establishment. In 2016, the societies expressed themselves through universities, concealing their sociopolitical engagement and highlighting their extraterritoriality. Manifestos from 2018 reveal critical impoverishment and the masking of psychoanalysis' political implications in defending democracy as a fundamental right. In 2022, neutrality sparked objections to institutional impartiality and accusations of partisanship. By 2023, pronouncements increased, likely due to post-election apolitical shielding. Our conclusion: extraterritoriality and Psicanalismo coexist in the field through unwavering neutrality, which unquestionably represents the ideological conformity of psychoanalytic practice.

Keywords: Social extraterritoriality, Psicanalismo, Institutions, Politics, History of Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ROBERT CASTEL: EXTRATERRITORIALIDADE E PSICANALISMO	21
3 SOBRE O INÍCIO DA PSICANÁLISE: a política como alinhavo da técnica...	31
3.1 A PALAVRA CARISMÁTICA DO ANALISTA NA CENA SOCIAL.....	53
3.2 ENTRE NEUTRALIDADES E O APOLITICISMOS: a extraterritorialidade da cena social.....	58
4 PSICANÁLISE E BRASIL: a política como laço e nó.	64
5 SOBRE O SILENCIAMENTO INSTITUCIONAL PSICANALÍTICO: Casos Amílcar Lobo (SPRJ) e Marcelo Vinãr (SBPSP).	73
5.1 CASO AMÍLCAR LOBO: o psicanalista em pele de Dr. Carneiro	77
5.2 CASO MARCELO VINÃR E A SBPSP: o silêncio dos não tão inocentes.	81
6 O PSICANALISTA NA CENA SOCIAL ATUAL BRASILEIRA	84
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

1 INTRODUÇÃO

*“Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar.”*
Timoeiro - Paulinho da Viola

Experimentei a angústia de caminhar para além dos sentidos já estabelecidos, rumo ao que me intrigava enquanto pesquisadora. Caminhar rumo àquilo que intriga não é tarefa fácil. Merleau-Ponty (1945/1999) sugere que é a partir de uma ideia que se posiciona como "fala falante", ou seja, em contínua oposição à "fala falada", que é possível extrair novos significados. Existem modos de significar as nossas vivências que podem ser substituídos e reelaborados conforme entrelaçamos seus novos sentidos (Furlan, 2008). Ao nos expormos ao que não conhecemos, enfrentamos uma sensação de vulnerabilidade que faz parte de toda pesquisa autêntica, e repetir um conhecimento já estabelecido pode ser uma forma de escapar da angústia, mas, além de infrutífera, tal atitude bloqueia a curiosidade e é entediante (Furlan, 2008).

Meu desejo como pesquisadora se manifestou (e se manifesta) no processo árduo de conseguir articular objetos que sempre permearam minhas falas e tentativas de escrita: psicanálise, política e história. No gaguejar incessante de minhas falas durante as reuniões de orientação, a história das clínicas populares de psicanálise me capturou, sinalizando que finalmente eu tinha encontrado o fio da minha meada. Em muitas orientações, eu chegava muito perto da problemática das relações de poder institucionais, mas confesso que falar das instituições psicanalíticas me dava um pouco de medo.

Iniciei minhas leituras a partir de textos de Florent Gabarron-Garcia, Elizabeth Ann Danto, Fuad Kyrillos Neto, Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira e Rafael Alves Lima e, em meio ao que eu apreendia sobre a outra história da psicanálise, me deparei com o

conceito de Psicanalismo do sociólogo Robert Castel. Castel faz uma crítica contundente ao movimento de analistas e instituições psicanalíticas que se colocam na cena social como replicadores dos discursos ideológicos dominantes e, portanto, produtores de mal-estar.

Mas, por que Castel? Durante diversos momentos, fui questionada sobre a razão de me apoiar em um campo sociológico e, portanto, fora da seara psicanalítica. Somente ao final do meu percurso foi possível responder a essa indagação. Percebi que, diante do receio de adotar uma escrita crítica à estrutura psicanalítica, por me considerar externa a ela, uma vez que não sou filiada a nenhuma instituição, foi justamente a partir da leitura de Robert Castel, um crítico ávido e construtivo de fora do campo, que encontrei coragem. A partir de suas obras, meu objeto de pesquisa ganhou forma, e assumi, com determinação, meu desejo audacioso de construir uma pesquisa que englobasse meu posicionamento crítico sobre as relações de poder institucionalizadas na psicanálise. Assim, meu objeto de pesquisa nasceu.

O pesquisador parte de um interesse prévio e de um referencial teórico que lhe possibilitam formular um problema de pesquisa. Com base nisso, ele propõe uma hipótese de trabalho e delimita seu objeto, ainda que este possa ser modificado e definido a posteriori (Coelho & Cunha, 2021). É só após o trabalho de elaboração do material coletado no levantamento bibliográfico e do atrelamento entre o que foi encontrado e suas possíveis conjugações com a cena escolhida no recorte de campo que conseguimos captar o caminho percorrido e o alcance do que foi produzido perante a hipótese inicial.

O pesquisador opera com uma escuta flutuante de seu objeto, ou seja, o caminho se constrói ao caminhar. Somente agora consigo perceber a trilha percorrida até que eu determinasse o objeto e o recorte de campo que utilizaria. Furlan (2008) aponta que, quando se busca superar os sentidos já estabelecidos, o desafio é de uma natureza diferente. A teoria e a observação dos fenômenos se influenciam mutuamente, criando o objeto de pesquisa, que não

é pré-definido, mas construído na e pela transferência (Rosa, 2004). O pesquisador escolhe o objeto de pesquisa ou o objeto é quem encontra o pesquisador?

Meu contato com o livro *O Psicanalismo*, de Robert Castel, foi imprescindível para o desenvolvimento das questões que nortearam essa pesquisa. Castel oferece uma visão crítica efetuada de fora do campo psicanalítico. O *Psicanalismo* me orienta na construção da crítica à psicanálise como reprodutora de um discurso hegemônico e desperta em mim o interesse de seguir a pesquisa em direção aos efeitos da extraterritorialidade dos analistas. Para Castel a extraterritorialidade do analista é operada a partir do imperativo de neutralidade e apoliticismo.

A partir do desconhecimento programado da cena social, com a intenção de deixá-la fora do escopo de trabalho do analista, a psicanálise rompe com sua verve progressista e subversiva. Sob o imperativo científico do apoliticismo, aponta em direção à manutenção do status quo, encontrando brechas para garantir sua sobrevivência em tempos de vulnerabilidades democráticas. No segundo capítulo deste trabalho, apresentaremos Castel e abordaremos de maneira mais complexa seus conceitos de extraterritorialidade e psicanalismo, e como esses se articulam ao objeto de pesquisa.

A escuta flutuante me ajudou muito no caminho até o encontro com meu objeto. Ela se faz presente nas perguntas que elaboro nos momentos de angústia, quando me deixo atravessar pelas leituras que realizo. Construí uma nuvem de palavras com os termos que se mostravam profícuos ao meu interesse de investigação. Nesta nuvem constam os seguintes temas: psicanálise, normativas, ato psicanalítico, política, poder, reguladores do gozo, discursos lacanianos, assujeitamento em nome da lei, dinâmicas do poder, desautorização, produção de assujeitamento, psicanálise e o impossível de legislar, regulamentação da psicanálise, os impossíveis para Freud, psicanalismo, formação do analista, clínicas populares, o analista nas redes, psicanálise na cena pública e extraterritorialidade.

Quando retomo as anotações, consigo captar o caminho que trilhei no recorte do meu objeto e experimento a sensação de estar em uma posição de terceiro em relação aos materiais que produzi para minha pesquisa (Coelho & Cunha, 2021). Nesta etapa, o pesquisador observa elementos que escaparam à primeira escuta e pode se questionar sobre si mesmo e revisar o que se passava ali de modo transferencial (Coelho & Cunha, 2021).

A angústia é companheira do pesquisador em psicanálise e este deve saber operar com ela a fim de que se produza um modo de pensar que valorize a abertura à experiência e a escuta flutuante do fenômeno, mesmo que venha a se sentir vulnerável (Furlan, 2008). Trata-se de vivenciar o que Deleuze e Guattari (1995/1980) chamam de difícil processo de gaguejar em sua própria língua, isto é, de operar com a angústia frente ao não saber sobre o que se quer saber no trabalho de pesquisa.

O método de pesquisa não é definido a priori, isto é, vamos delimitando-o à medida que nos aproximamos do recorte do objeto. Em um artigo sobre a pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais, Rosa e Domingues (2010) apresentam uma ideia que se aproxima do meu percurso de pesquisa e me inspiraram a planejar meus próximos passos. As autoras postulam que, em uma pesquisa psicanalítica, o conhecimento é produzido a partir dos discursos e, a partir do percurso de pesquisa, se faz possível interromper a propagação de normas e de idealizações através da transposição do objeto a diferentes contextos e histórias que se encontram desarticulados da narrativa oficial. Para Rosa (2004), a escuta psicanalítica é transgressora em relação aos fundamentos da organização social: dessa escuta não se sai isento, escuta-se de um lugar que rompe barreiras de um sujeito indicado a partir de seus predicados.

Iniciei minha escrita a partir da análise histórica dos entrelaçamentos políticos que permearam a psicanálise em sua fase inaugural, com o objetivo de elucidar a extensão da influência política na formação de sua teoria, técnica e método. Reconhecida por sua natureza

subversiva desde a origem, a psicanálise não apenas emergiu como um bastião de resistência, mas também manifestou sua capacidade de exercer poder em contextos nos quais o fascismo e regimes autoritários ameaçavam as liberdades individuais. Checchia (2020) afirma que, a partir da autoridade simbólica, o analista exerce poder, ou seja, através de sua escuta, potencializa a capacidade de simbolização dos sujeitos, fazendo com que eles literalmente possam mais.

A psicanálise produz um saber que pode se estabelecer como um vetor de resistência diante da ascensão de regimes que tolhem a liberdade. Ao se dedicar às narrativas individuais, ela se contrapõe à tendência de homogeneização dos sujeitos, característica de instituições como o Exército, a Igreja, os partidos políticos e, conforme Laurent (1999) aponta, até mesmo certas sociedades psicanalíticas. Ainda segundo Laurent, o analista é aquele que auxilia na mediação entre as normativas coletivas e a singularidade dos sujeitos, e o faz quando atua de maneira interveniente no debate sobre a democracia. Assim, a psicanálise transcende sua função tradicional no âmbito cultural e se torna imperativa uma intervenção ativa no campo político, como resistência.

O problema de pesquisa sobre o qual nos debruçamos foi: como as instituições ipeístas no Brasil lidaram com as prerrogativas de neutralidade e apoliticismo a partir dos acontecimentos políticos que, desde 2016, colocaram o nosso país em uma situação de vulnerabilidade democrática?

O recorte do objeto de análise contempla as comunicações oficiais das seguintes sociedades IPA no Brasil: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro e Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. O poder da IPA reside na influência que ela exerce sobre outras instituições, desempenhando o papel de guardião, assegurando que os padrões de formação sejam mantidos e que a obtenção do título de psicanalista seja rigorosa, seguindo o preciosismo de Freud. Nesta pesquisa, a IPA se destaca

por partirmos da análise histórica da institucionalização da psicanálise no Brasil a partir das sociedades reconhecidas pela IPA, implementada pioneiramente no eixo Rio-São Paulo. É inegável que as demais instituições psicanalíticas (lacanianas, entre outras) também apresentam suas interlocuções com a extraterritorialidade e o psicanalismo, contudo, sua inserção histórica se dá a partir de outra arquitetura. A apresentação e análise dessa trajetória particular nos demandaria tempo e um fôlego de escrita que superaria o escopo de uma pesquisa de mestrado.

Castel (1978) alerta sobre a importância de analisarmos as instituições psicanalíticas como um novo mecanismo de regulação social que testemunhamos surgir, mesmo que encoberto pelos encantos dos oráculos do inconsciente. As instituições psicanalíticas, tanto aquelas filiadas à IPA quanto as de orientação lacaniana, podem ser compreendidas como aparatos de controle social, exercendo influência significativa sobre a prática e a teoria psicanalítica. A estrutura hierárquica e a dinâmica mestre-discípulo que caracterizam essas instituições garantem a perpetuação de normas e práticas específicas, funcionando como mecanismos de regulação e disciplina dentro do campo psicanalítico (Castel, 1978). Esse controle se manifesta desde a seleção e formação de novos analistas até a regulamentação de parâmetros de neutralidade que, por sua vez, moldam o discurso psicanalítico e sua aplicação social.

O presente trabalho, no que tange às questões metodológicas, constitui-se como uma pesquisa histórica fundamentada pelo método psicanalítico. O método psicanalítico será utilizado e aplicado por meio da interpretação e articulação de fatos históricos e ideias que me atravessaram durante o levantamento bibliográfico e que dialogam com as questões-problema da pesquisa.

Partiremos da história dos primórdios da psicanálise na Viena do século XIX, chegando à institucionalização da psicanálise no Brasil, no eixo Rio-São Paulo, e à relação da psicanálise

com o regime ditatorial civil-militar a partir da análise dos casos Amílcar Lobo e Marcelo Vinãr. A análise desses recortes históricos serão utilizados como embasamento para a discussão a respeito do trânsito da neutralidade no posicionamento político das instituições escolhidas para a análise da cena contemporânea (SBPSP, SBPRJ e SPRJ).

A consequência direta da perspectiva metodológica escolhida é a extrema importância da análise do contexto histórico até a cena contemporânea e nosso problema de pesquisa. Assim sendo, no terceiro capítulo, nos dedicaremos à trajetória histórica da psicanálise desde seus primórdios até os anos 1930, quando, em decorrência da ascensão do nazismo na Europa, a psicanálise se vê impelida à mudança, estabelecendo a neutralidade política e ideológica como meio de “blindar” a psicanálise dos efeitos destrutivos do Terceiro Reich (Gabarron-Garcia, 2020).

O caminho metodológico escolhido foi pesquisar a história da psicanálise narrada a partir de biografias e textos que não coadunam com as hagiografias e colocam o social e a política em cena nas instituições psicanalíticas e na prática. Quando me refiro a outra história, destaco que escolhi referenciais que trazem a psicanálise para a cena social e que não negam em suas narrativas a interlocução da política na teoria, técnica e método psicanalítico. Aliás, nesta pesquisa, nos interessam as narrativas que trazem ao centro figuras e histórias que se viram marginalizadas pela história oficial. Nesse caminho, adoto uma posição crítica à historiografia hagiográfica da psicanálise.

Cabe destacar que a metodologia de uma pesquisa histórica tem suas semelhanças com a clínica psicanalítica (Santos, 2016). Santos (2016) aponta que Freud, em seu texto “Construções em Análise” (1937/1996), indica que o analista precisa superar os impasses inerentes ao processo de rememoração. Ainda segundo o autor, a criação de uma narrativa

histórica também envolve a construção de um percurso a partir de elementos pontuais, como arquivos e lembranças, em vez de uma simples reconstituição factual.

Santos (2017) destaca que, mais do que o próprio ato histórico, o que realmente importa é o movimento da memória que o recorda e o traz para o presente do historiador. A autora cita o trabalho do historiador Walter Benjamin, para quem a história não existiria sem uma teoria da memória, e cuja importância de Freud em suas formulações é relevante. Walter Benjamin sugere que parte dos entraves da história pode ser compreendida por meio da análise dos rastros e restos deixados, cabendo ao historiador estar atento aos detalhes, observar as relações entre as coisas, questionar algumas hierarquias tradicionais e se tornar um catador de restos da memória das coisas (Santos, 2017).

O rastro da narrativa passada, o rastro da história que ainda está por se transformar e o rastro do que foi no tempo que chamamos de passado (Santos, 2017) são todos observados a partir do presente, e é nesse tempo de agora que lançamos nosso olhar sobre os vestígios históricos percorridos nesta pesquisa. Hartog (2013) aponta que, ao aprofundarmos o questionamento histórico, exploramos as relações com o tempo, criando um movimento de ida e volta entre o presente e o passado, considerando múltiplos passados que, por vezes, são distantes tanto temporal quanto espacialmente. Ainda segundo Hartog (2013), essa abordagem, caracterizada como um “regime de historicidade”, permite aos historiadores analisar a complexidade temporal e suas implicações na história presente. Assim sendo, no presente trabalho, consideramos que a história permanece em trânsito constante, e é preciso colocar os problemas em análise dentro do regime de historicidade.

No quarto capítulo, apresentaremos a perspectiva histórica da implementação da psicanálise no Brasil. Nos dedicaremos à história da psicanálise no Brasil, em um contexto de institucionalização referenciado pela IPA. Nosso percurso histórico abordará a

institucionalização da psicanálise e sua afinidade com o projeto do “homem brasileiro” até as relações espúrias da SPRJ e SBPSP com o regime militar no Brasil.

Mais uma vez, o regime historiográfico será imprescindível para chegarmos a dois acontecimentos históricos que evidenciam a relação da psicanálise com a política, a partir do apoliticismo e seu consequente silenciamento, intrínsecos ao psicanalismo: o caso Amílcar Lobo (SPRJ) e o caso Marcelo Vinãr (SBPSP). Castel (1978) afirma que a psicanálise é um sistema prodigioso de produção ideológica, o que resultou em uma influência decisiva em sua história ao promover um apagamento de sua história, incorporando o impacto sociopolítico em uma leitura analítica.

No quinto capítulo, nos dedicaremos à análise do objeto da pesquisa, a fim de trabalharmos nossa hipótese de que as instituições psicanalíticas são permeadas pelo contexto político contemporâneo. Faremos uma análise crítica da atuação de três sociedades de psicanálise brasileiras (SBPSP, SPRJ e SBPRJ) frente aos desafios sociais atuais, considerando os eventos políticos a partir de 2016, que têm ameaçado a integridade do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Dentro desse escopo, classificamos os fenômenos a partir dos seguintes marcos temporais: impeachment de Dilma em 2016, eleições presidenciais de 2018, eleições presidenciais de 2022 e ataques terroristas aos Três Poderes em Brasília em 2023. Nossa análise terá como objeto as publicações destinadas ao público geral, divulgadas online pelas sociedades de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, no último recorte, os ataques de 2023, optamos por incluir todas as comunicações oficiais emitidas pelas associações filiadas à IPA. Essa escolha se justifica pela análise do fenômeno da significativa ampliação das comunicações. Para cada recorte de análise, escolhemos diferentes chaves de leitura. As chaves de leitura foram determinadas a partir da análise das comunicações, no fluxo entre a extraterritorialidade e o

psicanalismo, a partir do imperativo da neutralidade e do apoliticismo. Buscamos capturar como esses tensionadores da pesquisa apareceram na intersecção da cena institucional analítica e a cena social.

Para o primeiro recorte (impeachment de Dilma em 2016), nossa análise se dedicará ao fato de que a comunicação parte do contexto universitário, um território considerado neutro para a emissão de posicionamentos políticos. No segundo recorte, a chave de leitura que norteará nossa análise será a repetição dos significantes "democracia" e "liberdade" nas comunicações sobre o pleito eleitoral de 2018. Discutiremos o conteúdo manifesto desses posicionamentos, problematizando a relação que a psicanálise tem com um estado democrático que não é garantidor de liberdade. No terceiro recorte (eleições de 2022), nossa análise se dedicará à relação das comunicações com o imperativo de neutralidade e apoliticismo. Além disso, discutiremos os efeitos dos comentários emitidos pelos seguidores das páginas oficiais, revelando perfis de apoiadores do bolsonarismo. No quarto e último recorte, analisaremos as comunicações sobre os ataques a Brasília em 8 de janeiro de 2023, tensionando o fato de que quase todas as instituições filiadas à IPA se manifestaram sobre o ocorrido. Assim, discutiremos os efeitos dessa ampliação, assim como o que ainda reverbera nessas comunicações dentro do campo repetitivo do discurso.

Este estudo se dedica à análise do fluxo e refluxo do analista entre a cena privada dos sujeitos e a cena social. Utilizaremos a historiografia como base de sustentação metodológica e operaremos a partir de dois tensionamentos conceituais: a extraterritorialidade e o psicanalismo. Os conceitos de Robert Castel nos apoiarão na abordagem da política institucional psicanalítica e na análise de suas dinâmicas políticas e de poder. Em épocas marcadas por governos fascistas e autoritários, verifica-se que determinadas instituições abandonam suas posturas de neutralidade e assumem um papel ativo na esfera social, seja através da resistência ou da promoção do psicanalismo.

Por fim, destacamos a questão transferencial com o tema como um último norteador da escrita. Há uma transferência de trabalho estabelecida com o objeto de pesquisa no que tange à questão política e seus aspectos históricos. O psicanalista-pesquisador, mesmo em pesquisas teóricas, lança mão da empiria para orientá-lo no campo ético da psicanálise, visando alcançar o recorte que o trabalho de transferência o levou (Castro, 2010). O processo transferencial guia toda a feitura da pesquisa, uma vez que o sujeito do inconsciente está presente em qualquer enunciado, moldando e delimitando todo discurso por meio da enunciação que o transcende, refletindo sua articulação à libido e ao campo simbólico (Rosa, 2004).

2 ROBERT CASTEL: EXTRATERRITORIALIDADE E PSICANALISMO

*“Para quem quer me seguir
Eu quero mais
Tenho o caminho do que sempre quis
E um Saveiro pronto pra partir
Invento o cais
E sei a vez de me lançar”*
Cais – Milton Nascimento

Robert Castel foi um renomado sociólogo francês, nascido em 1933 na cidade de Brest, localizada no extremo oeste da França. Iniciou sua formação acadêmica em Filosofia. Contudo, influenciado por Pierre Bourdieu, redirecionou seu foco para o estudo das Ciências Sociais. Durante sua carreira acadêmica, liderou o Centro de Estudos dos Movimentos Sociais do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica) em Paris (Wolfart, 2013).

Castel dedicou sua carreira à análise das consequências do trabalho assalariado sobre as relações sociais e o indivíduo contemporâneo, destacando o surgimento de um cenário marcado pela precariedade, flexibilização e desemprego (Wolfart, 2013). Também se dedicou à elaboração de análises sociológicas das instituições psiquiátricas e psicanalíticas e sua relação com o discurso ideológico dominante no âmbito social e da saúde mental. Suas principais obras sobre a interlocução social da Psiquiatria e da Psicanálise são: *O Psicanalismo* (1978) e *A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo* (1978). Essas obras investigam as dinâmicas históricas e institucionais da psiquiatria e da psicanálise, abordando de maneira crítica as consequências sociais e políticas dessas práticas tanto dentro das instituições quanto em um panorama externo a elas.

Da mesma forma que Castel desenvolveu um trabalho crítico sobre a psicanálise, outros teóricos também o fizeram. Um aspecto notável que antecipa os desafios enfrentados pela psicanálise para revisar criticamente sua teoria e prática, bem como seus impactos sociais, é que as críticas mais incisivas tendem a surgir não de dentro do próprio campo, mas de

intelectuais de outras áreas do conhecimento. Essas reflexões críticas, oriundas de disciplinas distintas, oferecem perspectivas valiosas e enriquecem o debate sobre o papel social da psicanálise. No entanto, tais contribuições nem sempre são acolhidas positivamente no meio psicanalítico, onde frequentemente são reinterpretadas, dentro do caráter extraterritorial da outra cena, como resistência.

Fontes (2014) ressalta em seu trabalho os principais críticos da Psicanálise, incluindo figuras notáveis como os filósofos Karl Popper e Adolf Grünbaum, os psicólogos Frank J. Sulloway e Malcolm Macmillan, o psiquiatra e historiador Henri F. Ellenberger e o cientista político Paul Roazen. Bremlit (2006) também aponta a importância das críticas empreendidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari, que não se restringem à crítica da extraterritorialidade entre psicanálise, ideologia e poder, mas abrangem a relação intrínseca da psicanálise e seu objeto como elementos centrais na geração da subjetividade capitalista e o conceito de “homem íntimo”.

Os conceitos de Psicanalismo e Extraterritorialidade Social, presentes na obra *O Psicanalismo* (1978) de Robert Castel, são cruciais para a análise crítica do papel das instituições psicanalíticas na conjuntura social abordada neste estudo. As discussões acerca das interações entre poder, política e psicanálise conduziram o presente trabalho à análise das instituições psicanalíticas e sua inter-relação com o contexto político-social ao longo da história. Nesse âmbito, Castel constrói críticas muito contundentes sobre o potencial de adequação da psicanálise ao discurso ideológico vigente, apontando as instituições psicanalíticas como um aparelhamento de replicação ideológico-político.

O Psicanalismo e a Extraterritorialidade Social constituem o eixo central desse trabalho e, a partir da abertura ao campo crítico à psicanálise, as críticas tecidas por Castel ganharam relevância nas questões de pesquisa aqui investigadas. Portanto, justifica-se a elaboração de um

capítulo dedicado à contextualização e explanação desses conceitos, os quais são imprescindíveis para o entendimento da trajetória analítica dos objetos de estudo desta pesquisa.

Em sua obra *O Psicanalismo* (1978), Castel propõe uma reinterpretação do aparelhamento intra-analítico, pautada na análise crítica da psicanálise, a partir de sua institucionalização, como instrumento político de controle social. Argumenta que a psicanálise incorpora e reproduz, tanto em sua teoria quanto em sua prática e estrutura institucional, os preceitos da ideologia política dominante de seu tempo. Castel afirma que, dentre as principais ilusões a serem combatidas em seu estudo, está a crença no caráter revolucionário da psicanálise e a análise detida da inserção sociopolítica da psicanálise mediante sua posição extraterritorial, na qual “o discurso inconsciente fagocita tudo” (Castel, 1978, p. 8).

Segundo Segnini (2013), Castel advertia que a análise sociológica do presente demanda uma compreensão profunda do passado e, desafiando as ortodoxias estabelecidas, se baseou em cientistas sociais de variadas perspectivas teóricas, tais como o sociólogo Émile Durkheim e o historiador Fernand Braudel. Castel sublinhou a relevância do resgate histórico e da reconstituição da gênese dos fenômenos sociais para a compreensão das transformações sociais contemporâneas, argumentando que tal abordagem era essencial para captar as dinâmicas complexas e multifacetadas que caracterizam a sociedade atual (Segnini, 2013). Portanto, em seu trabalho crítico às instituições psicanalíticas, Castel destaca a importância do resgate histórico e aponta que há, no meio psicanalítico, uma cegueira em relação à história da psicanálise e uma enorme resistência à mudança (Castel, 1978). Segundo Castel:

Não existe - e voltaremos a isso - nenhuma história real da psicanálise enquanto movimento social, somente uma hagiografia psicanalítica, retratos de ancestrais, anedotas edificantes, reconstruções tecnicamente escrupulosas do auto encadeamento das descobertas, contabilidade obsessiva dos erros e desvios em

relação à pureza teórica. Para os analistas, o acontecimento só tem sentido enquanto signifique dentro e para a doutrina constituída, a história não passando ora de uma epifania da verdade psicanalítica, ora de contingências maçantes a criar obstáculos ao seu auto engendramento (Castel, 1978, p. 17).

Flores (2021) reforça que a psicanálise se incorpora ao mundo através de sua ética e que, a partir de sua configuração como produto histórico, assume lugar privilegiado dentre as instituições de controle social, o que é denunciado por Castel em seu conceito de Psicanalismo. Para Castel (1978), há um desconhecimento intencional do contexto social na cena analítica e a negação deliberada do social influencia todos os estratos onde o discurso do inconsciente exerce impacto social. Nesse sentido, transcende uma mera manobra terminológica para nomear o escopo da psicanálise; ele afeta, permeia e se infiltra na relação intrínseca e fundamental entre o processo analítico e certos mecanismos da ideologia dominante (Castel, 1978). Caracterizado pelos “maus usos” da teoria e técnica psicanalítica, o Psicanalismo é essencial para entender as dinâmicas subjacentes à prática psicanalítica, principalmente no que diz respeito ao seu ordenamento institucional.

Castel destaca que o Psicanalismo é uma consequência da práxis psicanalítica, isto é, um produto. Seria então um movimento da psicanálise de projetar para fora da cena analítica as influências e impactos de um mal-estar sociopolítico do qual ela é simultaneamente produto e produtora (Castel, 1978). O autor reitera que a psicanálise é um sistema prodigioso de produção ideológica, o que resultou em uma influência decisiva em sua história ao gerar efeitos que transcendem o ideológico (a partir do saber sobre a radicalidade inconsciente dos sujeitos) ao mesmo tempo em que se camufla sua ideologia política nos discursos de analistas, incorporando o impacto sociopolítico em uma leitura analítica (Castel, 1978).

Um ponto importante a ser destacado é que Castel não faz uma crítica generalizada à psicanálise, mas faz objeções sobre aspectos tanto teóricos quanto práticos que demonstram que há um encobrimento de questões sociopolíticas (Flores, 2021). Mediante o fato de a psicanálise não assumir uma visão clara e implicada das questões sociopolíticas, Castel postula que uma revolução psicanalítica na história da sociedade seria pautada em uma perspectiva idealista e que, apesar de sustentar a crença em uma revolução contínua impulsionada pelo inconsciente, internamente ela é assombrada pela perspectiva de ser uma prática burocratizada (Castel, 1978).

A revolução proposta pela psicanálise se assenta em sua perspectiva subversiva, na medida em que aponta a radicalidade inconsciente do sujeito. No entanto, Flores (2021) afirma se tratar de uma revolução que tende a deixar as estruturas sociais inalteradas, sem questionar ou sequer abordar a repressão enquanto ferramenta de controle social. Ainda segundo o autor, o posicionamento da psicanálise na cena social é orquestrado pela corrente institucional tradicional, representada pelo movimento psicanalítico internacional, que frequentemente evita a discussão conceitual sobre tópicos sociopolíticos. Contudo, a negação das questões políticas na intenção de garantir uma postura neutra e apolítica não muda o fato de que a psicanálise, como produto sócio-histórico, é ideologicamente atravessada (Flores, 2021). Não obstante, sob o imperativo do apoliticismo, a psicanálise se posiciona epistemologicamente fora do campo ideológico, porém encontra-se imbricada e deve encarar o mal-estar de sua implicação (Flores, 2021). Castel afirma que:

Uma doutrina que percebe a exterioridade sob a forma do “princípio de realidade”, isto é, segundo a dialética do investimento, do desinvestimento, do contra investimento etc. (renúncia, derivação, deslocamento...), não poderá jamais buscar uma aproximação direta com o que é propriamente social no social. Apenas um esclarecimento, ele próprio derivado, a partir apenas dos interesses libidinais dos

indivíduos: esta abordagem, por mais importante que seja, deixa completamente fora de sua jurisdição a questão das funções sociais do fenômeno estudado (Castel, 1978, p. 207).

Nesse contexto, configura-se o conceito de Extraterritorialidade Social da psicanálise trabalhado por Castel, no qual o psicanalista é aquele que assume uma posição neutra em relação à cena social e fala a partir do território da outra cena, pautado no discurso do inconsciente, através do qual tudo é traduzido e interpretado. Essa centralização no campo da “outra cena freudiana” leva a psicanálise a minimizar tanto a influência da esfera social sobre suas práticas quanto o efeito de suas práticas no contexto sociopolítico, fundamentando seu corpo de conhecimento nas normas que regem o inconsciente. Dentro desse quadro, a Extraterritorialidade Social e o Psicanalismo, conforme delineados por Castel, emergem como conceitos centrais em minha dissertação, sendo imprescindíveis para iluminar as relações de poder e as consequências ideológicas inerentes à psicanálise em um contexto mais abrangente.

Castel destaca três fatores importantes na análise do Psicanalismo: a tendência à recuperação da psicanálise, a impossibilidade de neutralidade na relação analítica (mesmo nas mais “puras”) e a posição privilegiada da psicanálise dentro da ideologia dominante. A “recuperação” na psicanálise, conforme aponta Castel, é um mecanismo essencial do Psicanalismo na manutenção e perpetuação da hegemonia psicanalítica. Envolve a integração de críticas e divergências ao campo, de forma que sejam assimiladas sem provocar rupturas significativas na estrutura estabelecida, reinterpretando ou transformando essas críticas para fortalecer a doutrina vigente (Castel, 1978). Antônio (2015) aponta que a psicanálise opera a partir de uma política de enunciação, a qual se designa como uma comunicação estruturada em resposta às diretrizes institucionais, com o objetivo de defender interesses específicos e internos à “causa psicanalítica” e não se configura em um convite para se engajar em discussões sociais a fim de pensar criticamente sua prática e os efeitos desta nas subjetividades.

Assim, a psicanálise neutraliza os desafios ao seu status quo ao absorver elementos críticos ou novas teorias, evitando confrontos diretos que poderiam ameaçar sua hegemonia. Essa estratégia permite à psicanálise conservar sua coesão ideológica, enquadrando novas contribuições dentro dos parâmetros aceitáveis pela comunidade tradicional, evitando assim desestabilizações internas. Por fim, a recuperação também atua como um mecanismo adaptativo, permitindo que a psicanálise evolua e responda às mudanças sociais e mantenha a estabilidade e o poder dentro do campo psi e na cena social mais ampla.

Se considerarmos a política como uma reflexão crítica acerca das práticas e estruturas internas de uma organização, a psicanálise revela-se pouco efetiva, uma vez que ordena seus debates com base na demarcação entre elementos internos ao campo psicanalítico e aqueles que lhe são externos. Antônio (2015) destaca que, dentro do campo psicanalítico, a política é tida como operador de assimetria entre a psicanálise e outros saberes psi e entre a psicanálise e a ciência, sendo essas assimetrias interpretadas como posicionamentos políticos da psicanálise, sempre associados à necessidade de distinção, produção de diferenças e segmentações. Em suma, a noção de “política” estaria vinculada à cooptação de adeptos para a causa analítica pela “defesa da psicanálise na pólis” (Antônio, 2015, p. 245).

Nesse sentido, os psicanalistas se colocam na cena social mais como defensores da utilidade da psicanálise na pólis do que engajados em discussões politicamente implicadas dentro do campo (Antônio, 2015). As instituições psicanalíticas, que se apresentam como portadoras da resposta ao enigma do mal-estar, revelam seu conteúdo a partir da escuta particular da dimensão pública e política do sofrimento. Tal antagonismo, entre o público e o privado, configura o palco psicanalítico ao permitir o acesso ao domínio do inconsciente por meio do deslocamento temporário e ilusório do domínio social, servindo simultaneamente como condição necessária para o surgimento do inconsciente e como obstáculo para a articulação deste ao social.

O conceito de Psicanalismo oferece uma lente analítica para entender como as instituições psicanalíticas se estruturam como um produto histórico, advindo de forças sociais e políticas, que operam e perpetuam relações de poder na transmissão do saber sobre o inconsciente. Retomando o que foi explanado acima sobre a tendência à recuperação, se a psicanálise integra, acomoda ou neutraliza elementos do extramuros analítico percebidos como potencialmente disruptivos, podemos questionar seu imperativo de neutralidade e apoliticismo.

O imperativo de neutralidade é o que Castel elabora através do conceito de Extraterritorialidade Social. A prerrogativa por detrás do caráter de extraterritorialidade psicanalítica é a de uma psicanálise neutra (Castel, 1978). Castel (1978) afirma que, mesmo em sua forma mais purificada e ortodoxa, o processo de análise produz efeitos sociais que não estão desprovidos de conotações sociais. O autor destaca a contratualidade analítica como um exemplo disso, pois tanto a relação entre o par analítico quanto a formação do analista são regidos por contratos que legitimam as relações de poder e autoridade com uma influência desproporcional nesses contextos.

A noção de neutralidade nas instituições psicanalíticas exige um conformismo dual: o do analista, que se abstém de expressar opiniões ou incitar reflexões sociopolíticas, e o do analisante, que deve suspender a influência sociopolítica em suas afecções íntimas, sob risco de vê-las interpretadas como sintomas (Antônio, 2015). Este conformismo, ainda que progressivo, dirige o foco da análise para a individualidade, relegando a realidade social a um plano secundário. Dessa forma, por meio da extraterritorialidade, a realidade externa é confinada ao âmbito familiar e ao mito individual do analisando, negligenciando-se a realidade sociopolítica e limitando-se a uma perspectiva internalista do sofrimento e das dinâmicas psíquicas.

Antônio (2015) aponta ainda outro fator importante na perspectiva da extraterritorialidade: se o analisante se recusa a neutralizar suas narrativas de cunho político ou permitir sua interpretação psicanalítica, suas reflexões são manipuladas, sendo transformadas em mecanismos de defesa que impedem o acesso ao inconsciente e à verdade de si mesmo. Segundo Castel (1978), a pretensa neutralidade e imparcialidade do analista serve como um mecanismo de isenção de responsabilidade, inocentando suas ações e atitudes. O que é posto entre parênteses na relação analítica permanece presente, mas neutralizado, invalidado e travestido, tornando-se irreconhecível, ou seja, assumindo a forma de Psicanalismo (Antônio, 2015). Assim, a psicanálise mantém sua apoliticidade e reforça a extraterritorialidade, evitando que a dimensão sociopolítica penetre nas estruturas analíticas e interfira no trabalho psicanalítico, enquanto estabelece, dentro das relações de poder inerentes à sua prática, as lógicas de dominação da ideologia vigente.

Castel aponta uma questão fundamental sobre os pontos levantados acima: como a psicanálise se propõe como uma prática subversiva, mas ao mesmo tempo se assenta em uma prerrogativa de apoliticismo? A relação entre psicanálise, psicanalismo e extraterritorialidade das instituições psicanalíticas é intrinsecamente complexa, refletindo a posição privilegiada que a psicanálise ocupa no seio das ideologias dominantes e das instituições de controle social. A suspensão da cena social para que a dinâmica exclusivamente inconsciente possa revelar-se é o princípio central da extraterritorialidade. Contudo, diante da impossibilidade de tal empreitada, o dispositivo analítico neutraliza, invalida, disfarça e torna irreconhecíveis os aspectos sociais presentes na narrativa dos sujeitos (Castel, 1978)

A neutralidade exigida tanto do analista quanto do analisante visa, em tese, criar um espaço livre de influências externas, onde o inconsciente pode emergir de maneira mais pura e autêntica, na mais fiel das perspectivas freudianas. Contudo, essa postura neutra serve também

para despolitizar e privatizar o sofrimento individual, alinhando-se com as estruturas de poder existentes ao ignorar a influência das relações de classe e das dinâmicas sociopolíticas na formação dos sintomas psíquicos. Dessa forma, a psicanálise contribui decisivamente para a psicologização dos problemas sociais, redirecionando a atenção para o sujeito, em vez de abordar as raízes sociais e econômicas de seu sofrimento.

Esta psicologização é um componente central das técnicas de controle social, pois individualiza questões que, em grande medida, são coletivas e estruturais. Essa dinâmica reflete o papel da psicanálise nas relações de classe, onde sua prática, ao desconsiderar a realidade sociopolítica, se alinha com as ideologias dominantes que favorecem a manutenção das estruturas de poder existentes, principalmente dentro das instituições. Castel (1978) postula que, na psicanálise, a questão do poder é considerada apenas quando é estritamente necessário e, mesmo nesses momentos, há um esforço deliberado para camuflá-lo. O autor sinaliza que a dissimulação do poder nas instituições psicanalíticas acontece através das estratégias políticas de seleção, exclusão, ascensão social e controle ideológico, exercidas desde o processo de formação dos analistas, e encobertas por um discurso acerca dos mecanismos técnicos que orientam a circulação do saber.

3 SOBRE O INÍCIO DA PSICANÁLISE: a política como alinhavo da técnica.

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá
Roda Viva – Chico Buarque*

A psicanálise emergiu no final do século XIX, em um momento histórico no qual monarquias e impérios estabelecidos há séculos estavam sendo derrubados por ações revolucionárias comunistas e socialistas na Europa e na Ásia. Em Viena, a queda dos Habsburgos deixava em seu rastro movimentos revolucionários, novas nações e alguns governos audaciosos que buscavam mitigar o sofrimento da população (Danto, 2019). A partir da queda do Império Austro-Húngaro, Viena, berço da teoria e prática psicanalítica, tornou-se uma potência multinacional e multicultural que sofria com conflitos nacionalistas e antisemitas e uma marcante presença da cultura germânica. Sua efervescência cultural e intelectual entre os anos de 1890 e 1920 ficou conhecida como a modernidade vienense e foi nesse contexto de intensa transformação cultural e intelectual que nasceu a Psicanálise.

Apresentada por Sigmund Freud como a terceira ferida narcísica da humanidade, a psicanálise contraria os ideais modernos e iluministas de ordem, beleza e limpeza, ao se voltar para aquilo que desorganiza e escapa da razão. Articulando método, teoria e técnica para explorar as questões do inconsciente, teve nas históricas o estopim para a busca de domínio sobre o que fugia do controle. Em *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* (1917/2010), Freud descreve três afrontas ao narcisismo humano, classificando-as como: cosmológica, biológica e psicológica.

A primeira ferida narcísica da humanidade seria a teoria heliocêntrica de Copérnico, que rompeu a ilusão de que a Terra fosse o centro do universo. A segunda é a teoria da evolução de Darwin, que desfez a ilusão de que o homem fosse criado à imagem e semelhança de Deus, ao indicar que a origem do homem não tinha nada de extraordinário e era mero fruto da seleção natural. Roudinesco afirma que:

O que Freud pega emprestado de Darwin é justamente o que ele pega emprestado de Sófocles: a tragédia do homem que, depois de ter se tomado por Deus, se dá conta de que é o descendente de um macaco e que, com exceção da linguagem e do pensamento, é apenas um animal dotado de razão. (2017, p. 7).

Freud carrega consigo a terceira afronta narcísica ao descentrar o homem de sua posição racional quando afirma que o “eu não é senhor em sua própria casa” (Freud, 1917/2010, p. 250-251). Ao colocar em xeque a questão da razão como fator preponderante do que é humano, aponta para a existência de uma instância psíquica regente do sujeito: o inconsciente. E a partir do desenvolvimento de suas ideias, Freud localiza seu objeto epistemológico em um local indeterminado, impossível de ser especificado. Roudinesco (2017) afirma que o objeto epistemológico ao qual se dedica a psicanálise é aquele de um indivíduo desprovido de controle sobre o universo, desconectado de suas origens divinas, imerso na agitação de seu próprio ego.

A institucionalização da psicanálise começa quando os primeiros grupos de sujeitos interessados pela teoria se reúnem em torno de Freud para estudar. Após a publicação de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), a psicanálise começa a ser difundida e se torna assunto de interesse para alguns estudiosos. Em 1901, Wilhelm Stekel sugeriu a Freud que se reunissem para discutir questões suscitadas a partir das leituras de textos freudianos (Marchon, 2016). A princípio, o grupo de discussão contava com cinco médicos (Freud, Stekel, Max Kahane, Reitler e Victor Adler) e se reunia para discussões sobre a teoria psicanalítica, que se

desenvolvia na verve revolucionária da Viena Vermelha, em uma atmosfera que Roudinesco chamou de “banquete socrático” (Roudinesco, 1998). Inaugurava-se assim a primeira instituição da história da Psicanálise: a Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, que Freud chamou de “sociedade psicanalítica vienense de natureza privada” (Freud, 1914/2012, p. 194).

Para Castel (1978), nos primórdios, a formalização institucional da psicanálise funcionava como uma seita, pois era estruturada ao redor de um homem e suas produções, sob um aspecto carismático. Mediante a resistência da alta sociedade vienense, que considerava absurdas as teorias de Freud, cada discípulo se tornava um defensor assíduo da psicanálise e qualquer dissidência era tratada como traição sob pena de exclusão (Antônio, 2015). A fidelidade e o doutrinamento eram garantidos pelo vínculo teórico e pessoal com Freud (Antônio, 2015). Castel (1978) trabalha sob a metáfora da seita e da igreja para analisar o processo de institucionalização da Psicanálise. Se na seita o poder se restringe ao caráter carismático do líder, na igreja, o poder se torna rotineiro e burocrático, isto é, é objetivado nas funções associadas a papéis específicos, que estão centralizadas em uma estrutura organizacional de distribuição da autoridade (Castel, 1978). A partir dessa transição, passemos então à burocratização da estrutura a partir da criação da IPA.

Em 1910, no II Congresso de Psicanálise, Sandor Ferenczi anunciou a criação da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), sob a direção de Carl Gustav Jung. Tanto a escolha do porta-voz da nova enunciação quanto a direção da primeira instituição oficial psicanalítica apontam para uma clara articulação política de Freud. O pai da psicanálise buscava dissociar a psicanálise de rótulos étnicos-religiosos (judaísmo) e geográficos (a cidade de Viena). Segundo Roudinesco e Plon (1998), era terrível para Freud escutar seus oponentes simplificarem a psicanálise como um mero resultado do “espírito judaico” ou da “mentalidade vienense”.

Sandor Ferenczi, húngaro, carregava o peso de ter sido o “estrangeiro” escolhido para o anúncio da criação da IPA, e Carl Gustav Jung, suíço e não judeu, considerado por Freud antissemita, seria quem lideraria a instituição sob as “bênçãos” de Freud. Sigmund Freud trabalhou incansavelmente para que a psicanálise se estabelecesse como uma teoria científica e universal do inconsciente e do desejo, e não fosse rotulada como uma “ciência judaica” e confinada a guetos (Roudinesco, 2017). Freud manteve Carl Gustav Jung à frente da IPA até o ano de 1913, cumprindo a intenção de “desjudaização” do movimento psicanalítico perante a sociedade científica (Roudinesco & Plon, 1998). Porém, seu intento não evitou que a psicanálise fosse atrelada a preceitos étnicos e religiosos ao longo da história. Segundo Roudinesco (2017), a psicanálise já foi considerada: “ciência boche para os franceses, ciência latina para os nórdicos, ciência degenerada para os puritanos anglófonos, a psicanálise foi taxada de ciência judia pelos nazistas e, finalmente, de ciência burguesa pelos stalinistas” (Roudinesco, 2017, p. 7).

A IPA como instituição deveria:

(...) cultivar e promover a ciência psicanalítica fundada por Freud, tanto como pura psicologia como em sua aplicação à medicina e às ciências humanas; facultar o apoio recíproco entre os associados, em todos os esforços para adquirir e disseminar os conhecimentos psicanalíticos. (Freud, 1914/2012, p. 211).

Buscando destacar a diferença inerente da psicanálise em relação aos psicologismos de apelação sexual e garantir o rigor teórico e técnico de sua ciência, Freud buscou fundar uma instituição que assegurasse que a psicanálise não sofresse abusos que a afastassem de suas bases teóricas. Assim, a IPA se configurou como um dispositivo de controle na formação dos analistas. Em 1919, Freud publicou um artigo em um periódico húngaro sobre a inclusão da psicanálise como disciplina formativa nas universidades, evidenciando sua preocupação com a

transmissão da psicanálise para além das instituições psicanalíticas tradicionais. Freud defende que a psicanálise, do ponto de vista teórico, configura-se como um sistema de pensamento e, clinicamente, representa uma técnica única e específica para o tratamento psíquico (Antônio, 2015).

Devido a essa peculiaridade, Freud defendia a necessidade de contextos específicos de formação que abordassem as particularidades da psicanálise, posicionando-a como uma disciplina distinta das ciências humanas e médicas. Ele determinou que a formação de analistas deveria basear-se em princípios analíticos e que sua técnica clínica deveria ser ensinada exclusivamente em instituições autônomas e independentes, fora do âmbito das universidades (Antônio, 2015). Em 1924, foi estabelecido o padrão para a formação em psicanálise pela IPA, sendo os elementos centrais do processo: análise pessoal, supervisão clínica e estudo sistemático da teoria no formato de seminários clínicos (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). O famoso tripé de formação impera até hoje como percurso de formação. Assim, as instituições vinculadas à IPA assumem o papel de entidade legitimadora da teoria e prática psicanalíticas que produz e transmite, determinando quem está qualificado para se tornar analista e controlando a banalização ou deturpação de seus princípios terapêuticos (Antônio, 2015).

Considerada uma teoria subversiva e revolucionária, a psicanálise sacudiu os alicerces morais da sociedade vienense do século XIX ao abordar temas sensíveis à época, como a sexualidade feminina e a sexualidade infantil. Segundo Costa e Marino (2018), a psicanálise é uma prática que carrega consigo uma perspectiva política revolucionária e subversiva, pois transforma a relação do sujeito com os objetos e implica em reverberações no campo coletivo e social. Enquanto a sociedade científica tradicional da época de Freud ignorava os impactos da descoberta do inconsciente, a psicanálise era rechaçada e rotulada de pansexualista, mística e não científica (Moreno Cárdenas & Campos Guerra, 2018). No entanto, a peste freudiana, a despeito da oposição de seus detratores, triunfou e se difundiu, revelando à cultura um novo

ponto de vista a respeito da investigação do sofrimento humano, apontando a tendência dos sujeitos à não adequação ao processo civilizatório (Costa & Marino, 2018).

O método psicanalítico é fundamentado a partir da liberação do reprimido, da sexualidade, da associação livre e, nessa perspectiva, a experiência analítica é concebida como essencialmente política, no sentido de que ela leva à subversão do sujeito da enunciação (Antônio, 2015). É comum encontrar na teoria aspectos que remetam a um caráter apolítico da psicanálise. Contudo, ao percorrermos a outra história da teoria freudiana, percebemos que a política sempre se fez presente.

Apesar de percebermos a exclusão da política de maneira veemente pela psicanálise, é inegável que Freud arquitetava um importante projeto político-institucional de ampliar o alcance da psicanálise pelo mundo (Oliveira, 2017). No ano de 1917, o mundo estava sob a influência de vários movimentos revolucionários, tais como: Revolução Mexicana, Revolução Espanhola e Revolução Russa. Freud percebia a Revolução Russa como um “grande experimento cultural” (Gabarron-Garcia, 2022), afirmando que era incontestável o significado desse movimento para a história cultural da humanidade (Freud, 1927, p. 25). Gabarron-Garcia (2022, p. 36) afirma que, em 1917, uma autêntica “manhã dos povos” surgiu com uma onda de consciência social que se espalhou pelo mundo como um “rastro de pólvora”. As revoluções marcavam a possibilidade de operar contra as forças opressoras civilizatórias, que há muito já vinham sendo percebidas por Freud como uma potente fonte das neuroses, forças estas que mais tarde ele chamaria de mal-estar na civilização.

Durante o auge da social-democracia, Viena era chamada de “Viena Vermelha”, e vários programas de bem-estar social eram implementados, visando uma reestruturação social e política pós-guerra. Nesse período, de fato, o Estado buscava meios de promoção da saúde mental e da assistência social como nunca visto antes (Danto, 2019). A partir desse movimento,

o Estado passou a investir na construção de teatros, de escolas, de espaços para a prática esportiva e até mesmo no desenvolvimento de tecnologias que auxiliassem as funções domésticas femininas (Pedroso, 2019). Porém, as ações políticas voltadas para o bem-estar social na Viena Vermelha eram interpretadas de maneiras divergentes por diferentes correntes ideológicas. Enquanto os marxistas enxergavam nelas o oportunismo da social-democracia e a ineficácia de mudanças sociais arrastadas, os analistas conservadores as percebiam como interferência e controle excessivos do Estado. Já para os progressistas, tais ações fundamentadas no bem-estar social eram tidas como exemplos de justiça social (Danto, 2019).

O caráter subversivo e revolucionário da psicanálise estava amplamente ligado ao que Danto (2019) chamou de compromisso social do psicanalista. Compromisso social este que ganha destaque após a fala emblemática de Freud no V Congresso Psicanalítico Internacional em Budapeste, em 1918. O Congresso aconteceu pouco tempo antes do final da Primeira Grande Guerra e contava com a participação de algumas figuras políticas importantes. Na conferência que foi intitulada *Caminhos da Terapia Psicanalítica* (Freud, 1919/2010), Freud se posiciona politicamente em relação ao futuro da psicanálise, influenciado pelo contexto de pós-guerra. Inclui em seu discurso que a psicanálise não se submete a um olhar filosófico sobre o mundo (*Weltanschauung*) e não deve se colocar como uma chance de nobilitação ao paciente, uma vez que se trataria de uma violência disfarçada de boas intenções (Freud, 1919/2010). Freud postula que, em sua prática clínica, observara que a psicanálise atua de forma independente de raça, educação, classe social ou ideologia e que o paciente pode se libertar ao assumir sua própria essência, sem precisar se parecer com o analista.

Cooptado pela onda socialista em curso no mundo, Freud solicita que a clínica psicanalítica seja estendida ao tratamento das massas (Freud, 1919/2010) e que os atendimentos sejam gratuitos. Freud intentava a possibilidade de o tratamento analítico ser inserido na política social de saúde pública, apontando que, a partir do movimento privado, o Estado poderia

reconhecer a eficácia do tratamento e incluí-lo em seu rol de serviços. Ao mesmo tempo que profetiza uma psicanálise articulada ao social, Freud sinaliza que isso pode parecer apenas uma ideia fantasiosa, mas para a qual os analistas deveriam se preparar. Danto (2019) aponta que a Conferência de Budapeste profetizava uma nova e audaciosa direção do movimento psicanalítico.

Segundo a mesma autora, na Conferência de 1918, Freud esclareceu que, diante do conflito entre a demanda humana e o poder socioeconômico vigente, os psicanalistas não deviam persistir na ideia de tratar a neurose do indivíduo como único meio de intervenção analítica. Diante da atuação do Estado na satisfação das demandas dos cidadãos, a psicanálise também iniciou sua incursão na cena social, o que se tornara essencial para sua sobrevivência. Os psicanalistas, inflamados pelo chamado de Freud, ampliaram seu escopo de atuação e o divã passou a transitar em instituições governamentais, escolas e clínicas populares.

Atendendo à convocação de Freud, alguns analistas se mobilizaram para a abertura das clínicas populares. Colocando a psicanálise ao alcance da população carente, entre 1920 e 1938, as clínicas foram abertas em pelo menos sete países. Em 1920, sob financiamento de Max Eitington, foi fundada a Policlínica de Berlim, que disponibilizava atendimento gratuito à população, passando a integrar o processo de formação dos analistas como local de treinamento, supervisão e estudos.

Em Viena, o Ambulatorium foi inaugurado em 1922 pela Sociedade Psicanalítica de Viena, sob a direção de Eduard Hitschmann, e muito bem recebido por Freud e pela sociedade psicanalítica de Budapeste (Pedroso, 2019). Suas listas de pacientes incluíam as mais diversas classes sociais, grupos de operários, crianças, imigrantes etc. (Danto, 2019). Assim como a clínica de Viena, o Ambulatorium também se tornou instrumento de formação de analistas, com supervisão de casos e estudo sistemático da teoria. As clínicas de Berlim e Viena permaneceram

abertas até os anos de 1933 e 1938, respectivamente, e foram fechadas devido à ascensão do nazismo (Danto, 2019).

Wilhelm Reich é um nome importante à frente da Policlínica de Viena e se mostrará muito interessado na intersecção entre os sintomas neuróticos e o contexto social dos pacientes. Gabarron-Garcia afirma que, para Reich, “o sofrimento de seus pacientes está intimamente ligado à sua terrível miséria social” (Gabarron-Garcia, 2020, p. 60). No final da década de 20, ele funda a Associação Alemã por uma Política Sexual Proletária (Sex-Pol), através da qual disponibilizava serviços psicológicos que fomentavam a relação entre a sexualidade humana e as atividades políticas, aspectos imprescindíveis no campo teórico de Reich (Danto, 2019). Reich atuava como um analista que não desassociava o político e social dos fenômenos da clínica. Diante de seu engajamento declarado com o partido comunista, sua atuação foi e é alvo de polêmicas até os dias de hoje.

A Sociedade Psicanalítica Húngara fundou a Clínica Psicanalítica de Budapeste em 1927, e seu coordenador era Sándor Ferenczi. A clínica popular de Budapeste também abrigava terapeutas em formação e funcionava nos moldes de uma clínica-escola. Em Moscou, Vera Schmidt, membro e fundadora da Sociedade Psicanalítica Russa, atuava no Orfanato-Laboratório Detski Dom, destinado às crianças órfãs em consequência dos combates da guerra civil e da revolução. No lar para crianças órfãs, a educação era baseada nos princípios analíticos e progressistas, colocando a Psicanálise inserida nas diretrizes educacionais (Gabarron-Garcia, 2022). Além disso, na Rússia se realiza o que fora desejado por Freud: a criação do Instituto Psicanalítico Estatal, vinculado à Sociedade Psicanalítica Russa. Segundo Maniakas (2019), na Rússia a psicanálise se coloca na cena social nos ambulatórios, no Jardim de Infância Experimental (Detski Dom) e nos Institutos Estatais que fomentavam a formação de novos analistas. Porém, a psicanálise acaba sucumbindo à censura ideológica mediante a repressão do

governo de Stalin, e todas as suas atividades são interrompidas e proibidas em solo russo em 1936 (Maniakas, 2019).

No contexto da ascensão do fascismo na Europa, que precedeu o início da Segunda Guerra Mundial, a Psicanálise enfrentou o desafio de manter a imparcialidade diante da conjuntura política da época, o que evidenciou uma crise política interna em suas sociedades. Acreditava-se que a neutralidade da psicanálise frente ao avanço das ideologias de extrema-direita teria o efeito de resguardar a teoria psicanalítica de possíveis retaliações. Assim, as clínicas populares, que haviam se tornado espaços democráticos de prática e estudo da teoria psicanalítica, foram institucionalizadas, transformando-se em escolas burocráticas e elitistas.

A psicanálise passou por uma transformação significativa na década de 1930. Essa mudança visava garantir uma neutralidade política e ideológica, a fim de “blindar” a psicanálise dos efeitos destrutivos do Terceiro Reich (Gabarron-Garcia, 2020). As instituições psicanalíticas, por sua vez, se distanciaram da cena social, modificando os estatutos da organização e adaptando a teoria e prática psicanalítica a fim de evitar associações com qualquer ideologia específica. As ações tomadas resultaram no enfraquecimento da força crítica, devido ao distanciamento de questões políticas e sociais. E, tal qual o retorno do recalco de Freud, quanto mais buscavam se distanciar da cena política, mais esta atravessava as relações de poder nas instituições psicanalíticas.

Claramente atravessadas pelo contexto político de seu tempo, as instituições que se abriram para o social, buscando uma popularização da psicanálise em meio à verve progressista dos anos 20, cederam lugar ao fechamento e burocratização da prática mediante uma seleção rigorosa daqueles que poderiam ganhar o título de analista (Gabarron-Garcia, 2020). A seleção de candidatos a analistas e a manutenção de analistas já vinculados às sociedades passaram a ter como um requisito sutil a identificação político-ideológica do candidato. Isso significa que

o diálogo entre o indivíduo e o contexto social foi suprimido nos centros de formação. A exigência de neutralidade gerou um impacto que se reflete na dinâmica discursiva tanto dentro quanto fora desses centros. Aqueles que ousaram romper com a submissão e obediência às ideias pregadas pelas instituições se viram perseguidos e marginalizados.

Figuras importantes para a Psicanálise sofreram retaliações devido às suas posturas politicamente assumidas, enquanto outras ganharam destaque por suas “ações salvadoras”, mesmo que estas fossem permeadas pela violência das instituições psicanalíticas aos seus membros. Após a revolução potencializada pela interlocução entre psicanálise e o contexto político-social nas instituições psicanalíticas, houve um imperativo de neutralidade pelo qual se supunha sustentar a Psicanálise no contexto fascista. Um nome importante é o de Ernest Jones que, utilizando-se da intenção de salvar a psicanálise em meio ao Terceiro Reich, encabeça diversas articulações que atrelam a psicanálise à ideologia nazista (Gabarron-Garcia, 2020).

Felix Boehm e Carl Müller-Braunschweig são analistas alemães que, juntamente com Jones, lideraram as transformações no cenário institucional psicanalítico. Max Eitingon, judeu, diretor do Instituto de Psicanálise de Berlim e seu principal financiador, não apoiava as novas configurações dadas às instituições psicanalíticas, que se adequavam cada vez mais ao nazismo (Gabarron-Garcia, 2020). Preocupado com o que estava em curso, Eitingon escreve a Freud informando de suas suspeitas, mas não obtém êxito e acaba censurado. Gabarron-Garcia (2020) afirma que, ao que parece, Freud não acreditava que o regime nazista pudesse se colocar como fator impeditivo para o trabalho da psicanálise, estando mais preocupado com a inviolabilidade do “templo da psicanálise” frente à possibilidade de sua construção metapsicológica ser corrompida por novos paradigmas.

Katz (1985) classifica como irritantes as considerações de Freud sobre a possibilidade de preservação da Psicanálise como instituição e campo científico durante o regime nazista, desde que, em detrimento de todas as perseguições e repressões ideológicas, fossem mantidas a neutralidade científica, ideológica e política. Porém, alguns analistas (entre eles: Simmel, Fenichel, Reich e Bernfeld) se colocaram contrários a essa perspectiva de Freud sobre a teoria psicanalítica, reconhecendo que a psicanálise não deveria ser neutra, mas sim ser condutora de uma práxis crítica ao social.

Alinhado ao desejo de Freud de assegurar o preciosismo teórico psicanalítico, Jones consegue articular a saída de Max Eitingon e a promoção de Boehm e Müller-Braunschweig no Instituto de Psicanálise, deflagrando uma crise ideológica interna nas sociedades psicanalíticas de Berlim e Viena. Salvar a psicanálise do regime nazista significava adequá-la a fim de garantir sua sobrevivência. Porém, para sobreviver, foi preciso pagar com “uma libra de carne”: expulsão dos analistas judeus das Sociedades de Psicanálise de Berlim e Viena, proibição da análise de sujeitos politicamente engajados, expulsão de analistas que estivessem engajados politicamente ou vinculados a algum movimento de resistência ao nazismo, etc. Destaque para o psicanalista Bernhard Kamm, analista não judeu que se desliga da Sociedade de Psicanálise de Berlim em uma ação de resistência frente à expulsão dos analistas judeus (Gabarron-Garcia, 2020).

Cabe ressaltar que a crítica à ação de Ernest Jones em relação à “salvação” da psicanálise mediante a adequação da instituição aos imperativos do Terceiro Reich só é possível porque estamos operando em um regime de historicidade, isto é, olhando o passado a partir do presente. A história nos mostrou que, após um prejuízo irreversível para a humanidade, o regime nazista caiu antes do esperado (embora mais tarde do que deveria). Não podemos negar que, naquela época, Jones e os demais envolvidos no processo de salvamento da instituição psicanalítica não previam a queda do regime e buscaram operar através da implementação da

neutralidade no cenário psicanalítico, no momento mais crítico da história da psicanálise. O que nos interessa nessa análise histórica é o fato de que, mesmo após a queda do regime nazista, o imperativo de apoliticismo e a neutralidade permaneceram como operadores da relação entre a instituição psicanalítica e a cena social.

Wilhelm Reich, Max Eitingon, Otto Fenichel, Edith Jacobson, Marie Langer, Richard Sterba e Friedmann são alguns exemplos daqueles que sofreram diretamente com a “arianização” catastrófica da psicanálise, em decorrência de uma postura claramente crítica à política de neutralidade das Instituições psicanalíticas durante o Terceiro Reich (Gabarron-Garcia, 2020 e Katz, 1985). Há ainda aqueles que resistiram ativamente e pagaram com a própria vida, como Karl Landauer, John F. Rittmeister e Salomea Kempner (Katz, 1985). É pertinente ressaltar a postura polêmica de Jung, que via os desenvolvimentos teóricos pós-1930 na Psicanálise como um ressurgimento da psicologia ariana autêntica em contraposição à psicanálise de influência judaica, a qual ele considerava em declínio (Katz, 1985). Esta interpretação de Jung reflete uma perspectiva controversa e é indicativa das tensões ideológicas presentes no campo da psicologia durante esse período.

No ano de 1936, Boehm recebeu uma comunicação oficial do governo nazista, informando que a autorização para o funcionamento de instituições psicanalíticas, com o propósito de ensino e formação de novos candidatos, não seria concedida. Em resposta à pressão exercida pelo regime, a Sociedade Psicanalítica Alemã se desassociou da International Psychoanalytical Association (IPA) e se integrou ao Instituto Göring (Instituto Alemão de Pesquisa Psicológica e Psicoterapia), sob a direção de Matthias Heinrich Göring (Coimbra, 1995). Sob a orientação de Matthias Heinrich Göring, esse projeto foi gradualmente implementado com a colaboração de psicoterapeutas de diversas abordagens (incluindo junguianos, freudianos e adlerianos) (Roudinesco & Plon, 1998).

A Sociedade Psicanalítica Alemã integrou-se ao Instituto Göring sob a denominação “Grupo de Trabalho A”, e seus membros não podiam se autodenominar analistas (Coimbra, 1995), pois qualquer menção à psicanálise foi estritamente proibida, evitando qualquer associação com a cultura judaica (Roudinesco & Plon, 1998). Em 1938, o governo nazista desmantelou o que restava da Sociedade Psicanalítica Alemã, enquanto entidade oficialmente registrada. C. Müller-Braunschweig foi impedido de lecionar e publicar, enquanto Boehm foi proibido de conduzir análises didáticas (Coimbra, 1995).

As adequações das instituições psicanalíticas foram vistas como via de salvação para alguns e fim do caminho para outros. A historiografia da psicanálise é enredada por narrativas lendárias que escondem, em sua maioria, os bastidores políticos e ideológicos que a impregnaram, focando as hagiografias míticas e difamatórias das principais personalidades da sociedade psicanalítica. Uma das figuras que mais sofreu com as retaliações institucionais e com as narrativas difamatórias foi Wilhelm Reich.

Wilhelm Reich sofreu retaliações por seu envolvimento com a classe operária e com os coletivos de resistência do movimento comunista operário, do qual ele participava ativamente, incutindo o saber psicanalítico. Reich se interessava pelas questões cotidianas das vidas dos sujeitos e que afetavam diretamente sua saúde mental. Gabarron-Garcia (2020, p. 61) destaca que Reich passa a obter em sua prática clínica com a população mais carente “um manancial de observações dos mecanismos nas neuroses nas pessoas pobres” e que o interesse pelo contexto social na análise das neuroses agradava a Freud, que lhe apoiava irrestritamente.

Reich propunha que a análise incorporasse a cena social como parte dos conteúdos a serem trabalhados, defendendo a criação de novas formas de atuação dos analistas, ao incentivar a saída do setting e a aproximação das coletividades. Reich foi expulso do Partido Comunista em 1933 e da IPA em 1934. Segundo Danto (2019), Reich foi expulso da IPA porque sua

filiação ao partido comunista contrariava a imagem que a Sociedade de Psicanálise queria projetar aos nazistas. Ao expulsá-lo, afirmavam a objeção da Sociedade Psicanalítica ao comunismo.

Edith Jacobson é uma psicanalista que foi relegada ao silêncio quando se trata de sua história de perseguição dentro da IPA durante o Terceiro Reich. Sua trajetória de resistência merece ser conhecida e reconhecida. Edith Jacobson foi detida em 1935 pela Gestapo por ter autorizado uma reunião de membros do partido social-democrata em sua residência, dos quais uma era sua paciente e havia sido morta pela polícia nazista (Danto, 2019). A partir do ocorrido com Edith Jacobson, aqueles que se uniram pela “salvação” da psicanálise decidiram instaurar a neutralidade política como parte imprescindível da técnica psicanalítica, proibindo que sujeitos politicamente engajados fossem analisados. Nesse mesmo período, é sugerido aos membros judeus da Sociedade Psicanalítica da Alemanha que se desligassem da instituição. Tal sugestão partiu dos analistas arianos e “salvadores” Boehm, Müller-Braunschweig, Bernd Nitzschke e Ernest Jones (Gabarron-Garcia, 2020).

Como é possível perceber nas ações dos analistas “salvadores”, ao se apresentar como neutra, a psicanálise acaba por se incluir no discurso político dominante e, mesmo que se recuse a assumir, passa a ser produtora e produto de um discurso político opressor. Reich e Fenichel foram os primeiros analistas a perceber o desvio da psicanálise para o Psicanalismo, isto é, da psicanálise como replicadora da ideologia burguesa dominante (Gabarron-Garcia, 2020). Pellegrino (1981) afirma que, em uma sociedade regida por uma ideologia ditatorial e fundamentada na concentração de poder e privilégios nas mãos de uma minoria, é possível encontrar nas instituições psicanalíticas uma reprodução correspondente em menor escala, amparada pela ideia de salvar a psicanálise. Ainda segundo o autor: “as microinstituições reproduzem, em escala liliputiana, as vicissitudes estruturais e as mazelas das macroinstituições” (Pellegrino, 1981, p. 31).

Antes de prosseguir, cabe ressaltar que Freud aponta com sua nova ciência a potência de incontrollabilidade do ser humano, colocada à prova nos ofícios que são exercidos através do engajamento da palavra. O inconsciente é o fator preponderante na determinação dos três ofícios impossíveis, apontados por Freud no texto *Análise Terminável e Interminável* (1937/1996): educar, governar e curar. A palavra ocupa lugar em meio às relações de poder, porém não se trata de qualquer palavra, mas sim daquela que se faz compartilhada e pública.

A palavra engajada se configura como o principal fator de determinação do que é política para os gregos, pois, se a virtude do guerreiro é a coragem e a força, a astúcia do cidadão é o bom uso da palavra (Checchia, 2020). Chauí (2002) afirma que, na assembleia de guerreiros, que visava a garantia da isonomia e da isegoria, isto é, a igualdade de participação e de voz, nasce a política. Em uma primeira interlocução entre a política e a teoria psicanalítica, podemos inferir que a circulação da palavra em espaços institucionalizados promove o exercício de poder e dominação, e isso não se fez diferente no meio psicanalítico.

A psicanálise provocou uma reviravolta na teoria do sujeito cartesiano, produzindo um conhecimento que lhe configura poder a partir de um ato subversivo que emerge de um sujeito do inconsciente e desejante (Carneiro, 2010). Seu método propõe libertar os sujeitos das alienações aos ideais e dos mal-estares da cultura, implicando uma assunção do sujeito que atravessa, através da palavra, sua fantasia fundamental. O inconsciente é descoberto a partir de um descentramento da razão, bibelô iluminista, porém o saber psicanalítico parece avançar rumo ao domínio da outra cena. A psicanálise é permeada por vários paradoxos e, dentre eles, está sua relação com o que é subversivo e libertador, mas ao mesmo tempo articulado ao colonial.

O inconsciente, dimensão psíquica que rege a vida humana, logo se tornou objeto de investigação pela emergente sociedade psicanalítica e foi “colonizado” por ela. Ao abordar a

instituição psicanalítica como colonizadora do inconsciente, pretendo ressaltar que ela exerceu dominação tanto na formulação do saber sobre o inconsciente quanto nas possibilidades desse saber/prática se tornar popular. Assim, a psicanálise, como campo de conhecimento e poder, emergiu a partir de um processo de colonização do inconsciente.

As instituições atuam como colonizadoras por serem replicadoras das mesmas relações autoritárias e exploratórias da ideologia dominante, além de atuarem de maneira organizada e burocrática na imposição do pensamento único. Isto é, a busca por controle e dominação do saber sobre o inconsciente caracteriza a psicanálise como uma prática social de saber/poder, e sua institucionalização busca preservar a teoria dentro de bases confiáveis, leia-se freudianas, buscando o que Carneiro (2010) chamou de “governo de um só”.

Com o advento das instituições psicanalíticas, a circulação da palavra dos analistas se viu envolta em um novo panorama. A relação entre o âmbito privado das análises e o domínio público da teoria psicanalítica passou a ser mediada pela autoridade das “poderosas cátedras” das instituições. No entanto, surge uma contradição: a psicanálise, que se propõe a ser subversiva e questionadora das fontes de sofrimento, pode se tornar ela própria uma fonte de mal-estar ao exercer o poder que lhe é conferido por ser a autoridade na “outra cena”.

Arendt (1972) aponta que a autoridade é construída no que diz respeito ao saber e não somente relacionada às questões do poder por si só. Se toda relação é uma relação de poder, podemos inferir que o analista se coloca como autoridade ao circular com o seu saber/poder sobre a outra cena na cena privada e na social. Porém, isso só se faz possível a partir da centralidade do poder representado pelas instituições, e é através do poder advindo do saber sobre a outra cena que o analista constitui sua autoridade. Segundo Voltolini (2023), em uma experiência analítica há três condições em questão: o consentimento do analisando, a aposta no suposto saber do analista e a potência de poder deste, que não deve ser colocada em ato.

Checchia (2020) propõe uma análise das bases psíquicas da autoridade e do autoritarismo e apresenta os conceitos a partir de uma leitura fálica. Segundo o autor, o autoritarismo se ancora em um “falo imaginário”, representando uma autoridade despótica com a qual o sujeito se identifica, assumindo um papel coercitivo e dominador. O medo se torna a principal ferramenta de poder. Em contraste, a autoridade simbólica se constrói a partir do “falo simbólico”, simbolizando a potência de poder.

Para Checchia (2020), a autoridade simbólica é aquela que fomenta a produção de novos sentidos por abrir novas possibilidades de significação para o sujeito. Ela garante liberdade, ampliando a autonomia e promovendo a subjetividade. A autoridade simbólica se conecta ao desejo de poder, que não se manifesta como força ou coerção, mas como um poder incompleto e furado (Checchia, 2020). Essa perspectiva contrasta com a visão tradicional de poder como algo absoluto e coercitivo.

A psicanálise se encontra entrelaçada com as complexas dinâmicas de poder, transitando entre a autoridade e o autoritarismo. O poder das instituições, inquestionável, entrelaça-se com o saber do psicanalista, conferindo-lhe uma posição de autoridade. A partir do saber, o psicanalista coloca a teoria em uma posição que permite extrair do indivíduo, a partir de um saber clínico baseado na observação, um conhecimento profundo sobre sua subjetividade, que o próprio sujeito desconhece (Carneiro, 2010).

À luz da hipótese de Castel (1978) de que a psicanálise é tanto produtora quanto produto de um campo ideológico, podemos afirmar que as instituições psicanalíticas desempenham um papel duplo: são, ao mesmo tempo, resultado e agentes do efeito colonizador do conhecimento analítico. Efeito esse que se reflete na circulação da palavra nos centros de formação de analistas e fora deles. A atuação dos analistas é prefigurada pelo poder exercido pelas cátedras, manifesto no controle da palavra compartilhada e pública, ou seja, o poder regido pela política interna das

instituições. As cisões que as posturas ortodoxas ou heterodoxas causaram dentro das sociedades psicanalíticas são um indicativo de que, apesar de se dedicarem aos saberes da outra cena (inconsciente), os analistas estavam sendo atravessados não só pela alteridade em suas elaborações teóricas, mas principalmente pelas relações de autoridade entre seus membros.

Castel (1978), em suas críticas ao Psicanalismo, aponta que a psicanálise engrossa o coro das ideologias dominantes quando se coloca como reprodutora das regras culturais e atua na distribuição do poder social. Enfatizo aqui que a crítica de Castel se aplica também às instituições psicanalíticas que gozam do deter e do distribuir poder em suas castas sociais internas. As instituições psicanalíticas englobam o ensino, a formação e o tratamento analítico, assumindo o papel de detentoras do fascínio do saber/poder epistemológico para aqueles que nutrem o desejo de analista (Carneiro, 2010). A partir de uma onipotência do inconsciente, a instituição se coloca como legisladora oficial da extraterritorialidade do inconsciente, exercendo sua autoridade tanto em relação aos analisandos quanto sobre os analistas. Autoridade essa que muitas vezes é executada de forma despótica, comandatária, coercitiva e castradora, ou seja, regida pelo falo imaginário do autoritarismo.

A história da psicanálise está marcada por exemplos de autoritarismo e segregação. Um dos casos mais emblemáticos é a expulsão dos judeus da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) durante o regime nazista. Na época, a IPA também determinou que as sociedades psicanalíticas proibissem qualquer discussão sobre questões políticas. Essa postura autoritária revela a desconsideração das subjetividades e um atrelamento ao discurso ideológico dominante. Outro fator a ser considerado na segregação dentro das instituições psicanalíticas é a questão econômica. A função fálica do poder econômico permeia a formação de analistas, uma vez que, devido aos custos de um percurso de formação baseado no tripé: estudo, análise e supervisão, o dinheiro funciona como mais um autorizador da função de analista.

Na contemporaneidade, problematizar as condições socioeconômicas necessárias para se ingressar nas formações psicanalíticas é fundamental para compreendermos como essa segregação se perpetua e como, através dela, chegamos a uma interlocução entre o funcionamento institucional e a cena sociopolítica. Antônio (2015) salienta que a formação de analistas promovida pelas sociedades de psicanálise está direcionada a um grupo específico, composto por indivíduos com padrões subjetivos delimitados e condições sociais preestabelecidas, tornando as fronteiras entre capital simbólico, capital intelectual e capital financeiro indistintas. Em uma análise histórica das dinâmicas intra-institucional e intra-societária, é possível encontrar episódios de prevalência de dinâmicas de poder e do capital, dominadas por lideranças minoritárias, autoritárias e, por vezes, antidemocráticas (Pellegrino, 1981).

Para preservar a ética da psicanálise na transmissão e formação, as instituições psicanalíticas devem evitar a reprodução de sistemas hierárquicos de poder (Rosenberg, 2020). Estruturas fechadas empobrecem a transmissão, pois nelas os mestres ou didatas assumem o papel de autoridade que determina quem é ou não analista. Goldenberg (2006) afirma que o poder do analista só é eficaz quando permanece inativo. Não podemos deixar de lembrar que a psicanálise se configura como uma proposta de cura pela palavra, fundamentada na ética da liberdade. E essa liberdade é crucial para que a palavra possa circular sem amarras, mesmo que, nesse processo, o sujeito se confronte com a realidade de que não é o senhor absoluto de sua própria “morada” (Oliveira, 2017). Nessa perspectiva, o poder do analista pode operar pela autoridade simbólica, isto é, utilizar a linguagem como ferramenta para expandir a subjetividade e o potencial de expressão e realização individual, abrindo novas possibilidades de ação (Checchia, 2020).

O poder do analista deve repousar no que Checchia (2020) chama de autoridade simbólica. Esta se baseia na oferta de ampliação do campo de representação simbólica do

sujeito, construído a partir do desenrolar de suas narrativas. Aqui também incluímos as instituições, que sustentam os espaços de discussão e abertura da psicanálise a novos paradigmas, ofertando a possibilidade de ampliação de sua rede significativa. Ao atuar como regentes do processo de formação dos analistas, as instituições desempenham um papel crucial ao direcionarem o processo de formação dos analistas, assegurando que sua prática seja ética e esteja em consonância com os pressupostos teóricos da profissão. Além disso, as instituições representam a interlocução entre a cena social e a psicanálise, uma vez que se colocam como autoridade que faz o manejo entre as duas cenas e, a partir disso, produzem novos saberes.

O poder exercido pelos psicanalistas é muito importante na construção das narrativas sobre a história da psicanálise. Podemos inferir que, nas hagiografias, os movimentos políticos na psicanálise são incluídos na cena inconsciente e considerados como produção de conteúdo passível de análise, negando a influência da cena social e política na construção da teoria, da técnica e do método analítico. Nem mesmo Freud escapa da psicologização e interpretação dos movimentos políticos a partir da outra cena. Se, na manhã dos povos de 1917, ele se enche de esperança em relação aos possíveis avanços culturais para a humanidade advindos das revoluções, por volta de 1929 sua posição muda. Há um certo pessimismo nos escritos freudianos, alimentado pelo contexto sociopolítico, mas que nas hagiografias psicanalíticas são narrados como fruto dos lutos familiares de Freud. O fracasso das revoluções, que se transformou em regimes totalitários, conduziu Freud a pensar mais criticamente sobre o social e a se posicionar sobre o imperativo do mal-estar na humanidade.

Castel (1978) ressalta que o protagonismo analítico se manifesta em sua versão ingênua e dominadora quando afirma que tudo pode ser interpretado à luz da teoria psicanalítica. Esse fenômeno é o que Castel denomina de “tendência à recuperação da psicanálise”, ou seja, a concepção da teoria psicanalítica como um oráculo que oferece respostas para todas as questões a partir de sua seara interpretativa. Um exemplo dessa tendência à recuperação pode ser visto

na maneira que alguns psicanalistas lidam com o pagamento das sessões. Pellegrino (1981) faz uma análise crítica acerca dessa relação com o dinheiro, ressaltando que a precificação é influenciada pela economia política; contudo, ao ser integrada ao contexto contratual da análise, o capital monetário é transmutado, e a economia política é suplantada pela economia da libido.

Com base no que foi discutido até aqui, constata-se que a psicanálise, ao exercer domínio sobre a ‘outra cena’, estabelece-se como sua autoridade interpretativa. Assim, as instituições psicanalíticas, vistas como agentes e resultados deste poder colonizador, estabelecem-se como autoridades legislativas sobre o inconsciente, institucionalizando-o. A partir da análise realizada, sugere-se que as sociedades psicanalíticas se engajam em uma dinâmica política que visa à colonização dos analistas e à institucionalização do inconsciente.

O analista, agora colonizado, circula com sua palavra para além do setting analítico. Seu saber, produzido a partir da intersecção da cena pública e privada, lhe confere uma posição de poder. Assim sendo, o saber do analista culmina em uma ferramenta muito poderosa no exercício do seu ofício impossível: o carisma. A autoridade social do analista hoje se faz presente no formato de uma posição carismática (Lézé, 2010, como citado em Voltolini, 2023). Checchia (2020) afirma que é através da admiração suscitada pela autoridade simbólica que surge o anseio de submissão daqueles que a cercam. Ainda segundo o mesmo autor: “o saber que tem o poder de fascinar o outro é um saber que tem estatuto de falo simbólico” (Checchia, 2020, p. 52).

Na mídia, alguns analistas assumem uma imagem carismática e sua habilidade com as palavras encanta o público (Voltolini, 2023). Segundo esse mesmo autor, distinguir um analista de um líder carismático comum pode ser desafiador e, embora analistas bem treinados reconheçam que seu papel não se baseia em estabelecer servidão através do carisma, a formação também os ensina que a transferência sempre carrega um resquício de sugestão.

A circulação de analistas na mídia é um fenômeno bem conhecido. Frequentemente, a psicanálise é percebida como um método elitista e dispendioso, com uma teoria complexa e sofisticada que demanda um alto nível de cultura e intelectualidade para sua compreensão e prática. Em consequência, os psicanalistas são elevados ao patamar de intelectuais, reconhecidos por seu uso de linguagem complexa ao abordar as profundezas da psique humana. Quando chamados a participar do debate público, alguns utilizam seu carisma para tornar a psicanálise mais acessível, em vez de perpetuar sua imagem aristocrática. Tal carisma se manifesta no poder de elucidar aspectos da individualidade humana e, ao se posicionarem como emissários do inconsciente, os analistas cativam o público com sua capacidade de oferecer insights sobre o que nos é infamiliar.

Em decorrência de seu saber alocado na outra cena, a psicanálise se dedica ao caráter singular de cada sujeito e se constitui a partir da exploração da cena individual e privada dos sujeitos. Em meio às tentativas de separar a dimensão inconsciente da realidade social, a psicanálise foi se localizando à margem, sendo considerada uma prática elitista, exercida e consumida por uma camada social e cultural privilegiada. Entretanto, ao mesmo tempo em que denega o papel do social, se posiciona como produtora de saberes e privilégios, um adorno de luxo da sociedade burguesa europeia. O proletariado é marginalizado da prática e das discussões analíticas, sendo vetado “enquanto sujeito possível da prática analítica, por razões econômicas; enquanto parceiro na luta ideológica, por razões culturais; enquanto protagonista social, uma vez que não há, neste nível, problema social” (Castel, 1978, p. 23).

3.1 A PALAVRA CARISMÁTICA DO ANALISTA NA CENA SOCIAL.

Atualmente observamos uma ampliação do campo de atuação social da psicanálise no Brasil, a partir da abertura de clínicas populares. Estas iniciativas coletivas são denominadas Clínicas de Borda e se estabelecem em espaços públicos, como ruas, praças e estações,

oferecendo escuta clínica com implicações sociais e políticas. São espaços que não são elaborados somente a partir da gratuidade de atendimentos, mas que passam a ocupar territórios periféricos, levando a psicanálise para a cena social. Segundo o coletivo Clínicas de Borda, já existem mais de 22 clínicas em 10 estados brasileiros que ofertam uma escuta analítica claramente implicada sócio-politicamente.

A psicanálise, envolta em todas as suas articulações com a cena privada e pública dos sujeitos, não ocupa somente territórios periféricos, mas também é chamada ao centro da cena midiática para transmitir seu saber e suas verdades sobre a vida cotidiana, se posicionando como detentora do saber sobre todos os sujeitos. Isso resulta em intervenções sociais que se concentram quase exclusivamente em ações midiáticas improvisadas, sem aprofundar seriamente a investigação ou redirecionar a escuta para uma questão social (Flores, 2021).

Desde Freud, podemos perceber que os meios de comunicação foram e são um terreno muito profícuo para o desenvolvimento da teoria psicanalítica. Muitos dos pressupostos freudianos foram desenvolvidos a partir da troca de cartas com figuras importantes. As cartas escritas por Freud deram forma aos conceitos desenvolvidos por ele, que, através de sua escrita, acabaram se tornando evidências para ele mediante a interlocução com outros que validavam suas descobertas (Barbeiro & Reis, 2021). Vidal (2010) afirma que as correspondências de Freud contribuíram para a invenção da psicanálise e do lugar de analista, sendo esse um lugar nunca antes ocupado pelo médico na relação com seu paciente.

As cartas escritas por Freud também apontam seus posicionamentos a respeito de assuntos diversos, entre eles cultura, literatura e política. Em duas cartas enviadas a Sándor Ferenczi, Freud reage à queda do Império Austro-Húngaro. Em uma primeira, ele se posiciona de maneira satisfatória em relação à Proclamação da República de Viena, colocando fim a séculos de monarquia. Segundo cita Gabarron-Garcia, Freud diz que: “apesar da ‘surda tensão’

que sente, não pode ‘reprimir sua satisfação’ com a ideia de uma ‘saída favorável’ que veria ‘uma desintegração do Estado prussiano’” (Calmann-Lévy, 1996, p. 331, como citado em Gabarron-Garcia, 2020, p. 37). Como exemplo, há uma carta enviada a Sándor Ferenczi em 17 de novembro de 1918, dia do Armistício, na qual Freud relata que os Habsburgos “nada deixaram além de uma pilha de merda” (E. Falzeder et al., como citado em Danto, 2019).

Além das cartas, muitos periódicos eram publicados a fim de garantir o lugar da psicanálise frente às produções científicas da época. O *Jahrbuch für Psychoanalyse*, criado em 1909 por Freud e Eugen Bleuler, foi a primeira revista anual de psicanálise (Roudinesco & Plon, 1998). Após um conflito entre Freud e Jung, o *Jahrbuch für Psychoanalyse* deixa de existir e a *Zentralblatt für Psychoanalyse* é lançada em 1910, tornando-se o primeiro periódico mensal de psicanálise (Roudinesco & Plon, 1998). Segundo Marinelli (2023), enquanto o *Jahrbuch für Psychoanalyse* apresentava produções complexas sobre a teoria psicanalítica, sendo destinado ao meio acadêmico e científico, o *Zentralblatt für Psychoanalyse* tinha como propósito divulgar a psicanálise para o público leigo, apresentando em seus artigos articulações com outras áreas do saber e da cultura. Ainda segundo a autora, o *Zentralblatt* abria espaço para resenhas destinadas ao coletivo de analistas e era veículo de divulgação de informações sobre as associações psicanalíticas e seus calendários de atividades. Segundo Roudinesco e Plon (1998), a IPA contou com quatro revistas oficiais: *Zentralblatt für Psychoanalyse*, *Medizinische Monatschrift für Seelenkunde*, a *Internationale ärztliche Zeitschrift für Psychoanalyse*, a *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse und Imago* e, por fim, o *International Journal of Psychoanalysis*, inaugurado em 1920, substituindo os três periódicos anteriores.

No ano de 1933, o Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações indicou ao Instituto Internacional para Cooperação Intelectual (atual UNESCO) a criação de um projeto no qual intelectuais da época trocavam cartas entre si (Barbeiro & Reis, 2021). Os temas das correspondências eram questões que geravam preocupação internacional. Albert

Einstein selecionou Freud e o indagou se havia alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra. Freud respondeu que a agressividade era uma situação normal no processo civilizatório dos humanos, que tinham sua psique constituída por forças pulsionais: pulsão de vida e pulsão de morte, que sempre operavam conjuntamente, e concluiu que, apesar da pulsão destrutiva, a cultura da sociedade desviaria seus instintos agressivos de modo oposto à guerra (Freud & Einstein, 1933). A partir dessas correspondências, foi publicado o texto “Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra?”. Podemos inferir que, seja através das cartas privativas de Freud, que seriam divulgadas posteriormente, ou através da troca pública de sua correspondência com Einstein, a psicanálise circulou no espaço público.

Muitos psicanalistas utilizaram a troca de cartas tanto para discussão teórica como meio de dividir com seus pares (ou não) as angústias do processo de se tornar um analista. De acordo com Barbeiro e Reis (2021), os psicanalistas Melanie Klein, Wilfred Bion, Donald Winnicott e Jacques Lacan também se comunicavam por meio de cartas. Desse modo, o caráter inovador desses renomados autores está intimamente relacionado com as correspondências que trocaram e que favoreceram tanto o avanço da teoria quanto o aperfeiçoamento da técnica.

Há registros de cartas de Freud em resposta a correspondências enviadas pelos psicanalistas brasileiros Durval Marcondes, Arthur Ramos, Porto-Carrero, Karl Weissmann e Gastão Pereira da Silva (Parestrello, 1992, como citado em Barbeiro & Reis, 2021). Mesmo que sinalizando simples agradecimentos de Freud aos colegas brasileiros, estas cartas sinalizam o trânsito possível do saber psicanalítico de sua época. Na complexa perspectiva entre o privado e o público, as cartas contribuíam para a difusão da psicanálise e sua popularização. Parafraseando a polêmica frase atribuída por Lacan a Freud: através das cartas, a psicanálise cruzava fronteiras e levava a peste a lugares inimagináveis.

Outros instrumentos de comunicação também foram utilizados para a circulação da psicanálise além dos muros dos centros de formação. Programas de rádio ofereceram espaço para que vários analistas aplicassem o saber psicanalítico às situações cotidianas. Entre os analistas que utilizavam o rádio como espaço de fala estão Françoise Dolto e Winnicott. Dolto respondeu a cartas de pais e crianças em um programa de rádio francês, que mostravam seu desejo de se comunicar e permitiam um vislumbre do mundo interno da analista (Barbeiro & Reis, 2021). Durante a Segunda Guerra Mundial, Winnicott usou um programa de rádio da BBC para se comunicar com o público entre 1939 e 1962. Ele falava abertamente sobre questões cotidianas e transmitia o saber psicanalítico despretensiosamente. Suas falas mais marcantes aconteceram entre 1939 e 1944, quando dividia espaço com o som das bombas nazistas e se colocava na cena social tecendo críticas sócio-políticas importantes (Prado, 2021). Winnicott orientava as mães a ouvirem com carinho seus filhos e, diante das angústias e dúvidas da guerra, sua voz criava uma atmosfera de segurança, conforto e esperança para o que se havia perdido e para o que se ansiava pelas famílias desamparadas (Prado, 2021).

Por último, gostaria de destacar a participação de psicanalistas na TV. A participação icônica de Lacan em uma rede televisiva francesa em horário nobre no ano de 1974 foi um marco. Sua atuação, quase ou inteiramente teatral, na entrevista impactou tanto os telespectadores quanto sua fala complexa sobre a teoria psicanalítica. Lacan não poupou os telespectadores de seu lacanês e afirmou que iria falar na TV da mesma maneira que falava em seus seminários aos “não-idiotas, os analistas supostos” (Quinet, 1993). Essa comunicação de Lacan se tornou um livro publicado com o título de *Televisão* ainda no ano de 1974.

Na contemporaneidade, é possível perceber a maciça presença de analistas nas mídias; não obstante, estes assumem um novo papel nos meios de comunicação social. Aqueles que no princípio eram convocados a responder perguntas sobre assuntos do cotidiano, atualmente se colocam de maneira espontânea, e por vezes excessiva, nas mídias, ocupando o lugar daquele

que tem sempre uma “velha opinião formada sobre tudo”. Assim, passamos da convocação de terceiros para uma convocação egóica dos analistas que se posicionam como árbitros estrangeiros à cena cotidiana, emitindo seus julgamentos a partir de seu distanciamento da cena social. Através do domínio da outra cena, os analistas operam a partir do que Castel (1978) nomeia extraterritorialidade social. Tal conceito, cunhado por Robert Castel, despertou meu interesse, levando-me a estabelecer uma conexão com o conceito jurídico de extraterritorialidade.

3.2 ENTRE NEUTRALIDADES E O APOLITICISMOS: a extraterritorialidade da cena social.

Conforme afirma Capez (2011), o princípio da extraterritorialidade no Direito “consiste na aplicação da lei brasileira aos crimes cometidos fora do Brasil” (Capez, 2011, p. 112). Tavares (2020) dá ênfase ao fato de a extraterritorialidade se legitimar por ser alicerçada em fundamentos normativos, ou seja, em uma lei que a ordena. Os fenômenos do inconsciente são considerados extraterritoriais, ou seja, estão em um território no qual são imputadas normas inerentes à técnica analítica aos acontecimentos que dizem respeito às cenas cotidianas. A legislação psicanalítica é convocada a se posicionar sobre os fenômenos do social e o analista, juiz estrangeiro da cena social, profere seus vereditos. O saber sobre o sujeito é transportado para esse outro território que, blindado do social, é colonizado por aqueles que dizem saber o que não se sabe sobre aqueles que circulam com a palavra no setting analítico.

O paradoxo que merece ser enfatizado é aquele identificado por Castel (1978), o qual observa que o aparato analítico produz um saber a partir do desconhecimento do campo social e político. Segundo o autor, esse é o antagonismo constitutivo da psicanálise. A relação entre psicanálise e política sempre se deu de forma controversa e delicada e, mantendo-se como aquela que atua em um outro território, a psicanálise se distanciou da cena social e, conseqüentemente, da política. Contudo, ao revisitar a trajetória histórica da psicanálise,

observa-se que, diante da crescente colonização do inconsciente, as revoluções do início do século XX convocaram os analistas, principalmente Freud, a despertar para as demandas do social. A convocação de Freud para a abertura das clínicas populares sinaliza a intersecção freudiana entre a ética e a técnica psicanalítica, indicando que a psicanálise não deve se dedicar a uma adequação dos sujeitos. Tal afirmação revela uma posição claramente política de Freud frente às posturas apolíticas que já eram crescentes nas sociedades psicanalíticas.

Pellegrino (1981) aponta que o apoliticismo é uma manifestação ideológica que visa ocultar uma adesão política plena e efetiva em favor da ideologia dominante. A suposta neutralidade política é, incontestavelmente, o representante ideológico pelo qual a psicanálise, enaltecendo sua missão, conformidade e imparcialidade científica, se endossa plenamente à ordem social e política vigente. Simultaneamente, invalida qualquer reflexão ou ação que conteste a configuração de poder dentro da própria instituição.

Os discursos que circulam fora da cena analítica, enredados pelo social e atravessados pela política, devem ser neutralizados pela convenção analítica para que haja o trabalho analítico. Impõe-se aos analistas que assumam uma posição de neutralidade daquilo que “na existência ordinária jamais é neutro” (Castel, 1978, p. 33). Presume-se uma neutralidade tanto do analista quanto do analisando, que deve produzir suas narrativas subjetivas alocando sua dimensão política e social à margem da situação analítica.

Castel (1978) discute o quanto o imperativo da neutralidade está incutido na formação da cena analítica, destacando a contratualidade analítica como dispositivo de controle da própria subjetividade. A psicanálise frequentemente opera por meio da privatização e ao analista interessa apenas o discurso que é contratualizado, estruturado pelas relações entre poder e saber que se desenrolam no setting analítico e que são controladas pela sociedade psicanalítica. Assim como também só é reconhecida a formação que se dê nos moldes da contratualidade

institucional psicanalítica, orquestrada no estabelecimento do enquadre da cena individual em detrimento da social (Castel, 1978). Nesse âmbito, a instituição psicanalítica pode ser tida sociologicamente como instituição fundadora do contrato analítico (Castel, 1978).

Existe uma dinâmica autoritária que transpõe a neutralidade inerente ao setting para os centros de formação de analistas. Os aspirantes a analistas devem seguir uma doutrina “fulanizada” e os princípios de uma teoria una. Sobre a doutrina que chamo de fulanizada, podemos destacar que a análise com um analista didata, ou seja, reconhecido pela IPA, é imprescindível para determinar se o candidato possui ou não as qualificações necessárias para tornar-se um analista, representando assim a personificação da instituição em um indivíduo investido de poder e autoridade. Lima (2020) argumenta sobre o fato de a análise didática se configurar como uma função burocratizada nas formações de novos analistas, concentrando o poder na mão de poucos e reforçando a fantasia do “selo de garantia filiatória”.

Oliveira (2017, como citado em Meyer, n.d.) destaca que a relação intervencionista e coercitiva do analista didata nas instituições cria uma conexão “fisiológica” entre o candidato e o analista. Essa relação, influenciada principalmente pelo poder econômico, acaba resultando em um laço de caráter contratual. Os papas da psicanálise, que se colocam como referência teórica e de campo de atuação dentro e fora das instituições ligadas à IPA, assumem a posição de mestre. Segundo Kyrillos Neto e Pádua (2015), uma análise fundamentada a partir da mestria do analista didata não o deixaria na posição de suposto saber, mas sim de saber efetivo e, ao ocupar essa posição, delibera sobre a aprovação do candidato, demonstrando que possui autoridade real e não apenas uma ilusão fantasmagórica sobre o destino de seu analisando.

A transferência, essencial no processo de análise, passa então a se configurar como submissão ao desejo do Outro, encarnado na figura do analista didata. Sob o véu do discurso de neutralidade, ocorre uma supressão da realidade ou seu confinamento a outra cena,

resultando em uma operação de alienação (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). Lacan (1973) postula que a alienação consiste na relação de dependência do sujeito em relação ao Outro, o que o impede de se colocar como sujeito de seu desejo, sendo esse sempre uma prerrogativa do Outro.

Nesse contexto, Mandelbaum e Vasconcellos (2014) afirmam que o desejo de se tornar analista, principal objetivo da análise didática, muitas vezes não era objeto de análise. Em vez disso, havia somente a projeção do desejo do analista didata de aprovar ou não o candidato. Não obstante, o indivíduo acaba renunciando à possibilidade de se tornar sujeito de seu próprio desejo. Assim, a transferência torna-se um mecanismo de alienação e a standardização da formação passa a carregar essa característica, o que incide diretamente na maneira como a clínica psicanalítica será conduzida (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). Partindo da perspectiva da formação regulamentada pela IPA, podemos dividir a sociedade psicanalítica em dois grupos opostos: aqueles que se dedicam à verdadeira psicanálise e, portanto, seguem uma formação nos padrões IPA, e os demais, hereges da teoria e indignos de se denominarem psicanalistas (Kyrillos Neto & Pádua, 2015).

Lima (2019) fala sobre o movimento de “desfulanização” da psicanálise através da ausência de um mestre que seja regente único da teoria psicanalítica. Uma abertura a novos espaços que, “desfulanizados”, possam romper com a contratualidade banhada de ideologia de dominação, a fim de que o foco em figuras individuais abra espaço para uma perspectiva mais ampla do campo da psicanálise. Em seu texto, Rafael Alves Lima destaca que esse movimento de despersonalização da teoria e expansão de paradigmas tem sido observado como derivativo das clínicas populares que, assim como em tempos longevos, ainda são operadas como local de formação e suportam a expressão do potencial crítico dos analistas em formação.

Castel (1978) argumenta que a psicanálise atua como um dispositivo que opera por meio de um desconhecimento intencional da esfera social e de suas repercussões nos sintomas dos

indivíduos. Este fenômeno, denominado por Castel como ‘Psicanalismo’, evidencia uma cumplicidade tácita entre a prática analítica e a ideologia dominante. Nesse contexto, o analista emerge como um veículo do discurso ideológico dominante, ao desconsiderar as dinâmicas sociais e adotar uma postura de neutralidade política. Entretanto, essa consonância da psicanálise com o discurso ideológico prevalente não apenas reflete, mas também reforça as dinâmicas de poder e capital dentro das próprias instituições psicanalíticas. Lima (2020, p. 109) afirma que, geralmente, as classes trabalhadoras encontram-se marginalizadas devido às barreiras sociais que as impedem de assimilar e empregar “certa senha codificada” para ingressar na esfera da psicanálise, reafirmando as segregações discretas, mas persistentes, que conferem ao campo psicanalítico um caráter elitista.

Após percorrer a história da psicanálise desde seus primórdios, é possível perceber o quanto ela se desenvolveu em meio a atravessamentos do político e do social. Observando a inaugural cena vienense da psicanálise, intrinsecamente ligada a Freud, percebe-se que a ascensão do nazismo provocou não apenas o exílio forçado de analistas judeus, mas também catalisou a disseminação da psicanálise para novos contextos culturais e sociais, enriquecendo-a com diversas perspectivas. Dessa forma, a psicanálise enfrentou o desafio substancial de permanecer fiel à epistemologia freudiana, ao mesmo tempo em que se adaptava a contextos distintos, repletos de peculiaridades políticas e sociais. Esse processo exigiu um equilíbrio delicado entre a preservação dos fundamentos teóricos e a incorporação de novas dinâmicas culturais.

Para atingir os objetivos propostos de analisar a posição das sociedades psicanalíticas brasileiras (SBPSP, SBPRJ e SPRJ) mediante os acontecimentos políticos a partir de 2016, torna-se imprescindível investigar o percurso histórico da psicanálise em território brasileiro, bem como compreender os mecanismos de sua institucionalização. A inserção da psicanálise em solo brasileiro foi notoriamente influenciada pelo contexto político. O processo de

institucionalização não se caracterizou pela linearidade, mas sim pelo entrelaçamento com os movimentos culturais e intelectuais, posicionando-se como um laço de resistência, embora também fosse percebida como nó apertado em sua interação com o discurso ideológico pujante da época, ou seja, o psicanalismo.

A partir daqui, empreendo uma investigação acerca da história da psicanálise no Brasil, explorando tanto as cenas sociais quanto políticas que permearam sua institucionalização. O objetivo é adentrar na cena contemporânea da psicanálise e desvendar a complexa interlocução entre a instituição psicanalítica e o campo político, visando compreender as dinâmicas atuais e suas ressonâncias históricas.

4 PSICANÁLISE E BRASIL: a política como laço e nó.

*“Eu sou da América do sul
Eu sei, vocês não vão saber
Mas agora sou cowboy
Sou do ouro, eu sou vocês
Sou do mundo, sou Minas Gerais.”*
Milton Nascimento - Para Lennon e McCartney

No Brasil, a transição para o século XX e os anos subsequentes foram inegavelmente significativos na história nacional, delineando o caminho para um conceito de nação brasileira, em meio à instabilidade dos primeiros anos da república e ao enfrentamento de questões sociais (Melloni, 2009). A abolição da escravidão e a Proclamação da República desencadearam uma onda de renovação nas ideias e visões sobre a nação brasileira (Torquato, 2015). O mundo conhecia o Brasil por sua estonteante beleza natural, mas também por suas mazelas sanitárias. A medicina brasileira empreendeu esforços para normatizar e estruturar a sociedade sob um olhar de saúde pública (Torquato, 2015). Por um extenso período, essas metas dominaram os debates entre intelectuais e cientistas, que estavam empenhados em resolver dilemas relacionados à identidade do povo brasileiro (Melloni, 2009).

Segundo Facchinetti e Ponte (2003), a temática do aprimoramento racial era complexa, abrangendo perspectivas que iam desde a defesa da criação de uma nova raça por meio da incorporação gradual de indivíduos brancos, até posições que pleiteavam uma maior atuação governamental, visando prover à população os meios necessários para alcançar níveis satisfatórios de saúde e instrução.

O Brasil, ao longo de seu processo de colonização, recebeu pessoas de vários lugares do mundo e isso o fez uma miscelânea cultural e racial. Uma gestão de aprimoramento racial foi vista como uma medida urgente frente à análise que responsabilizava as características raciais pelos infortúnios da população carente (Torquato, 2015). O debate científico era

marcado por numerosas descobertas na área de genética e acreditava-se que a degeneração do povo brasileiro, tanto em aspectos físicos quanto morais, decorria da herança de traços genéticos alterados por influências ambientais (Melloni, 2009). Logo, as novas ciências importadas da Europa eram vistas como a chave para transformar o Brasil em uma nação avançada.

A comunidade médica e científica se dedicava a desenvolver um projeto educacional e civilizador durante a Primeira República, com o objetivo de promover a educação da população através de uma abordagem extensiva de ensino moral e cívico (Torquato, 2015). Segundo Facchinetti e Ponte (2003), a teoria freudiana despertou atenção em diferentes aspectos: por um lado, foi empregada como ferramenta para questionar a civilização europeia e exaltar culturas marginais; por outro, foi adotada como base para sustentar, dentro de um contexto conservador, a perpetuação de controles sociais já existentes, agora sob uma perspectiva sanitaria.

O Brasil se destacou como a primeira nação da América Latina a adotar a teoria freudiana, acolhendo gradativamente a psicanálise nas primeiras décadas do século XX (Torquato, 2015). A psicanálise começou a se integrar progressivamente ao movimento eugênico que se expandia pelo Brasil, e sua teoria servia como alternativa terapêutica para segmentos vulnerabilizados da população, vistos como necessitados de uma “reforma” para alcançar a modernização e o progresso (Porto-Carrero, 1933, como citado em Torquato, 2015). É importante notar que o modernismo, em sua fase inicial, fundamentou-se na psicanálise, assim como na filosofia de Nietzsche e no pensamento marxista, como alicerce para a revolução cultural que visava à criação de uma nova identidade brasileira, uma invenção do Brasil (Facchinetti & Ponte, 2003).

Vislumbrou-se a oportunidade de educar, civilizar e direcionar as pessoas para objetivos alinhados com as aspirações de modernidade da época, na perspectiva de que um “ego

civilizado” fosse capaz de domar um “id primitivo”, moldando comportamentos em conformidade com os ideais de progresso e ordem social (Torquato, 2015). Dentro do debate sobre um projeto nacional, onde a definição de um ideal de cidadão e sociedade era central e guiava as discussões, a psicanálise ganhou terreno no Brasil, promovida por uma parte significativa da intelligentsia nacional (Facchinetti & Ponte, 2003).

Seguindo a esteira da história política brasileira, a Revolução de 1930 representou uma reação política às várias mudanças que o Brasil enfrentava durante seu processo de modernização, como a industrialização, urbanização, expansão da classe média e o aparecimento do proletariado. Dentro desse quadro, o governo de Getúlio Vargas buscava uma nova concepção sobre o cidadão brasileiro, procurando afastar-se da visão racista predominante que lhe atribuía características de preguiça, insolência e baixa capacidade, traços que não se alinhavam com as necessidades do emergente capitalismo brasileiro (Barbalho, 2000).

Segundo Rafael Alves Lima (comunicação pessoal, 2019), a psicanálise instituiu-se como meio de promoção cultural e de modernização do Brasil no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ao se engajar em um movimento de modernização dos costumes, se beneficiou de uma política de Estado que buscou garantir que as práticas “psi” se dessem em terras brasileiras, da mesma maneira que ocorriam na Europa. Nomes como Virginia Bicudo e Durval Marcondes, importantes na história da psicanálise no Brasil, mantinham uma relação de proximidade com JK, por exemplo (Lima, 2020). Há inclusive uma fala de Durval Marcondes que marca muito essa época. Parafraseando o enunciado freudiano “Onde era Id, há de ser Eu” (Wo Es war, soll Ich werden), Durval diz: “Onde era Id, será Ego. Onde era sertão, será Brasília” (Frausino, 2020). A política governamental brasileira demonstrou um claro interesse na formação de psicanalistas alinhados aos padrões da International Psychoanalytical Association (IPA). O governo brasileiro custeava a formação de alguns analistas na Europa,

visando estruturar a institucionalização da psicanálise brasileira a partir de uma formação compatível com as exigências internacionais.

Segundo Kyrillos Neto e Pádua (2015), a primeira psicanalista IPA exilada em terras brasileiras foi Adelheid Koch, em 1936. Em meio à instalação do nazismo na Europa e à escalada da violência e perseguição aos judeus, Ernest Jones, então presidente da IPA, recomendou à psicanalista judia alemã Dra. Adelheid Koch que estabelecesse residência no Brasil e iniciasse a primeira formação psicanalítica no país, fundando o Grupo de Psicanálise de São Paulo. Para além da perspectiva do exílio político de Adelheid Koch, ela era a analista mais indicada para representar a IPA na América do Sul, pois era altamente respeitada pelos membros da IPA e reconhecida por sua organização e subordinação às regras da associação (Facchinetti & Ponte, 2003).

O Grupo de Psicanálise de São Paulo obteve afiliação à IPA durante o XVII Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Amsterdã em 1951 (Coimbra, 1995), tornando-se a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). Foram analisados pela Dra. Adelheid os psicanalistas Virgínia Bicudo, Durval Marcondes, Flávio Dias e Darcy de Mendonça Uchôa (Lima, 2020). Ainda segundo o autor, o coletivo de analistas vinculado à SBPSP exibiu uma dualidade: se, por um lado, apresentava uma variedade considerável em termos de formações profissionais e acadêmicas entre seus membros; por outro lado, revelava-se suscetível a conflitos interinstitucionais, por ser a entidade associada à IPA que incorporava um número maior de não-médicos em posições de ensino. Tal característica teve implicações significativas nas tensões entre psicanalistas médicos e os denominados leigos na década de 1950, bem como influenciou os desdobramentos durante o período da ditadura militar.

No Rio de Janeiro, um grupo de psiquiatras interessados em formação psicanalítica nos padrões da IPA migrou para Buenos Aires e realizou sua formação na Sociedade Psicanalítica Argentina (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). É importante destacar que, na Associação Psicanalítica Argentina (APA), havia uma integração entre a cultura de esquerda e as discussões clínicas, e sua influência no Brasil se deu mais através da prática clínica do que pelo debate intelectual (Lima, 2020). Já as entidades brasileiras afiliadas à IPA haviam consolidado uma preferência pela psicanálise britânica, sobretudo as correntes kleiniana e pós-kleiniana, que se alinhavam com a visão apolítica proposta por Ernest Jones em detrimento ao social.

Em 1947, o Instituto Brasileiro de Psicanálise foi fundado no Rio de Janeiro, e, assim como em São Paulo, iniciou-se a troca de correspondências com Ernest Jones, com o objetivo de encontrar analistas didatas dispostos a vir para o Rio de Janeiro. Jones inicialmente indicou Marke Burke, judeu de origem polonesa, membro associado da Sociedade Britânica de Psicanálise (Silveira, 2016). Em 1948, sob a solicitação de Ernest Jones e a intermediação da IPA, o psicanalista alemão Werner Kemper foi designado para o Rio de Janeiro com o propósito de fundar, em colaboração com Marke Burke, a primeira entidade psicanalítica filiada à IPA na metrópole (Füchtner, 2000).

A carreira de Kemper é marcada por intensas polêmicas, sendo a mais proeminente a sua suposta proximidade com o regime nazista. Roudinesco e Plon (1998) afirmam que, em meio à estratégia de “resgate” da psicanálise, Kemper se juntou a Felix Boehm, Carl Müller-Braunschweig e Harald Schultz-Hencke, psicoterapeutas alemães que optaram por prosseguir suas carreiras durante o regime nazista, um período em que a profissão foi vetada para os judeus alemães.

Lima (2020) destaca que Kemper mantinha uma gestão centralizadora das análises didáticas e era conhecido por seu temperamento autoritário. Kemper assumiu a direção da

Policlínica do Instituto Göring (Füchtner, 2000), sucedendo John Rittmeister, que havia sido detido por sua oposição ao regime nazista em 1942, sendo executado no ano seguinte (Facchinetti & Ponte, 2003). Manteve-se na direção do instituto até o término da Segunda Guerra Mundial e, em diversas ocasiões, expressou de maneira velada seu alinhamento com as doutrinas do nacional-socialismo (Facchinetti & Ponte, 2003). No Instituto, Kemper teria contribuído ativamente para o desenvolvimento das políticas da Wehrmacht (forças armadas da Alemanha) destinadas ao manejo das neuroses de guerra, demonstrando seu comprometimento com as políticas seletivas estabelecidas pelo Terceiro Reich (Roudinesco & Plon, 1998).

No Dicionário de Psicanálise, Roudinesco e Plon (1998) se dedicam à interconexão de Kemper com o nazismo, enquanto Füchtner (2000) apresenta um texto que desafia a autenticidade dessas alegações. O autor articula uma crítica às acusações dirigidas a Kemper, argumentando que muitas delas são infundadas e derivam da filiação profissional do psicanalista. Entretanto, inicia seu texto com um excerto de um diálogo ocorrido durante o 36º Congresso Internacional da IPA em 1989, em Roma, onde Robert Wallerstein, presidente da instituição, incitou a psicanalista brasileira Inaura Carneiro Leão ao mencionar que a prática psicanalítica no Rio de Janeiro foi liderada por um agente da Gestapo. Este trecho sugere que, apesar das justificativas e análises de Füchtner para retratar a história de Werner Kemper, ele é reconhecido tanto no Brasil quanto internacionalmente como um analista associado à ideologia nazista.

Uma questão importante levantada por Coimbra (1995) é o fato de, no Brasil, pouco se ter questionado os motivos que levaram Kemper a imigrar da Alemanha apenas após a queda do regime nazista, durante o qual ele esteve por mais de uma década à frente da Clínica do Instituto Göring. Werner Kemper permaneceu na cidade do Rio de Janeiro até o ano de 1967, regressando para Berlim desacompanhado, motivado por questões de saúde, além de razões pessoais e profissionais (Füchtner, 2000).

Werner Kemper era casado com Anna Kattrin Kemper e enfrentava denúncias referentes à formação de Anna, que, segundo relatos, não havia completado as horas de análise com um didata requeridas pela IPA, levantando questionamentos sobre sua competência enquanto analista (Roudinesco & Plon, 1998). Em 1957, utilizando-se de sua posição influente no Instituto Alemão de Psicanálise, Werner Kemper conseguiu que Anna Kattrin Kemper fosse aceita como analista (Lima, 2020). Mas, embora formassem um casal, carregavam trajetórias psicanalíticas e heranças institucionais marcadamente distintas. Tais discrepâncias refletiam de maneira evidente nos analistas que cada um analisava como didata, sendo notável a divergência tanto nas metodologias clínicas empregadas quanto nas perspectivas políticas adotadas por seus discípulos (Lima, 2020).

Membros da SBPRJ observaram que o estilo de Anna Kemper como analista era singular e desafiava fortemente a ortodoxia kleiniana da época (Coimbra, 1995). Sem se prender a modelos estabelecidos, ela exibia uma notável versatilidade e rejeitava um ambiente terapêutico padronizado, introduzindo influências que desviavam da formação analítica rigorosamente padronizada pela corrente ortodoxa e seus métodos (Coimbra, 1995). Anna Kattrin atendeu notáveis figuras culturais como a escritora Clarice Lispector e o músico Tom Jobim, alcançando um tipo distinto de reconhecimento que envolveu uma mobilização cultural não diretamente relacionada à psicanálise, mas que ganharia evidência durante o período do “boom” da psicanálise no final dos anos 60 (Lima, 2020).

Anna Kemper deixou a SBPRJ e fundou o Círculo Psicanalítico da Guanabara no ano de 1969 (Roudinesco & Plon, 1998). Em 1971, em parceria com Hélio Pellegrino, que fora seu analisando, deram início aos Encontros Psicodinâmicos, destinados ao suporte de casais em momentos de adversidade (Roudinesco & Plon, 1998). Essa iniciativa foi a precursora da Clínica Social de Psicanálise, inaugurada em 1973, que se propôs a democratizar o acesso ao tratamento psicanalítico. A clínica se empenhou em atender a população carente, consolidando-

se como um marco no campo da saúde mental. Influenciada pelas obras de Sandor Ferenczi, Melanie Klein e Donald Woods Winnicott, a clínica tornou-se um espaço de prática de um freudismo progressista e não conformista (Roudinesco & Plon, 1998). Na concepção da psicanálise ortodoxa, ancorada em um modelo de formação analítica burocrática, que reserva a prática da psicanálise a uma casta seleta de “escolhidos”, a abordagem adotada por Kattrin é vista como uma transgressão, quase uma blasfêmia contra os preceitos estabelecidos (Coimbra, 1995).

A partir do percurso histórico feito nesse capítulo, nossa hipótese é de que as rotas filiatórias que instituíram a psicanálise no Brasil exerceram um impacto relevante nas cenas institucionais que se seguiram. As trajetórias filiatórias psicanalíticas oferecem um campo fértil para a análise histórica das interações entre a psicanálise e o contexto sociopolítico do tempo presente. A análise detida dessas interlocuções revela as maneiras pelas quais as instituições psicanalíticas, como a SBPSP, a SBPRJ e a SPRJ, navegam entre o compromisso ético com a verdade e a sobrevivência sob regimes repressivos. A interação entre a política e o setting revela que as instituições psicanalíticas, guiadas por princípios legais extraterritoriais, ao confrontarem-se com a realidade social, são impelidas a abandonar a segurança da ‘outra cena’, desafiadas a responder às demandas de um contexto em constante transformação ou se manter sob o imperativo máximo da neutralidade: o silêncio!

Portanto, delineia-se um marco temporal crucial para esta investigação: o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Dentro desse período histórico se encontram dois marcos importantes para esse trabalho: o Caso Amílcar Lobo (SPRJ) e o Caso Marcelo Vinãr (SBPSP). Ao operarmos através de um regime de historicidade, pretendemos partir de narrativas históricas a fim de investigar suas interlocuções temporais com os fenômenos que analisaremos. A historiografia se desenvolve a partir de um corte entre o passado e o presente e emerge das

relações entre a cena atual em detrimento aos materiais históricos que são deslocados no tempo e trazidos para o tempo presente como uma forma de historicizar os fenômenos pesquisados.

A análise histórica subsequente à implementação da psicanálise no país é vital para a construção de uma compreensão do presente, sobretudo ao considerarmos a conjuntura política brasileira contemporânea como uma ressonância das dinâmicas que antecederam o golpe de Estado em 1964. Contudo, para chegarmos à cena atual, faz-se imprescindível escutarmos o que ecoa dos porões silenciosos da nossa história.

5 SOBRE O SILENCIAMENTO INSTITUCIONAL PSICANALÍTICO: Casos Amílcar Lobo (SPRJ) e Marcelo Vinãr (SBPSP).

*“Como beber dessa bebida amarga?
Tragar a dor, engolir a labuta?
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa?
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta”
Cálice - Chico Buarque*

No Brasil, presenciamos uma particularidade histórica em relação à integração da teoria psicanalítica e, segundo Facchinetti e Ponte (2003), a inserção, propagação e institucionalização da psicanálise no Brasil foram marcadas por um claro confronto de influências. Forjada para desafiar os códigos linguísticos estabelecidos e romper com uma perspectiva de mundo atrelada a um ideal europeu, a psicanálise provocou surpresa e controvérsia em suas aplicações, acabando por ser assimilada por uma narrativa de discurso “conservador, repressivo e acrítico” (Facchinetti & Ponte, 2003, p. 3).

Contudo, é necessário destacar que os membros do movimento modernista brasileiro enxergaram em Freud um potencial fornecedor de reflexões para o contexto brasileiro (Santos, 2016). Faziam uma leitura irreverente das obras de Freud, servindo-se delas para embasarem as críticas sociais tecidas pelo movimento. Não se tratava de uma adesão à doutrina psicanalítica, mas, na verdade, de uma apropriação livre de alguns conceitos freudianos utilizados como base para seu próprio pensamento, sem reivindicar filiação teórica específica ou adotar rigor metodológico.

A expansão da psicanálise em território brasileiro se deu em alinhamento com o discurso ideológico dominante e sob uma perspectiva colonialista. Em outras palavras, o Estado brasileiro, em seu esforço de construção da identidade nacional, adotou a psicanálise como parte

de sua retórica política (Melloni, 2009), estabelecendo-a como um padrão para o tratamento de patologias sociais e como um instrumento para forjar o “novo homem brasileiro” durante o período do getulismo (Barbalho, 2020). Assim, o processo de legitimação da psicanálise no Brasil foi majoritariamente mediado e reconhecido através do endosso de psicanalistas europeus.

Seguindo a esteira da ideologia autoritária presente desde implementação da psicanálise no Brasil e de seu alinhamento ao projeto político nacional, a ascensão da psicanálise no Brasil acontece durante a Ditadura Civil-Militar. O golpe militar foi anunciado em 31 de março de 1964 e contou com o apoio dos setores liberais da sociedade civil, por isso, podemos denominar esse período de Ditadura Civil-Militar brasileira (Lima, 2020). A instalação da Ditadura Militar no Brasil foi defendida sob o pretexto de que o sacrifício temporário do bem-estar coletivo era essencial para a preservação da segurança nacional e para o combate à suposta ameaça comunista (Toledo, 2004). Esse período ficou eternizado na memória histórica do país através da implementação de diversos Atos Institucionais, que instituíram medidas como censura, perseguição política, anulação de direitos constitucionais, esfacelamento da democracia e repressão aos resistentes ao regime (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). Durante 21 anos de governança autoritária e ditatorial, o Brasil sofreu impactos profundos que deixaram cicatrizes duradouras em sua sociedade, cultura e instituições, cujos efeitos ainda são perceptíveis na atualidade.

A retórica adotada pelas forças armadas caracterizava-se pela oposição ao comunismo e ao que era considerado um populismo irresponsável (Lima, 2020). Em outras palavras, o discurso oficial enfatizava a necessidade de moralizar a política, implementar uma visão neoliberal das políticas públicas e promover a despolitização do processo decisório. Destaco desde já que qualquer semelhança com os tempos atuais e sombrios não é mera coincidência, mas falaremos disso mais adiante!

Sobre as fundamentações “salvadoras” da nação brasileira alegadas para o golpe de 64, Toledo (2004) afirma que seria mais conciso afirmar que os acontecimentos de 1964 constituíram: uma ofensiva à emergente democracia política brasileira, um movimento de oposição às reformas sociais e políticas que estavam em processo, uma intervenção repressiva diante da politização das organizações trabalhistas e uma dissolução do debate ideológico e cultural amplo e vigoroso que se encontrava em progresso no país.

Roudinesco (1995) afirma que há duas condições básicas para que a psicanálise se difunda em uma cultura: uma teoria psiquiátrica robusta que suplante a interpretação religiosa dos transtornos mentais e a garantia da liberdade. Enquanto a primeira das condições invariavelmente necessárias se refere a um corpo teórico científico assentado na Psiquiatria e Psicologia, a segunda diz respeito à necessidade de um Estado Democrático de Direito. Contudo, contrariando a afirmação de Roudinesco, foi durante o período da Ditadura Militar brasileira que a psicanálise mais se difundiu no Brasil. O psicanalista Dunker (2019), em uma entrevista à Revista Cult, afirma que o Brasil responde às duas condições *sine qua non* de Roudinesco de maneira atípica, tanto pela instabilidade histórica de nossas garantias institucionais quanto pela frequente desconfiança no saber da ciência acerca dos transtornos mentais. Quando questionada, em uma entrevista realizada pela Revista Cult, sobre tal fato Elisabeth Roudinesco ¹responde:

As ditaduras latino-americanas não foram totalitárias como a Alemanha nazista, onde foi proibida enquanto ciência judia ou o stalinismo, como ciência burguesa. Na América-Latina as ditaduras deixavam espaço para a liberdade de associação, não proibiram a psicanálise. Os psicanalistas tinham a escolha entre a “neutralidade

¹ Trecho retirado da tese de doutorado do psicanalista Rafael Alves Lima: A psicanálise na ditadura civil militar Brasileira: história, clínica e política. Esta resposta de Elisabeth Roudinesco foi retirada da publicação da matéria pela Revista Cult, edição de janeiro de 2017.

política”, o recuo para a clínica, a colaboração, o engajamento ou o exílio. Havia opções. (Elisabeth Roudinesco, 2016 em entrevista à Revista Cult).

Convencionou-se denominar “boom da psicanálise” a significativa expansão desta no Brasil durante a ditadura, notadamente durante o período mais repressivo da ditadura militar, o governo do general Médici (1969-1974) (Oliveira, 2017). Lima (2021) argumenta que é impreciso vincular o auge da psicanálise exclusivamente a essa década e adverte contra a suposição equivocada de que a liberalização política e o consequente aumento da liberdade foram os catalisadores da expansão da psicanálise, enfatizando que o “boom” teve início ainda no final dos anos 60, durante os anos mais turbulentos e repressivos do regime militar.

Cerqueira Filho (1982) assinala indícios sobre o boom da psicanálise no Brasil, apontando tanto para a alienação política que é imposta quanto para a transformação dos conflitos sociais em questões psicológicas e individuais, dentro de um contexto de “psicanalismo”, como uma versão ideologizada da psicanálise. Ainda segundo o autor, o capitalismo, em seu avanço rápido e ininterrupto dentro da estrutura social do Brasil, fez do período da ditadura um ambiente altamente propício para o crescimento do capital. Isso foi alcançado por meio de práticas autoritárias e de cooptação política que, apesar de serem abertamente manipulativas, se provaram eficazes para o “milagre brasileiro”. Da mesma forma, a psicanálise foi afetada por esse fenômeno e as instituições psicanalíticas se expandiram, passando por um processo intenso de institucionalização. Esse desenvolvimento está intrinsecamente ligado à padronização da vida social, que acompanha a expansão da ideologia da saúde mental (Cerqueira Filho, 1982).

A psicanálise emergiu como uma carreira atrativa no mercado, tanto pela oportunidade de se associar a uma organização internacional como a IPA quanto pela existência de sujeitos dispostos a pagar, inclusive em dólares, para serem atendidos pelos renomados “barões da psicanálise” (Oliveira, 2017). Ainda segundo a autora, durante esse período, os guardiões da

“psicanálise autêntica” dominaram o mercado e prosperaram. Conforme o estudo de Candiota (1976, como citado em Oliveira, 2017), na metade dos anos 70, os membros da SBPSP pertenciam ao segmento social mais próspero do Brasil, equivalendo a 0,2% da população.

A prática analítica, antes focada na clínica social, passa a atender uma clientela emergente com elevada capacidade financeira, composta tanto por uma burguesia culta quanto por segmentos em ascensão social. Em contraponto a essa tendência mercadológica, destaca-se a Clínica Social de Psicanálise, fundada em 1973 por Anna Kattrin Kemper e Hélio Pellegrino, que representou uma das raras iniciativas que desafiaram essa lógica do capital, focando no atendimento de uma população de menor poder aquisitivo, conforme mencionado anteriormente.

Oliveira (2017) afirma em seu texto que, embora seja reconhecido que, nos anos iniciais da ditadura, certas figuras proeminentes do movimento psicanalítico adotaram posições conservadoras, com algumas até expressando apoio ao golpe de 1964 (Oliveira, 2005, como citado em Oliveira, 2017), não há registros de que tenham colaborado diretamente com o regime e não há registro de perseguição a instituições psicanalíticas (Oliveira, 2017). Porém, há uma inconsistência em relação a essa informação em seu próprio texto, e ela reside na narrativa do Caso Amílcar Lobo envolvendo a SPRJ. Os silêncios produzidos no caso Amílcar Lobo e no caso de Marcelo Vinãr têm um impacto particularmente profundo na psicanálise brasileira e reverberam na conduta das instituições até os dias de hoje.

5.1 CASO AMÍLCAR LOBO: o psicanalista em pele de Dr. Carneiro

No ano de 1968, o médico Amílcar Lobo Moreira da Silva se candidatou ao programa de formação em psicanálise na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), começando

sua análise didática com o psicanalista Antônio Dultra Jr., que se mudou para a Inglaterra, fazendo com que Lobo precisasse se vincular a outro analista (Coimbra, 1995). É assim que ele inicia a análise didática com Leão Cabernite no ano de 1971, sendo interrompida em 1974 (Kyrillos Neto & Pádua, 2015), logo após a eclosão da primeira denúncia de seu envolvimento com as atividades de tortura do regime militar.

No final de 1969, Amílcar foi chamado para o serviço militar e designado para o 1º Batalhão de Polícia do Exército, local onde operava o Pelotão de Investigações Criminais do DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). Sob o pseudônimo de Doutor Carneiro, ele frequentava a “Casa da Morte”, um centro de repressão secreto localizado em Petrópolis, com a responsabilidade de cuidar dos detentos políticos antes, durante e após as sessões de tortura (Lima, 2020). Conforme Lima (2020) descreve, durante aqueles anos, Lobo manteve um consultório particular para atender seus pacientes, conciliando seu tempo com visitas frequentes à Casa da Morte em Petrópolis.

Em agosto de 1973, o jornal clandestino Voz Operária, vinculado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), divulgou uma nota com o título “Identificados alguns torturadores na Guanabara”, na qual a denúncia era direcionada a Amílcar (Lima, 2020). No mesmo ano, na Argentina, ocorreu a primeira exposição pública das atividades realizadas no COI-CODI/R ligadas diretamente ao nome de Amílcar Lobo (Coimbra, 1995). A psicanalista Helena Basserman Vianna enviou aos analistas argentinos do grupo Plataforma-Documento uma anotação manuscrita no pé da página do jornal, indicando: “Didata da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro”, e uma matéria foi publicada com a denúncia na revista Questionamos, sob a responsabilidade de Marie Langer e Armando Bauleo (Lima, 2020; Mascarenhas & Pellegrino, 1980). No decorrer desse ano, impulsionadas pela bravura de Helena Besserman Vianna, acusações similares emergiram na França, EUA, Canadá e Espanha, chegando ao

conhecimento de Serge Lebovici, presidente da IPA na época, que optou por confiar na explicação de Leão Cabernite, que declarou ser tudo uma difamação contra a psicanálise e suas instituições (Coimbra, 1995).

As denúncias de Helena não surtiram efeitos significativos. Ao contrário: ela passou a ser acusada de ser comunista e alegavam que suas inclinações políticas a haviam colocado em uma lista negra do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Isso sugeria que ela não mantinha a imparcialidade política e a integridade ética esperadas na prática da psicanálise (Vianna, 1994, como citado em Coimbra, 1995). No ano de 1975, após um exame grafológico, Leão Cabernite comprovou que a denúncia foi feita por Helena e, a partir disso, ela se viu perseguida e ameaçada. Associada da SBPR desde 1970, a psicanalista solicitou ser titulada Membro Titular em 1975, após a ocorrência das denúncias a Amílcar Lobo. Contudo, a direção da Sociedade recusou unanimemente seu pedido, baseando-se no artigo 13 do estatuto da Sociedade, no qual os candidatos eram julgados pelo Conselho com base em seu “caráter” e “normas éticas e técnicas” (Coimbra, 1995).

Em setembro de 1980, aconteceu o Simpósio Psicanálise e Política, organizado pela Clínica Social de Psicanálise Anna Katrin Kemper. Na mesa redonda “Psicanálise e Fascismo”, foi levantada a questão das torturas a prisioneiros políticos nos anos 70 no Brasil. Durante o debate, Rômulo Noronha de Albuquerque, que se identificou como ex-prisioneiro político, compartilhou seu relato de tortura e acusou Amílcar Lobo de ser um dos torturadores do DOI-CODI/RJ (Coimbra, 1995). Hélio Pellegrino, na posição de presidente do debate, enfatizou a seriedade das acusações e se comprometeu ativamente com a busca por resoluções. A novidade não residia na denúncia realizada, mas sim no fato de que agora era trazida à tona no ambiente que Hélio tanto valorizava: o domínio aberto e livre do diálogo público (Lima, 2020). Roberto Mello, que na época era jornalista, estava presente no auditório e, capturado pelas falas críticas de Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi, transcreveu a fala dos três

psicanalistas e publicou um artigo no Jornal do Brasil, intitulado “Barões da Psicanálise” (Castro, 2021).

As denúncias contra Amílcar Lobo ressurgem e contam com relatos de pessoas que reconheceram Dr. Lobo na pele do Dr. Carneiro. A partir de então, Hélio Pellegrino endereça uma carta ao presidente da SPRJ, Dr. Victor Manuel Andrade, na qual reitera que, a partir da revelação estarrecedora feita por Rômulo Noronha de Albuquerque, a acusação previamente divulgada pela revista Questionemos agora é corroborada por evidências substanciais, as quais demandam uma investigação rigorosa para preservar a integridade e o compromisso da instituição para com seus membros.

O artigo do Jornal do Brasil sobre os Barões da Psicanálise e a carta de Hélio à SPRJ, exigindo um posicionamento institucional diante das acusações comprovadas de Amílcar Lobo, deveriam ter motivado uma investigação justa em prol da verdade. No entanto, foram utilizados pela ala mais conservadora da comunidade psicanalítica como razão para justificar a expulsão do psicanalista da SPRJ (Castro, 2021). Contra essa injustiça, vários psicanalistas da SPRJ, discordando dos líderes da instituição, uniram-se a Hélio Pellegrino no Fórum de Debates para fomentar diálogos críticos sobre os aspectos controversos da psicanálise (Castro, 2021). A ala conservadora e autoritária da SPRJ não viu com bons olhos a criação do Fórum e proibiu que as reuniões fossem realizadas na sede da instituição. A partir de então, as reuniões passaram a acontecer na rua e, uma semana depois, nas dependências do Sindicato Médico (Pellegrino, 1981). Sobre isso Hélio relata:

O FÓRUM, na rua, excêntrico com respeito ao espaço físico da entidade, testemunha que a psicanálise, neste momento, não tem lugar dentro da sede da SPRJ. O FÓRUM, que representa a dignidade, a legitimidade e a integridade da instituição, denuncia, estando fora da Sociedade, o que se passa lá dentro. A rua é o espaço comum a todos os

cidadãos da *pólis*. A rua é, portanto, e por excelência, um lugar político, no qual muito se honra o FÓRUM de estar, na presente situação. Os burocratas, desmoralizados, denunciados, por suas próprias e feias ações, estes estão na rua da amargura. (Pelegrino, 1980, p. 84)

A expulsão de Amílcar Lobo da SBPRJ se deu pela justificativa de que, em decorrência do tempo que o candidato ficara afastado de suas atividades no Instituto de Ensino da Psicanálise, a Sociedade decidiu interromper seu processo de formação e desvinculá-lo da instituição. Em nenhum momento as notas oficiais emitidas pelas instituições reconheceram os fatos. Era raro encontrar quem tivesse a coragem de manter uma linha de pensamento independente ou discordar das diretrizes apolíticas (porém políticas!) impostas. Aqueles que se atreviam a tal enfrentavam o isolamento social ou tinham suas objeções limitadas à psicologização massiva dos fatos (Oliveira, 2017). Pellegrino (como citado em Mello, 1980, p. 186) afirma que: “toda prática clínica, como toda prática social, é política.” Ainda no mesmo texto e na página supracitada, Pellegrino afirma que: “esse apoliticismo é um artefato ideológico de má fé, essa omissão só serve aos interesses do status quo”.

5.2 CASO MARCELO VINÃR E A SBPSP: o silêncio dos não tão inocentes.

A posição da SBPSP sobre o Caso Marcelo Vinãr é mais um exemplo da política do silenciamento que permeia as instituições psicanalíticas. Marcelo Vinãr é um psicanalista uruguaio, membro da Associação Uruguaia de Psicanálise, vinculada à IPA. Preso na década de 70 pela ditadura uruguaia, devido à sua militância de esquerda (Volpe, 2020), Vinãr foi detido e submetido a tortura após o governo uruguaio invadir seu consultório e residência (Oliveira, 2017). No ano de 1972, a então presidente da Associação Uruguaia de Psicanálise,

Mercedes Freire de Gabarino, intercedeu junto à SBPSP por um apoio ao apelo pela soltura do psicanalista (Volpe, 2020).

Nesse período, o Brasil ainda estava sob a regência do governo militar e experimentava seu período mais repressivo. Em resposta à solicitação da Associação Uruguaia, o presidente da SBPSP se manifestou a partir de um comunicado oficial, no qual apontou duas deliberações institucionais sobre o pedido de apoio. No primeiro ponto, afirmou que a SBPSP presta todo o seu apoio à violação da prerrogativa de sigilo, fundamental para um exercício ético do psicanalista (Oliveira, como citado por Volpe, 2020, p. 48-49). A partir dessa afirmativa, entende-se que a instituição se posiciona perante a gravidade que se configura uma possível quebra do sigilo através de ações violentas do Estado. O analista é uma fonte interessante de informações para um regime autoritário.

O segundo ponto da deliberação é o mais preocupante por demonstrar o absurdo que uma postura extraterritorial pode produzir. Nele destaca-se que a SBPSP, por ser uma instituição científica e pautada por uma legislação interna, não iria se pronunciar sobre temas que fossem relacionados à política (Oliveira, como citado por Volpe, 2020, p. 48-49). A carta se encerra com votos de que o caso se resolva e desejando saúde ao “colega Dr. Marcelo Vinãr”.

Poderíamos inferir que a posição da SBPSP remete a uma ação defensiva, para não chamar atenção para si em um momento em que a América do Sul era assolada por regimes ditatoriais repressivos. Contudo, não podemos nos esquecer que a psicanálise se “adaptou” muito bem à ditadura civil-militar brasileira. Coimbra (1995) afirma que, a partir de uma análise histórica, percebe-se que a subordinação das instituições psicanalíticas não se restringiu apenas ao aspecto administrativo, mas também ao conteúdo teórico, aproximando-se do determinismo biológico característico do nazismo.

A SBPSP não enfrentou perseguições do Estado e contava com a clientela da burguesia esclarecida, beneficiária do chamado “milagre econômico” (Oliveira, 2017). Assim, cooptada pelas vantagens de se manter alinhada às prerrogativas ideológicas do Estado, a SBPSP optou pelo silêncio e adotou uma abordagem psicanalítica baseada na teoria kleiniana, evitando qualquer envolvimento político (Oliveira, 2017). Isto é, sob o imperativo de garantia da existência da psicanálise, as instituições passaram a ser reprodutoras das violências perpetradas pelo estado de terror: veículos de silenciamento e alienação. Há relutância em reconhecer e aceitar que a prática psicanalítica foi assimilada pelo regime nacional-socialista e que os profissionais que permaneceram no país, de alguma forma, foram negligentes ou até mesmo cúmplices, muitas vezes em busca de benefícios (Coimbra, 1995).

6 O PSICANALISTA NA CENA SOCIAL ATUAL BRASILEIRA

*Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da américa católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos
Será, será, que será, que será, que será?
Será que esta minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos.
Podres Poderes – Caetano Veloso*

Na contextualização da interlocução entre psicanálise e sociopolítica, percorri a história dos primórdios da psicanálise, que, após a Primeira Guerra Mundial, expandiu seu escopo para além dos limites clínicos, adentrando o domínio social. Em resposta a um apelo de Sigmund Freud em 1918, o divã psicanalítico transcendeu os consultórios exclusivos da elite burguesa vienense, alcançando uma presença significativa em ambientes populares. Contudo, com o surgimento do Nazismo na Europa, o ímpeto progressista da psicanálise foi suplantado pela crescente institucionalização do conhecimento psicanalítico e pela formalização da formação analítica, resultando em uma burocratização que restringiu o acesso ao tratamento psicanalítico.

A partir desse momento, teoria, técnica e método psicanalítico passaram a ancorar leituras extraterritoriais, ou seja, há um desconhecimento da cena social na tentativa de garantir uma neutralidade do analista frente a questões ideológicas. Partimos do pressuposto de que o aparelhamento institucional psicanalítico se configura como um produtor de ideologia, ou seja, de que ele opera a partir do Psicanalismo. Assim sendo, o Psicanalismo é um “efeito-psicanálise” engendrado pelo desconhecimento da cena social, que coloca o discurso do inconsciente como um operador social eficaz (Castel, 1978). O autor destaca ainda que o desconhecimento do contexto social não é apenas um esquecimento, mas constitui-se como um processo ativo de deslegitimação da narrativa social na cena analítica.

Os acontecimentos da cena pública convocaram a comunidade psicanalítica a quebrar o dogma fundamental da isenção e se posicionar diante de questões sociais prementes, como as recentes (porém não novas) ameaças à democracia. O Brasil experimentou um extenso período de regime militar, que durou dos anos 1964 a 1985. Os fatores que precipitaram o Golpe Militar de 1964 são resultado da confluência de múltiplos eventos políticos e sociais, intrincadamente entrelaçados ao longo do desenvolvimento histórico da república brasileira (Kyrillos Neto & Pádua, 2015). Desde a restituição do Estado Democrático de Direito, o país não havia vivido nenhum momento de vulnerabilidade democrática até o ano de 2016.

Para o corpus de análise, selecionei as manifestações políticas das Sociedades Psicanalíticas vinculadas à IPA: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) e Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), publicadas no formato de manifesto, nota de repúdio ou carta aberta, veiculadas nas páginas da rede social Instagram e/ou páginas oficiais das instituições. Portanto, as comunicações relacionadas ao contexto político, no intervalo de 2016 a 2023, foram exploradas.

Com base nos dados coletados, este estudo categoriza as manifestações políticas no Brasil em quatro grupos distintos: Impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a Campanha Eleitoral de 2018, a Campanha Eleitoral de 2022 e os Ataques Terroristas aos três poderes de 8 de janeiro de 2023. Um fator que chamou muita atenção durante a captura do material de análise foram os comentários dos seguidores das páginas das Sociedades em relação ao conteúdo das cartas-manifesto sobre o cenário político. Por meio dos comentários, é possível perceber como a polarização político-ideológica foi escalando no decorrer dos anos. Em decorrência disto, os comentários serão incluídos no corpus de análise da pesquisa.

Para a análise do último recorte temporal, os ataques de 08 de janeiro, optamos por incluir todas as comunicações oficiais emitidas pelas associações filiadas à IPA. Essa escolha se justifica pela análise do fenômeno da significativa ampliação das comunicações. Assim sendo, incluem-se as seguintes Sociedades de Psicanálise no último recorte: Sociedade Brasileira de Psicanálise de Campinas (SBPCAMP), Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto (SBPRP), Sociedade Brasileira de Psicanálise de Minas Gerais (SBPMG), Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA), Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre (SPPA), Sociedade de Psicanálise de Pelotas (SPPL), Sociedade Brasileira de Psicanálise de Goiânia (SBPG), Sociedade de Psicanálise do Mato Grosso do Sul (SPMS), Sociedade Brasileira de Psicanálise de Brasília (SBPsb), Sociedade de Psicanálise de Fortaleza (SPFOR) e Sociedade de Psicanálise do Recife (SPRPE).

IMPEACHMENT DILMA ROUSSEFF

Dilma Rousseff, a 36ª presidente do Brasil, teve seu mandato cassado em 31 de agosto de 2016, após um processo que se estendeu por oito meses e 29 dias. A votação no plenário do Senado resultou em 61 votos favoráveis ao impeachment e 20 contrários. O processo teve início com a análise do pedido por uma comissão especial na Câmara dos Deputados, sob acusação de crime de responsabilidade fiscal, relacionado às chamadas “pedaladas fiscais”.

Convocados pelo prelúdio do que viria a acontecer mediante as movimentações políticas para viabilizar o processo de impeachment, no dia 7 de abril de 2016, no Instituto de Psicologia da USP, ocorreu o evento “Psicanalistas pelo apoio incondicional à democracia no Brasil”. Marcando mais de meio século após o golpe militar e quase três décadas de democracia no país, o ato contou com a presença de mais de 300 psicanalistas, estudantes e apoiadores, além de

milhares que acompanharam online. Paralelamente, eventos similares foram organizados em outros estados.

A partir desse evento, construiu-se uma comunicação, elaborada por professores universitários, sob a forma de petição encaminhada ao Congresso Federal, sob o título: Manifesto dos Psicanalistas a favor da Democracia. A carta, assinada por 730 psicanalistas e professores, expressa uma posição contrária ao uso indevido do impeachment, enfatizando que este deve ser um mecanismo de proteção da democracia e não uma ferramenta para ameaçá-la. Argumentam ainda que o processo de impeachment não deve ser corrompido por interesses políticos pessoais ou partidários e que todas as etapas devem ser transparentes e conhecidas pela sociedade. A carta destaca a importância da legalidade e da transparência para enfrentar a crise política e conclui com um apelo para que a democracia e o Estado de Direito sejam preservados, e que a presidente termine seu mandato sem interferências indevidas. A declaração ressalta que a psicanálise brasileira aspira a uma sociedade onde todos possam ser autores ativos de suas histórias, sem se submeterem ao anonimato ou à opressão, e onde a psicanálise continue a florescer e contribuir para o debate público.

Um dos fatores que chamam a atenção na construção do documento é o fato de ele ser produzido por professores universitários, a partir de um movimento de resistência que se dá dentro da universidade, um espaço controverso de inserção da psicanálise. Quando pensamos na psicanálise inserida na universidade, somos convocados a pensar na relação desta na formação de analistas. Alencar (2023) aponta para o debate de que as universidades são percebidas pelas Sociedades de Psicanálise como insuficientes para a formação de analistas. Mas essa mesma universidade é lugar de pertencimento e de prestígio para muitos psicanalistas renomados, que utilizam sua função de docente para endossar seus discursos (Alencar, 2023).

Kyrrillos Neto (2010) destaca que, no embate com as universidades, as instituições que formam psicanalistas utilizam a estratégia de inserir seus membros nos espaços institucionais dentro das universidades, visando garantir controle total sobre a disseminação da doutrina em um ambiente que tem se tornado cada vez mais relevante entre os estudiosos da psicanálise na sociedade. Freud (1919) evidenciava sua preocupação com a transmissão da psicanálise para além das instituições psicanalíticas tradicionais, afirmando que a psicanálise, do ponto de vista teórico, configura-se como um sistema de pensamento e, clinicamente, representa uma técnica única e específica para o tratamento psíquico. Devido a essa peculiaridade, defendia contextos específicos de formação que abordassem as particularidades da psicanálise, determinando que a formação deveria basear-se em princípios analíticos e que sua técnica clínica deveria ser ensinada exclusivamente em instituições autônomas e independentes, fora do âmbito das universidades (Antônio, 2015).

As instituições psicanalíticas se fizeram representadas pelo Manifesto, porém, não podemos deixar de notar que foi a partir de um debate na universidade, e pela universidade, que a manifestação foi elaborada. O manifesto é encaminhado ao Congresso Federal na forma de petição, representando o pedido do coletivo de psicanalistas pela garantia de um Estado Democrático de Direito. Esse pedido surge como resultado de uma produção baseada no discurso politicamente engajado no âmbito universitário. Entretanto, parece que esse não foi o único pedido feito. Poderíamos especular que as instituições psicanalíticas também solicitaram à universidade que, por estar legitimada no campo das discussões e intervenções sociopolíticas, cedesse seu espaço para a manifestação política da psicanálise. Assim, ela se asseguraria de estar em território neutro para fazer coro a um enunciado que quebra a neutralidade protocolar analítica.

Se a psicanálise se assenta em uma perspectiva extraterritorial, as universidades, por sua vez, são territórios de produções intelectuais críticas e de articulações políticas essenciais para

a manutenção e avanço das liberdades democráticas. O meio acadêmico possibilita a interação e o diálogo entre diferentes disciplinas e perspectivas, fomentando a reflexão e a ação coletiva em prol de uma causa. Assim sendo, nos questionamos se esse movimento ocorreria dentro dos limites das instituições ou se o coletivo de analistas apoiaria uma ação explicitamente partidária que ecoasse de dentro das instituições psicanalíticas.

Castel lança mão de uma pergunta muito pertinente sobre a blindagem da qual a psicanálise goza: “Por que o psicanalista, que desempenha como qualquer outro os múltiplos papéis e manipula cada vez mais os signos da diferenciação cultural e os critérios da promoção social, age como se manejasse a dinamite unicamente na ‘outra cena’?” (p. 9, 1978). A partir da provocação de Castel, podemos refletir sobre como, em 2016, as instituições psicanalíticas podem ter se respaldado no discurso político universitário para endossar um pedido relacionado à cena sociopolítica. Logo, esse pedido não teria sido expresso diretamente pelos cátedras da psicanálise, que são reconhecidos por sua neutralidade e conduta pautada nos preceitos da outra cena. Nesse contexto, podemos reconhecer que, além de se alocar na perspectiva extraterritorial, o discurso psicanalítico é manobrado sempre na borda, isto é, entre os discursos (Goldenberg, 2023). Esse lugar marginal, limítrofe entre o dentro e fora, dá ao psicanalista o privilégio de operar na margem, a partir do campo transferencial da psicanálise com as outras áreas do saber.

Quando a cena social demanda uma posição da psicanálise, o faz a partir de um enquadramento que rompe o limite da perspectiva neutra e apolítica. Os acontecimentos políticos que colocaram o Brasil à espreita de um regime fascista demandaram dos analistas um posicionamento contundente, mas, sob o terreno asséptico da outra cena, vislumbramos comunicações que soam pedagógicas e que buscam garantir as condições para que o exercício da prática psicanalítica seja garantido. Curiosamente, parece que a comunidade psicanalítica desconhece sua própria conjuntura histórica no país, pois, contrariando os princípios de

Roudinesco sobre as condições básicas para o exercício analítico, o boom da psicanálise no Brasil ocorre justamente durante o período mais repressivo do regime militar.

Ao adotar um posicionamento por meio da universidade, as instituições assumem uma postura que Baremlitt (2022) denomina de “habilidade gatopardista” na psicanálise. Essa habilidade visa garantir que, apesar das mudanças, tudo permaneça como antes. Habilidade essa que Castel identifica como tendência à recuperação no discurso psicanalítico, na qual a interpretação a partir da ‘outra cena’ pode levar ao apagamento das interlocuções sociais e políticas ao longo da história. Antônio (2015) aponta que a crítica ao psicanalismo não se refere apenas à relação da psicanálise com a ideologia burguesa, mas reitera que a estrutura hierárquica de suas associações e suas conexões com o dinheiro e com as elites transformam-na em um mecanismo que perpetua as mesmas estruturas que a tornaram cúmplice do sistema sociopolítico e econômico. Negar a política como alinhavo da técnica psicanalítica é um erro crasso!

Um posicionamento institucional deve transcender os interesses exclusivos das instituições psicanalíticas e buscar garantir direitos e liberdade para toda a sociedade. Isso implica reconhecer a própria história, incluindo seu alinhamento ao projeto político brasileiro dos anos 30 e na ditadura militar, e seu posicionamento em relação ao contexto atual. Koselleck (2021) afirma que o tempo histórico é moldado pela distância entre o campo da experiência e o horizonte da expectativa e que a tensão entre o passado e a perspectiva futura é o que funda o tempo histórico. Segundo o autor:

Pois as experiências passadas sempre contêm resultados objetivos, que passam a fazer parte de seu modo de elaboração. Isso, naturalmente, também exerce um efeito sobre as expectativas passadas. Consideradas apenas como posições voltadas para o futuro, pode ser que elas tenham possuído apenas uma espécie de realidade psíquica. Como força

motriz, no entanto, sua eficácia não é menos real do que o efeito das experiências elaboradas, uma vez que as expectativas produziram novas possibilidades às custas das realidades que se desvaneceram. (Koselleck, 2021 p. 314)

Quando pensamos em expectativa, dentro de um regime de historicidade, não podemos apenas nos assegurar em uma perspectiva arbitrária de que “o amanhã será melhor do que o ontem”. É necessário superar essa visão romantizada da relação entre passado e futuro e considerar o tempo presente como território de tensionamento entre os fenômenos tomados em consideração. A história permanece em trânsito constante e é preciso colocar os problemas em análise dentro do regime de historicidade.

Certeau postula que, quando a psicanálise negligencia sua própria historicidade e sua conexão interna com conflitos de poder e posição, ela assume características de “um mecanismo pulsional, um dogmatismo discursivo ou uma gnose de símbolos” (Certeau, 2023, p. 81). Assim sendo, na relação entre psicanálise e política, é necessário ultrapassar a barreira de neutralidade e pensar na possibilidade de emissão de enunciados politicamente engajados e não mais em respostas psicanalíticas às injunções políticas (Goldenberg, 2023).

A manifestação dos psicanalistas ganhou o nome de ATO e teve o espaço da Universidade de São Paulo como palco. O encontro de psicanalistas comprometidos com o discurso político e o futuro da democracia brasileira destacou a importância da democracia diante das tentativas de silenciar vozes e perpetuar desigualdades. O evento enfatizou a necessidade de reconhecer e valorizar cada voz como parte essencial da experiência democrática. Este foi um momento singular na trajetória da psicanálise no Brasil, sendo o primeiro ato de natureza claramente política desde a chegada da psicanálise em terras brasileiras. A partir dessa articulação política em território universitário, foi criado o coletivo de resistência Psicanalistas pela Democracia (PPD), um movimento independente e sem

nenhum vínculo institucional. O coletivo articulava psicanálise e política, a fim de produzir materiais de discussão política, documentar as experiências reacionárias coletivas e promover um diálogo pluralista que quebrasse o ciclo de convivência da psicanálise com o discurso dominante. No texto de apresentação do PPD encontramos:

Não somos apenas os eventuais herdeiros dos psicanalistas do passado, somos também aqueles que interpretam essa tradição e decidem sobre sua transmissão. No princípio foi, e sempre será, o ATO; frase que finaliza o texto Totem e Tabu de Freud e instaura sua condição de gênese. Nesse que é o país onde a psicanálise frutificou de maneira extraordinária, seja possível imaginar uma fratria constituída por irmãos capazes de acusar a autoria das coisas eles mesmos matam e fazem nascer, como poetas épicos-fundadores, contestadores, atores e críticos das tiranias modernas-, e não mais precisem (e queiram) se escorar no pretense anonimato da horda muda, submissa e cativa, falada por outros que melhor saberão sobre ela. (Disponível em: <https://psicanalisedemocracia.com.br/o-ppd/>)

A única manifestação pública significativa sobre o impeachment de Dilma Rousseff no âmbito da psicanálise foi o "Manifesto dos Psicanalistas a Favor da Democracia". Não há registro de postagens nas redes sociais das Sociedades de Psicanálise do Rio de Janeiro e São Paulo, nem publicações formais em seus sites oficiais. Este cenário evidencia o protagonismo do meio acadêmico, que, através de seu papel crítico, oferece um espaço para a formalização das posições políticas da psicanálise. A repercussão do manifesto entre os psicanalistas é difícil de mensurar, uma vez que ele não foi divulgado em plataformas com interface direta com o público. A análise das publicações oficiais em redes sociais (a partir de 2018), juntamente com os comentários dos seguidores, poderá fornecer insights sobre o impacto e a recepção das comunicações institucionais dentro da comunidade psicanalítica.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018

Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o Brasil entrou em um período de intensificação do tensionamento político, caracterizado por uma polarização radical entre partidos de direita e de esquerda. Com a destituição de Dilma, seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência e facilitou a transição do poder para a extrema-direita brasileira. A chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência em 2018 simbolizou a ascensão de um líder que se apresentava como um "salvador" para muitos, conquistando votos de confiança de uma população ansiosa por mudanças.

A campanha eleitoral de 2018 foi marcada por uma fervorosa polarização política. Enquanto a população discutia acaloradamente sobre quem representava o "bem" e o "mal", a serpente do fascismo foi se esgueirando em cada canto do país. Em consonante semelhança com os anos que antecederam o Golpe Militar de 64, a campanha populista da extrema-direita em 2018 foi amplamente apoiada por uma coalizão de grupos civis, empresários, religiosos e celebridades, que contribuíram para a propagação de um discurso de salvação nacional frente a uma suposta ameaça comunista. Essa convergência de interesses e a retórica de polarização criaram um ambiente propício para a emergência de discursos e práticas autoritárias, refletindo um período de profunda divisão e conflito político no país que dura até os dias de hoje.

Diferente do ano de 2016, em 2018 as sociedades de psicanálise brasileiras lançaram mão de comunicações oficiais sobre o rumo político que o país tomava. Nesse recorte, encontramos duas cartas manifesto (uma da SBPSP e outra da SBPRJ) e o Manifesto dos Psicanalistas Brasileiros pela Democracia, assinado por várias entidades psicanalíticas. Apenas

a SBPSP e SBPRJ representam as sociedades filiadas a IPA no Manifesto dos Psicanalistas Brasileiros pela Democracia.²

Há uma tentativa de resistência, mas essa se faz de maneira silenciosa e amedrontada. Ou seria apenas protocolar? Não nomear os envolvidos nas ameaças ao Estado Democrático é fingir não ver o jogo que eles jogam. Brum (2019) afirma que é preciso chamar as coisas pelo nome, não só por ser o correto, mas porque pode ser uma maneira de resistir ao adoecimento. O que estaria por detrás dessa postura que faz semblante de resistência, mas que não enuncia a palavra proibida: o apoio partidário a um candidato? Estamos diante de uma posição operada pelo psicanalismo, remontando o trânsito da neutralidade que se reproduz ao longo da história da psicanálise brasileira. A carta da Sociedade de São Paulo se encerra da seguinte forma: “A história nos serve como alerta; saibamos levá-la em conta!”. Porém, a partir da análise feita nesta pesquisa, parece que a história da pseudoneutralidade dos analistas continua em voga.

A carta aberta da SBPSP é intitulada: Manifesto da Diretoria da SBPSP pela defesa da democracia e contra o autoritarismo, enquanto a da SBPRJ: Manifesto da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Segue abaixo o conteúdo das cartas:

Manifesto da Diretoria da SBPSP pela defesa da democracia e contra o autoritarismo³

A Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo acredita ser importante e necessário se manifestar frente aos últimos acontecimentos e ao **clima que se**

² Disponível em: <https://escolaetrafreudiana.com.br/manifesto-dos-psicanalistas-brasileiros-pela-democracia/#:~:text=%C3%89%20necess%C3%A1rio%20apostar%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o,dos%20valores%20essenciais%20da%20democracia>.

³ Disponível em: <https://www.sbpsp.org.br/blog/manifesto-da-diretoria-da-sbpsp-pela-defesa-da-democracia-e-contra-o-autoritarismo/>

estabeleceu em nosso país. A psicanálise sempre teve como valor máximo a coragem de enfrentar a verdade, defender **a liberdade do indivíduo**, o respeito ao grupo, e a tolerância em face às diferenças. Esta disposição é **base de nosso trabalho clínico** e do conhecimento que adquirimos, ao longo dos mais de cem anos de nossa história. Estes valores são imprescindíveis para **construção de uma sociedade democrática e da nossa prática**; repudiamos toda e qualquer ameaça a estes princípios. Assim, vimos reforçar nossa preocupação e necessidade de unirmos forças contra o **perigo de perdermos nossos valores de base** e, assim, nossas condições de exercício da cidadania e da psicanálise. **A história nos serve como alerta; saibamos levá-la em conta!** (Fonte: Instagram - @sbpsp, destaques nossos)

Manifesto da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro⁴

A Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) considera importante manifestar-se nesse momento político do Brasil por temer pela perda dos **valores democráticos** tão arduamente conquistados em nosso país. **Como cidadãos brasileiros e como psicanalistas** prezamos a **liberdade dos indivíduos** e suas escolhas pessoais quanto à opinião, ideologia e religião assim como prezamos a tolerância e o respeito às diferenças. Não podemos aceitar a perda desses valores em qualquer hipótese sob pena de sermos lançados de forma autoritária numa situação de ódio ao outro, de hegemonia de um único pensamento e de perda da rica diversidade humana. Portanto, vimos a público mostrar nossa indignação e nosso temor de que a suspensão desses valores éticos essenciais nos leve mais uma vez, a sofrer coletiva e individualmente. Não queremos voltar aos **tempos sombrios de outras épocas** de absoluta **falta de liberdade**. Todos

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BolEkeyAetZ/>

os esforços, neste momento, devem voltar-se para a manutenção de nossa conquista maior: **a democracia!** (Fonte: Instagram - @sbprj, destaques nossos)

É notável o caráter imparcial das comunicações. A colocação inicial da carta da SBPSP não aborda quais seriam os acontecimentos que teriam perpetrado o “clima” no país. A depender da chave de leitura ideológica de quem lê essa mensagem, poderíamos ter interpretações muito amplas sobre o perigo do qual a instituição fala. A comunicação da SBPRJ segue a mesma tônica, ao sugerir que os valores democráticos estão em perigo no Brasil. No pleito eleitoral de 2018 Jair Messias Bolsonaro era o candidato que representava a ameaça da volta do autoritarismo, por que não o mencionar? Por que as instituições se furtam de narrar a história a partir da nomeação de seus protagonistas? Justo a psicanálise, que faz da nomeação sua práxis e transforma, pela circulação da palavra, o ato puro em ato simbólico, achata seu discurso e, curiosamente, paralisa o significante para reforçar a barragem que a blinda do social.

A exclusão dos aspectos políticos e sociais, de maneira deliberada, recai no que Castel chama de tendência à recuperação da psicanálise, isto é, a dinâmica de encaixar uma leitura de mundo dentro do saber analítico extraterritorial, ou seja, o discurso psicanalítico engolindo tudo. A leitura defensiva da extraterritorialidade social anula os efeitos do discurso social na produção de saber sobre a outra cena. Porém, a práxis analítica implica em uma clínica emancipatória do sujeito que se vê atravessado pelo discurso vigente, levando até o setting analítico as reverberações dele.

Assim sendo, mesmo sem querer fazer parte do jogo político, as instituições entram no jogo, dando as cartas que utilizam no intramuros institucional: negar o posicionamento político psicanalítico em cena. Porém, em um momento crucial como este, a ausência de posicionamento acaba sendo uma maneira de assumir uma posição. Mais importante do que analisarmos o impacto do da inferência do que não é nomeado, é nos pautarmos no efeito do

não-dito. O não-dito remete ao movimento pendular entre o psicanalismo e a extraterritorialidade.

As instituições optam por uma posição que, por ser extraterritorial, narra vereditos que continuam a reforçar a exclusividade de sua prática! Ou seja, praticam a política de enunciação: aquela que delibera em causa própria, protegendo interesses específicos e internos relacionados à causa psicanalítica (Antônio, 2015). No entanto, essa política não convida ao engajamento em discussões sociais para uma reflexão crítica sobre a prática e seus efeitos nas subjetividades, apesar de fazer semblante de discurso politizado. Ao não se deslocar do território da outra cena, a psicanálise permanece “ensimesmada”.

A importância de uma prática analítica, em intenção e extensão, que não exclua a realidade externa, reside em evitar uma abordagem centrada apenas nas produções inconscientes, bloqueando a percepção dos eventos na esfera pública, essenciais para a compreensão da cena privada do indivíduo. O sujeito emerge como efeito da codeterminação entre as esferas psíquica e social, numa inter-relação onde uma esfera incessantemente influencia e é influenciada pela outra. Ao excluirmos o social, incorremos no erro do psicanalismo e, se tomamos o social em detrimento da cena privada, excluimos a radicalidade singular do sujeito do inconsciente, essencial para a psicanálise.

A psicanálise enfrenta uma tensão dialética: por um lado, é subversiva ao questionar e desestabilizar estruturas de poder e normas, operando na radicalidade do inconsciente. Por outro lado, pode se tornar reprodutora ideológica ao manter uma postura extraterritorial e buscar assegurar sua sobrevivência e legitimidade, o que pode inadvertidamente reforçar a ordem social existente. Reconhecer essa dialética é crucial para a prática analítica, permitindo um equilíbrio que evita a exclusão das dinâmicas sociais e a negação da singularidade psíquica dos sujeitos.

O psicanalista opera na fronteira entre a dimensão psíquica e a social. As instituições psicanalíticas, por sua vez, materializam essa atuação no tecido social, representando a psicanálise e o coletivo de analistas na cena social. Pellegrino (1981) afirma que a instituição psicanalítica é um mal necessário. Segundo o autor, para que o psicanalista possa constituir sua identidade, é necessário filiar-se a uma instituição, inserindo-se assim em uma rede de trocas sociais simbólicas em um contexto alteritário. É na instituição que a alteridade se manifesta, por meio de uma troca livre e respeitosa de experiências clínicas e teóricas, promovendo o desenvolvimento e a formação do psicanalista (Pellegrino, 1981).

O engajamento político das instituições psicanalíticas envolveria incluir a psicanálise como prática potencialmente ideológica, reconhecendo seus erros e alinhamento à ideologia repressora de outrora. Retomar os grilhões de sua história, reconhecendo sua participação (silenciosa e omissa) nos tempos sombrios lembrados nas comunicações, seria uma ação necessária para relançar-se a uma nova possibilidade de atuação social. Faz-se necessária a inclusão da dimensão política na psicanálise, a fim de articular ao campo psicanalítico a realidade histórica e social de um país. Entretanto, ao que parece, nos manifestos da SBPSP e SBPRJ não houve uma quebra no regime discursivo e a psicanálise ainda se assevera em seu dogma fundamental: a isenção.

Assim como em 2016, uma das preocupações mais relevantes nos documentos diz respeito à importância da liberdade para a garantia da função do analista. Ora, temos em nossos vizinhos argentinos o exemplo de que a psicanálise luta incansavelmente e resiste em estados ditatoriais. Isso para não citar novamente a experiência no Brasil. Castel (1978) afirma que a psicanálise, a partir do “Supremo Tribunal do Inconsciente”, emite vereditos de absolvição e de condenação simultaneamente no âmbito analítico e político. Através da análise das comunicações, podemos inferir uma postura de autoabsolvição das instituições em relação aos avanços e efeitos da extrema-direita no Brasil.

Essa pretensa neutralidade analítica acaba por enclausurar a psicanálise atrás de um grande muro, que, em vez de assegurar-lhe um caráter científico e isento, a afasta da cena social e dos fatos sociopolíticos contemporâneos. Logo, é imposta ao analista a tarefa enfadonha de sempre recuperar os aspectos sociais presentes na narrativa dos sujeitos dentro de uma estrutura interpretativa calcada no saber inconsciente. Essa extraterritorialidade, ao invés de proteger o setting analítico, limita sua aplicabilidade e relevância prática.

Goldenberg (2023), relata:

O que está em jogo por sinal e se trata de um jogo político, é preservar as condições para o exercício de nossa prática. Foi esse o ponto que eu levantei em 2018, quando tantos psicanalistas barricados atrás da regra da abstinência, justificaram seu direito de ficar em cima do muro num embate político que visava impedir o acesso ao poder pelas urnas de um governo de clara inspiração fascista. Longe de ser uma operação pelas margens, essa atitude absentista pareceu antes descaso e opção por ficar de fora. Há consequências políticas dessa abstenção de responder... politicamente a um problema político e, ainda que pareça um contrassenso, o mais “analítico” a se fazer numa situação como a de 2018 teria sido uma ação política, uma campana sistemática visando bloquear a eleição daqueles que teriam condições de, entre outras coisas, inviabilizar o nosso trabalho. (Goldenberg, 2023, p. 95-96)

Aqui temos um exemplo de política de enunciação, quando, apropriando-se de uma postura de militância e resistência, um psicanalista incita a luta pela garantia de existência da psicanálise. Um ponto muito interessante nessa fala de Goldenberg é que, no trecho: “(...) visando bloquear a eleição daqueles que teriam condições de, entre outras coisas, inviabilizar o nosso trabalho”, todas as “outras coisas” passíveis de um governo fascista são colocadas de lado em relação à garantia da psicanálise viva. Essa intenção de preservar os preceitos técnicos

da psicanálise não é nova, e muitos analistas se viram preteridos ou até mesmo expulsos das hagiografias em nome de uma mitologia da pureza psicanalítica. Alencar (2023) afirma que, considerando aqueles que foram condenados, preteridos, os que receberam apoio à distância e os que se tornaram protegidos, é importante reconhecer que o desenvolvimento da teoria psicanalítica nunca foi imparcial ou impessoal no que tange ao campo sociopolítico.

A psicanálise não deve se furtar de ocupar espaço no campo político e social. No entanto, a presença do analista na esfera social não implica, por si só, uma postura de resistência. Laurent (1999) discorre sobre o analista cidadão, ou seja, aquele que não trabalha somente no processo de desidentificação dos sujeitos, mas que participa ativamente da produção de saber sobre a contemporaneidade, compreendendo sua função atual na sociedade. Esta postura asséptica das instituições pode ser percebida na dicotomia entre as posições de psicanalista e de cidadão nas comunicações.

Ao analisarmos os manifestos, percebemos que a posição de analista cidadão de Laurent carece de melhorias. Flores (2021) afirma que a presença da psicanálise na esfera cidadã tem sido frequentemente abordada pelas instituições e caracterizada por sua natureza episódica e, em muitos casos, oportunista. Ainda segundo o autor, no âmbito teórico, o debate político dentro da psicanálise tem sido contínuo, com uma participação ativa da psicanálise nos conflitos sociais, alinhada à sua “vocação revolucionária”. Contudo, há a conduta pautada no psicanalismo, com a assunção de um papel essencial na reprodução do sistema de dominação (Flores, 2021).

Seja respondendo às demandas da sociedade ou questionando-a, a psicanálise constantemente evidencia uma conexão intrínseca entre seu discurso e o discurso do Mestre, que representa o seu contraponto. Nesse sentido, o que diverge ao longo da história e dos ordenamentos institucionais é a resposta às conjunturas engendradas por esse discurso

(Voltolini, 2018). Na medida em que as posições teóricas se misturam a arranjos institucionais e disputas de poder, prática e teoria se movimentam sem deixar claro quando estão se aproximando ou se afastando uma da outra.

O analista cidadão deve estar ciente dos atravessamentos sociopolíticos de seu tempo, devendo abandonar o silêncio crítico, indiferente e neutro, optando pelo dizer silencioso (Elia, 2022). O psicanalista tem a opção de se expressar ou manter-se em silêncio diante das demandas do discurso dominante, mas essa escolha, embora pareça livre, não o isenta de ser convocado pelo discurso do Mestre (Voltolini, 2018). Ao optar pelo silêncio, acabará sendo confrontado pelo discurso dominante e perceberá que sua liberdade é ilusória e que sua prática é moldada pelas estruturas impostas pelo discurso do Mestre na organização da sociedade (Voltolini, 2018)

Elia (2022) afirma que o psicanalista deve assumir sua postura legítima de cidadão, independente da função de analista, buscando ir contra aquilo que Laurent chama de analista furado ou analista vazio, isto é, aquele que, entorpecido pelo imperativo da neutralidade analítica, tornou-se apático aos acontecimentos da sociedade. Segundo Voltolini (2018), o analista vazio é aquele que se posiciona a partir de uma neutralidade identificatória, por ser aquele que, por ofício, aponta a potência de alienação da identificação ao outro. Essa posição esvaziada conferiu ao analista sua extraterritorialidade social e, ao mesmo tempo, o relegou a uma exclusão social, frequentemente representada, equivocadamente, como uma resistência (Voltolini, 2018).

A participação ativa no diálogo sociopolítico exige uma análise crítica e um engajamento consciente que transcenda a mera presença, desafiando e questionando as narrativas hegemônicas. O posicionamento das duas sociedades psicanalíticas que escolhemos para a análise se faz através de chavões presentes nos discursos inflamados politicamente, constituídos por significantes relacionados à liberdade e à democracia.

Qual relação podemos estabelecer entre a liberdade, a democracia e a psicanálise? Dunker (2018) aponta alguns princípios democráticos que são consonantes à psicanálise: a isegoria (livre uso da palavra), a isonomia (igualdade perante a lei) e a isocracia (livre acesso às instituições públicas). Contudo, entrelaçar os princípios democráticos à liberdade pode ser um erro. Um estado democrático de direito não garante liberdade plena de direitos aos cidadãos. O poder ainda se restringe no Um, em detrimento de muitos que se fazem representar pelos governantes, e os mesmos princípios que regem um estado democrático são aqueles que operam para destituí-lo. Dunker (2018) afirma:

A democracia se anula quando suspendemos a isonomia criada pelo diálogo substituindo a lei da palavra pela política da força e do rito jurídico, da guerra e da militância. A democracia está suspensa quando reduzimos a experiência coletiva da isocracia aos interesses privados, aos juízos de circunstância e à manipulação dos que tem acesso aos meios de exercício do poder. A palavra e a democracia estão ameaçadas neste momento no Brasil. (Dunker, 2018, p. 16)

Por que o imperativo de uma sociedade livre, como principal prerrogativa democrática, é o que os manifestos defendem? As instituições deveriam discutir a democracia de maneira mais complexa do que a ilíada da garantia de liberdade. É preciso pensar sobre a democracia que desejamos e nas interlocuções dela com o trabalho do analista. Tal reflexão poderia nos levar a refletir de maneira crítica sobre a relação da psicanálise com o discurso dominante, ampliação de seu alcance para todos os estratos sociais, democratização do acesso às instituições formadoras, garantia de direitos básicos à população etc.

Quando presenciamos a busca do ideal democrático pautado somente na liberdade e na igualdade, isso pode intensificar a competição agressiva entre os indivíduos, levando-os a lutar por prestígio e distinção, o que contradiz os princípios fundamentais da democracia (Dunker,

2018). Partindo desse pressuposto, levantamos o seguinte questionamento: qual o tipo de vantagem esse tipo de democracia oferece à psicanálise? Um regime que preze irrevogavelmente pela liberdade dos sujeitos acaba por incitar que cada um busque ser livre e senhor de si, uma perspectiva que vislumbramos atrelada ao neoliberalismo, ou seja, do apagamento do Estado. Dunker afirma que essa situação acaba: “fomentando a separação progressiva entre os cidadãos e o Estado, bem como o “autoritarismo em estado de “solidão do coração” e do sentimento de “nada dever a ninguém”” (Dunker, 2018, p. 19).

Ora, não seria esse um cenário interessante para a manutenção da psicanálise a partir do seu establishment? Imaginem um Estado que valorize a liberdade, mas ao mesmo tempo imponha ao indivíduo toda a responsabilidade sobre si mesmo, apagando as influências históricas em sua subjetividade. Assim, o Estado mínimo dos governos livres, neoliberais e democráticos faria uma contribuição ímpar ao Psicanalismo, isto é, a psicanálise como ferramenta de uma escuta particular do sujeito que o desimplique da cena social e desimplique a cena político-social da sua condição de sofrimento. Entre mortos e feridos, em um estado livre salvam-se todos!

Uma política democrática que se baseie apenas na liberdade e no respeito pelas diferenças, sem questionar as implicações do neoliberalismo nas subjetividades, acaba forjando indivíduos que se veem como empreendedores de si mesmos. Esses sujeitos consomem a psicanálise como um empreendimento de aprimoramento pessoal e ela passa a operar como produto e reprodutora da ideologia dominante. Nesse contexto democrático, as instituições desfrutam seguramente do privilégio da extraterritorialidade, afinal, ao gozar da liberdade democrática, não se sentem obrigadas a prestar contas a ninguém.

Mas o que acontece quando a ameaça de um governo fascista assombra o país? As instituições se sentem convocadas a deixar a comodidade da outra cena e se posicionar perante

o social, se implicando e se envolvendo em questões que maculam sua neutralidade. Em um estado ditatorial não é possível neutralizar ou dar protagonismo à outra cena em interpretações de cenas de repressão e violência. Flores (2021) reitera que não existe interpretação verdadeiramente “neutra” ou desideologizada, mesmo que alguns psicanalistas defendam um critério de “prescindência” e a técnica psicanalítica não é capaz de colocar entre parênteses o real extra-analítico. Nossa história mostra que o que se vê ameaçado em um governo ditatorial não é a existência da psicanálise, mas sim sua condição de técnica apolítica.

As publicações relacionadas às eleições de 2018 apresentam uma ênfase convocatória à população, com o objetivo de preservar a liberdade e a democracia. Outra manifestação política ocorreu por meio do 'Manifesto dos Psicanalistas Brasileiros pela Democracia'. É relevante destacar que esse documento é assinado exclusivamente pela SBPSP e SBPRJ, não contando com a participação de outras instituições vinculadas à IPA no Brasil.

O manifesto coletivo segue a mesma arquitetura discursiva das comunicações já analisadas. Seus significantes mestres permanecem os mesmos: liberdade, democracia e história. Nesta manifestação, o coletivo de analistas afirma que o momento não permitia hesitação e que o voto seria a arma com qual a sociedade deveria lutar. No documento, o coletivo alerta que:

As entidades que assinam este Manifesto – Sociedades psicanalíticas, Escolas de Psicanálise e Associações de psicanalistas – vêm a público manifestar sua imensa apreensão diante de um cenário que, de maneira flagrante, vem pondo em risco o Estado Democrático de Direito que com grande esforço conquistamos, e que vem sustentando a sociedade brasileira nos últimos trinta anos. Não podemos deixar que isso aconteça!

As publicações da SBPRJ, SBPSP e o Manifesto dos Psicanalistas Brasileiros pela Democracia refletem o caráter imparcial que a política é tratada nas instituições e por alguns

psicanalistas. Um aspecto diferente para a análise da comunicação da SBPRJ está relacionada ao fato de que ela foi divulgada na página oficial no Instagram. Essa rede social permite uma interação direta com os usuários que enviam é possível a análise do impacto do posicionamento das sociedades além dos limites do âmbito analítico.

Apesar do clima polarizado que o país vivia em 2018, a postagem não refletiu comentários que questionassem (ditos e não-ditos) o pronunciamento das sociedades. Os comentários não ressaltaram o aspecto imparcial da comunicação, assim como a operação entre ditos e não-ditos da mesma. Contudo, o não-dito das comunicações reverberou nos ditos dos comentários, emitidos majoritariamente através de emojis. Paiva (2016) afirma que o aumento no uso de emojis visa transmitir significados de maneira mais concisa em contextos específicos de interação, ao mesmo tempo em que revela uma gama ampliada de sentidos, especialmente relacionados às emoções. Ainda segundo a autora: “As imagens são sempre mais fortes e é muito mais fácil enviar um coração pulsando do que dizer para um amigo “eu te amo” (Paiva, 2016, p. 396).

No enunciado dos comentários, há mensagens de apoio à SBPRJ, ressaltando a importância de a instituição se posicionar naquele momento. Muitos comentários são feitos a partir do uso de emojis, isto é, com a ausência da palavra a partir da assunção de uma mensagem no campo imagético. Seguindo a linha de raciocínio apresentada por Paiva (2016), seria possível inferir que seja mais fácil um fluxo responsivo que flua a partir da rede ampliada de sentidos de uma imagem. Essa mesma rede ampla de significantes oferece a possibilidade de manifestar apoio de maneira simples e imprecisa, algo não tão comum dentro da comunidade psicanalítica, que costuma circular na cena social com sua linguagem rebuscada e extraterritorial. Apesar da manifestação em apoio ao posicionamento político, mesmo que em tons assépticos, é importante ressaltar a ausência de questionamentos sobre a neutralidade em um momento tão decisivo para a democracia brasileira. Tal qual uma figura que detém uma

“super-visão”, os analistas se posicionam na neutralidade defendida de quem somente narra a partida e não pode tomar partido.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2022

Em 2022, o Brasil enfrentou um período crítico em sua trajetória democrática. A polarização política, que já se intensificava, atingiu seu clímax durante as eleições presidenciais. Brum (2019) pontua que o Brasil passou a viver uma inversão: a política, tradicionalmente associada ao domínio público, adentrou o âmbito privado, tornando-se um elemento íntimo e fundamental para a identificação das pessoas. A proliferação de notícias eleitorais falsas, a erosão do diálogo político saudável entre cidadãos, debates eleitorais desprovidos de propostas concretas e dominados por performances teatrais, são aspectos que marcarão para sempre este capítulo na história do Brasil. Contudo, o aspecto mais alarmante foi a disseminação de desinformação acerca da confiabilidade das urnas eleitorais. As incessantes ameaças de não aceitação dos resultados eleitorais geraram uma tensão palpável dentro e fora do Brasil. A extrema direita do país parecia pavimentar o caminho para um golpe de estado, sob o olhar atento (ou nem tanto) da nação. Nesse pleito, combatiam na arena polarizada: Bolsonaro e Lula. Aqueles que se inscreveram na história brasileira como significantes que ultrapassam seus nomes. Bolsonarismo e Lulismo são a transmutação desses nomes em algo muito maior do que aqueles que enunciam.

Ao analisar os recortes temporais propostos nesta pesquisa, destaco que o ano de 2022 marca o momento em que as discussões e os posicionamentos dos sujeitos (bolsonaristas e lulistas) se acirram. Nesse terceiro recorte, recuperamos as comunicações oficiais da SBPSP, SBPRJ e SPRJ, publicadas nas páginas oficiais no Instagram. As sociedades se manifestaram apenas após o primeiro turno das eleições, quando o pleito eleitoral ficou polarizado entre

direita e esquerda. As eleições de 2022 contaram com um número significativo de candidatos, onze no total. No entanto, a grande rivalidade já estava previamente determinada entre os candidatos Lula e Bolsonaro, e a polarização do país já requeria atenção, uma vez que surtia efeitos nas subjetividades. Por que razão as instituições psicanalíticas não se posicionaram desde o princípio? Podemos inferir que um pleito eleitoral tão diverso pulverizava a real disputa e que se posicionar contra o fascismo denotaria um posicionamento partidário perigoso para os moldes da neutralidade analítica.

Mais uma vez, atuando de maneira “inocentemente discreta”, as sociedades buscaram se posicionar em relação à cena política brasileira. Os significantes Democracia e Liberdade continuaram aparecendo como sinônimos e garantidores do exercício pleno da psicanálise. Outra repetição que segue vigente nos recortes analisados até aqui é a dissimulação da assunção de uma posição, a fim de evitar nomear os candidatos. Algumas comunicações são escritas de maneira quase poética, ao narrar a preocupante situação em voz de veludo! Optando por uma narrativa suave para descrever a situação preocupante do país, as comunicações enfatizam o laço civilizatório, a diversidade, a livre expressão e o diálogo.

É latente a posição extraterritorial que todas as comunicações de 2022 assumem. Uma extraterritorialidade que denota o imperativo de uma psicanálise neutra, reafirmando a imagem misteriosa do analista, que apenas se revela a partir da meia-luz do consultório (Rosenberg, 2010). Ainda assim, há um estranho familiar que emerge do social e cada vez mais se infiltra na psicanálise, convocando os psicanalistas a saírem do setting terapêutico, sem que isso signifique abandonar a psicanálise (Silva, 2020). Esse mesmo infamiliar penetra na clínica, tornando necessário que o sintoma seja considerado não apenas em relação à radicalidade do sujeito, mas também em relação à dinâmica das ruas e da pólis (Silva, 2020).

Contudo, conforme aponta Voltolini, o analista: “Mesmo que tenha entendido a articulação dos eixos sincrônico e diacrônico, não raras vezes se pronuncia sobre determinados assuntos de modo a deixar uma brecha por onde chega à crítica de sua desconsideração da história” (2018, p. 47). A partir da análise das comunicações, inferimos que o posicionamento das instituições se faz a partir do Psicanalismo, isto é, do silenciamento sobre sua própria história e dos atravessamentos políticos dela. Contudo, quando analisamos os comentários, percebemos que a própria comunidade de psicanalistas e interessados na psicanálise enquanto campo do conhecimento cobraram mudanças sobre esse silenciamento e repetição do discurso oficial.

As publicações sobre as eleições de 2022 sinalizam uma transição notável na dinâmica da interação dos seguidores das redes sociais das sociedades: a evolução dos emojis para a palavra! Essa mudança reflete uma circulação maior da palavra, que, a partir de um acirramento da polarização política no país, passou a circular de maneira mais intensa e fragmentada, revelando as tensões e divisões existentes na sociedade brasileira. Brum (2019), ao abordar os efeitos psíquicos do acirramento político em curso no Brasil desde 2016, afirma que a população brasileira “adoeceu de Brasil”. Brum utiliza esse termo, tomando-o emprestado de um psiquiatra que relata em entrevista o quanto estava assustado pela ocorrência de sofrimento advindo do mal-estar político brasileiro.

Nas publicações da SPRJ e SBPRJ ainda percebemos comentários feitos através de emojis e a grande maioria em apoio à mensagem transmitida, sem questionamentos sobre a postura abstenção das sociedades. Sobre o uso recorrente de emojis, desde as comunicações de 2018, podemos refletir sobre a funcionalidade dos discursos achatados na contemporaneidade. Narrativas que se camuflam no campo imagético dos ícones, que muitas vezes assumem a função de neutralização ou suavização da mensagem a ser transmitida. Fazendo um contraponto entre esses discursos achatados e sua potência de neutralização, retomamos a afirmação de

Castel (1978) de que o analista se torna neutralizável quando fala de política ou quando se cala, pois não enfrenta grande risco de escândalo ou transgressão das normas. Em geral, a classe social à qual o psicanalista pertence é determinante para essa neutralidade: na maior parte do tempo, ele navega por nuances dentro do contexto do consenso sociopolítico institucional (Castel, 1978).

Castel (1978) ainda destaca que as diferenças sociais, quando aparecem entre analistas, são tidas como pequenas variações que não desafiam o consenso, e esse consenso muitas vezes implica no não-questionamento das atitudes socialmente dominantes. A posição apolítica faz parte do rol de atitudes sociais das sociedades analíticas desde os anos 30 e, ao que parece, ainda se segue o consenso de não a questionar. Não se contrapor ao posicionamento apolítico enquadra-se na recuperação de Castel, pois os analistas recuperam tal atitude como parte da ética do analista, pautada na neutralidade. Reforçando a postura baseada no Psicanalismo, as instituições psicanalíticas colocam de lado o impacto do social no campo analítico, incorrendo ao risco da marginalização daquele que siga um posicionamento independente e se revele em desacordo com essa política (Oliveira, 2017).

Na postagem da SBPSP, a palavra circula de maneira mais efetiva, abrangendo desde mensagens de apoio até comentários que questionam tanto a postura neutra quanto a quebra do imperativo da neutralidade. Vamos nos dedicar a uma análise mais acurada dos conteúdos manifestos e latentes presentes nessas narrativas. O primeiro ponto a ser examinado são os comentários que colocam em xeque a isenção presente na comunicação oficial. A mensagem da SBPSP é composta por um enredo genérico que evita tomar uma posição clara. Rosenberg (2010) afirma que, quando se assume uma postura omissa, abre-se caminho para que a decisão seja traçada por outros e, longe de ser uma posição neutra, tanto a ação quanto a omissão têm relevância política. Mais uma vez, o conteúdo latente da comunicação é a manutenção do

distanciamento da cena social e política, a partir de uma manifestação superficial, repleta de chavões, sem nomeação, que reitera a posição de quem observa a cena à distância.

Um dos comentários da publicação aponta que a neutralidade psicanalítica é ilusória. Partindo desse pressuposto, Rosenberg (2010) postula que, durante muito tempo, a psicanálise permaneceu distante da política e, quanto maior o distanciamento, mais se garantia uma suposta pureza da teoria psicanalítica. Assim sendo, o psicanalista, para manter sua neutralidade, não deveria expressar suas opiniões e era aconselhado a não se envolver em movimentos, manifestações políticas (Rosenberg, 2010). Segundo Castel (1978), a neutralidade analítica é inicialmente concebida como uma demanda técnica, uma vez que o psicanalista deveria operar os conteúdos inconscientes com um suporte metodológico neutro.

É imprescindível que o analista se mantenha atento mediante a tentação de expressar sua própria individualidade no setting, pois isso poderia seduzir o paciente a seguir um modelo idealizado que o estimularia a alienar-se a seu desejo, transcendendo os limites de sua subjetividade (Rosenberg, 2010). Na técnica psicanalítica, a abstinência implica em não ceder aos próprios desejos em benefício do outro (Rosenberg, 2010). Segundo Csillag e Prizskulnik (2016), a lei da neutralidade, correlativa à técnica da associação livre, diz respeito a uma implicação ética analítica na escuta do sujeito. Para Laplanche e Pontalis (2001), a regra da abstenção é justificada a partir de uma questão econômica, uma vez que o analista deve impedir que a libido que circula no processo analítico seja reinvestida em objetos externos. Ainda segundo os autores, toda energia deve ser transferida para a relação analítica.

A transferência surge então como representação desse fechamento da dinâmica analítica exclusivamente na “outra cena”. Contudo, isso não reflete em uma clínica desimplicada sócio-politicamente. Pellegrino (em depoimento a Mello, 1980) aponta que a malícia está em estender a posição apolítica para além do consultório. Podemos inferir, a partir da crítica tecida por

Pellegrino, que, ao gozar da extraterritorialidade, o psicanalista se lança a uma distância intencional da cena social como meio de manutenção do establishment analítico. Antônio (2015) afirma que, do ponto de vista político, a transferência representa a personificação da política da apoliticidade e que a verdadeira neutralidade requer um duplo conformismo: o analista deve evitar expressar opiniões ou estimular reflexões sociopolíticas, enquanto o analisando precisa abster-se de influências sociopolíticas em suas narrativas subjetivas. Mesmo que o conformismo do analisando não ocorra imediatamente, o foco da análise é direcionado para que a cena social não supere a individual, estabelecendo desde o início mecanismos de responsabilização do sujeito por seu próprio sofrimento (Antônio, 2015).

O analista não é um ser desprovido de ideologia! É efeito das tessituras históricas e sociais do território em que se encontra e carrega em sua prática as marcas dos atravessamentos ideológicos na psicanálise. Castel (1978) pondera que a neutralidade ideológica só persuadiria os seguidores da onisciência psicanalítica, uma vez que, por mais idôneo que o analista seja, não poderia ser simultaneamente juiz e parte numa causa que colocaria radicalmente em questão seu personagem social. Rosenberg afirma que:

Sem dúvida, pedir a um sujeito que se exima de sua posição ideológica significa esperar que ele se apresente à sociedade como alguém que está além do bem e do mal, já que a condição natural do homem é a de ser social e político, cujas ações nesse sentido se assentam em uma ideologia. (Rosenberg, 2010 p. 57).

Rosenberg (2010) sugere que a legalidade do inconsciente e o campo ideológico não se alinham, mas isso não implica que a ideologia deva ser considerada sem levar em conta o registro do inconsciente, uma vez que a política do desejo não absolve o sujeito de suas responsabilidades históricas. E é justamente a partir dessa interface com a questão histórica que analisaremos o comentário que segue: “A SBP precisa estar desse lado da história para fazer as

pazes com a própria história”. Tanto a SPRJ quanto a SBPSP carregam em sua história as marcas do silenciamento mediante acontecimentos relacionados a ditaduras. Conforme trabalhado nos capítulos anteriores, a história da psicanálise no Brasil possui trechos sombrios, orquestrados pela lei da abstenção. Em um momento delicado para a democracia brasileira, em que a serpente fascista transitava impunemente livre (não só no Brasil), era esperado que as Sociedades Psicanalíticas não repetissem os atos do passado. Contudo, o que percebemos mais uma vez é o cerceamento interno frente à possível, e potente, quebra do dogma fundamental da neutralidade.

A preocupação em relação à repetição da história e dos tempos sombrios de ditadura militar no Brasil não incluiu o papel das instituições psicanalíticas nessa história. Isto é, os bastidores das sociedades psicanalíticas foram absolvidos de suas participações nefastas nos acontecimentos nos casos Amílcar Lobo, Eduardo Mascarenhas, Hélio Pellegrino e Marcelo Vinãr. Quando se diz respeito à implicação sócio-histórica, olha-se apenas para fora do intramuros institucional e não para as marcas forjadas internamente pelo contexto histórico, político e social no Brasil. Castel (1978) destaca que a história da psicanálise é intrinsecamente atravessada aos seus sucessivos investimentos institucionais e não pelo investimento libidinal de seus membros. Rosenberg (2010) afirma que é inegável o fato de que os movimentos políticos regionais e históricos vão produzindo efeitos no campo da criação teórica e na atuação clínica psicanalítica.

Outra temática que apareceu nos comentários foi a não nomeação latente nos comunicados. Nenhum nome é citado, apesar de, dentro de um campo interpretativo, ser possível presumir de quem se fala. Sobre isso, filtramos dois comentários:

A que serve se **furtar de nomear** que candidato a SBPSP acredita que representa os ideais democráticos que diz apoiar? Foi uma infeliz tentativa de “neutralidade” diante de um período político onde há tanto em jogo? Novamente, que triste.

Decepcionante! Esperava mais da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Estão assistindo a escalada autoritária e antidemocrática no país e lançam esse manifesto em cima do muro? **Psicanalistas que negligenciam a importância e os efeitos da nomeação?** Que se esquivam de dar NOME tanto a quem ameaça à democracia quanto a quem representa o contraponto urgente a esse perigo? O que é isso? (ênfase adicionada)

Qual o efeito de nomear o candidato que representou, representa e representará um governo fascista? A SBPSP se furta de nomear Jair Messias Bolsonaro como candidato que coloca a democracia em risco, mas esse não dito reverbera nos comentários. Ao que parece, mais polêmico do que nomeá-lo, foi omitir seu nome. Se considerarmos que o significante é aquele que indica a ausência da coisa, a comunicação, ao omiti-lo, acaba por dar borda ao nome de Bolsonaro. De maneira controversa a todos os comentários, há um que diz: “Portanto 22 BR.” O comentário sugere que a seguidora entendeu que a comunicação da SBPSP falava sobre o apoio a Bolsonaro⁵. A mesma pessoa, ao ser criticada por ter “entendido errado”, reitera que: “(...) Quando não há subjetividade no posicionamento, a interpretação é livre. Respeito o direito de voto secreto, salve a democracia.”

Retomemos a colocação de Rosenberg (2010) de que, quando se assume uma postura omissa, abre-se caminho para que a decisão seja traçada por outros, assim como a interpretação

⁵ 22 era o número eleitoral de Bolsonaro. Lula era representado pelo 13.

seja feita ao gosto do receptor da mensagem. A partir desse comentário, uma seguidora admite que: “(...) culpa dessa declaração morna, que abre brechas para pessoas (...) entender tudo errado. Domingo só tem uma saída democrática. E ela é 13!”. Ao não assumir um lado da história, a SBPSP abre um campo de interpretação. Seria essa a intenção? A partir de uma comunicação de caráter dúbio, agradar a gregos e troianos, ou seja, a lulistas e bolsonaristas?

Os comentários na publicação da SBPSP perdem o rastro extraterritorial e colocam os analistas na cena política. Entretanto, essa inserção se faz mediante a crítica à própria instituição psicanalítica, representada ali pela Sociedade de São Paulo. Um dos comentários afirma que:

@sbp_sp caso o post não queira firmar uma posição isentona dessa instituição, seria possível explicitar - ao menos no texto da legenda! - QUEM representa as liberdades democráticas, o repúdio à violência e o respeito às urnas? Uma hora dessas, exatamente pelos motivos expostos no post, ficar isento é bastante constrangedor.

O coletivo não se manifestou claramente e os analistas, em sua individualidade, lançaram mão de pronunciamentos, isto é, cada um falou por si. Assim como o ocorrido na petição de 2016, em que as Sociedades não assinam as cartas, mas seus membros o fazem individualmente e ela se faz representada. No entanto, com o acirramento político a partir de 2016, o Brasil passou a viver um momento em que o imperativo era se posicionar: direita ou esquerda? Uma condição esquizoparanóide da política brasileira, na qual revivemos a primitiva cisão entre o seio bom e o seio mau de Melanie Klein. Em uma perspectiva paranoica, é preciso saber de que lado o outro está, para assim, contrabalancear o vínculo.

Acreditamos que essa verve nutriu a iniciativa das instituições psicanalíticas se pronunciarem publicamente. Podemos inferir, inclusive, que tenha havido uma pressão interna dos membros para que as sociedades se colocassem na cena social. Não se manifestar em um momento tão delicado e crucial da política brasileira poderia ser um erro. Contudo, mediante a análise dos comunicados, é possível perceber que eles ficaram aquém do esperado e dissonantes

do debate político engajado dos analistas. A neutralidade do analista e sua imparcialidade o fazem incorrer ao Psicanalismo, uma vez que suspende sua responsabilidade e o inocenta de suas ações e omissões.

Castel (1978) destaca que, seja ao reconhecer a política por meio de seus efeitos despolitizados na subjetividade ou como um mero exterior cujas manobras permanecem distantes, a psicanálise evita enfrentar o problema central dos efeitos de sua neutralidade. Porém, ao fazer isso, ela não apaga, mas preserva as implicações políticas resultantes da neutralização que ela mesma opera (Castel, 1978). A partir da leitura dos comentários, é possível perceber que o que se articula é um discurso arquitetado a partir da necessidade de que as instituições não se isentem em um momento tão crítico e não sobre uma crítica ao partidarismo. Assim, quem faz a travessia do fluxo entre a cena social e a extraterritorialidade das instituições são os analistas que formam uma rede que faz furo no imperativo imparcial da comunicação da SBPSP. O discurso apolítico perde validade de verdade a partir dos questionamentos, colocando em xeque o que essa extraterritorialidade analítica designa.

Ainda sobre o ano de 2022, gostaria de destacar uma manifestação feita pela SBPRJ. Em uma das postagens da página da sociedade no Instagram, consta uma fotografia de vários membros fazendo o L. A foto faz parte dos registros do Simpósio Anual do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ, cujo tema foi: “Os tempos do infantil, na cultura, na clínica, na formação”. Essa é a única manifestação de posicionamento político-partidário explícita de uma instituição ipeísta encontrada em minha pesquisa.

A assunção de uma posição política da SBPRJ se faz pelo silenciamento e pela composição imagética da mensagem a ser transmitida. Não há nenhuma comunicação na qual o apoio ao candidato Lula seja assumido. O comunicado oficial feito antes desse registro segue

a esteira da neutralidade e dos não-ditos. Por que essa sociedade decide se arriscar a essa manifestação partidária? E por que o faz através de uma fotografia?

O “faz o L” fez parte do marketing da campanha eleitoral de Lula em 2022 e se transformou em um chavão ideológico, vinculado à narrativa da esquerda brasileira. Aplica-se tanto para prestar apoio quanto para criticar os feitos do atual governo de Lula. Durante a campanha eleitoral, essa imagem desempenha uma função semelhante à de um emoji: promove um achatamento do discurso em torno de uma mensagem curta e que depende da interpretação de quem a recebe. Qual o motivo da SBPRJ, novamente, se furtar da emissão do enunciado a partir da palavra? Por que uma aposta na enunciação através da imagem?

A palavra se faz tão cara no percurso do analista por fazer poder, ou seja, através de circulação, potencializa a capacidade de simbolização dos sujeitos, fazendo com que eles literalmente possam mais. Por mais que o registro de apoio declarado a um candidato no segundo turno das eleições seja extremamente simbólico, perante a conduta asséptica das Sociedades ipeístas, uma manifestação imagética empobrece o discurso.

A imagem representa um fim em si mesma. É isolada, superficial e não abre espaço para a elaboração de uma posição clínica-ética-política da instituição, ou seja, trata-se de uma manifestação lançada a partir da extraterritorialidade analítica. Uma posição que representasse o engajamento dos psicanalistas na cena política, para além da arena eleitoreira, buscaria promover um debate acerca do que é necessário para combater o fantasma do autoritarismo que continuaria à espreita, independentemente do resultado das urnas. Se a sociedade se colocasse de maneira efetiva em cena, estaria aberta ao diálogo com o fluxo e refluxo das narrativas dos comentários das postagens, a partir da implicação da instituição na reverberação produzida pelo seu posicionamento. Outro fator se faz urgente destacar: uma instituição formativa de analistas se cala perante o fato de ter entre seus membros e associados pessoas que se identificam com a

ideologia da extrema-direita brasileira. Parafraseando a frase que encerra a carta aberta da SBPSP em 2018: A história nos serve como alerta; saibamos levá-la em conta! A história da psicanálise brasileira sabe os efeitos do silêncio e da conduta condescendente ao fascismo.

A publicação da foto, embora completamente deslocada de uma comunicação política da SBPRJ, rendeu muitos comentários. Há aqueles que apoiam a iniciativa e reconhecem o quão histórico era aquela posição da instituição. Porém, há os que apontam o ultraje à neutralidade e à conduta apolítica do analista. Muitos se escandalizam e categorizam a SBPRJ como uma associação partidária. Reiteram também que uma instituição psicanalítica deve ser neutra e apolítica. Alguns comentários desautorizam a SBPRJ de seu lugar de construção e transmissão do saber da “outra cena”, pois esta estaria contaminada pela cena social e política! Um dos comentários afirma que: “A psicanálise virou lacração. Perdeu capacidade de crítica, não constrói mais pensantes e sim militantes. Que vergonha!”.

A lacração abordada no comentário é uma gíria muito utilizada na internet. Ultimamente, a ideia de lacrar tem sido adotada em uma conotação política, uma vez que é um termo atrelado à narrativa da esquerda brasileira em seus movimentos de resistência às opressões das minorias. Lacração significa a ação de silenciar o “rival” no debate a partir de uma frase de efeito, isto é, encerrar o diálogo a partir de um argumento irrefutável. Partindo dessa definição da palavra lacração, podemos sugerir que o comentário feito pela seguidora alcança seu efeito, uma vez que a foto apresenta um aspecto tido como inapelável: uma psicanálise politizada.

Outra “acusação” feita no comentário supracitado diz respeito ao fato de a SBPRJ ter perdido sua capacidade crítica, uma vez que “constrói militantes”. Analisaremos essa colocação a partir da ideologia como chave de leitura do que é tratado como militância. O ponto central dessa pesquisa é justamente o pressuposto de que o aparelhamento institucional psicanalítico

se configura como um produtor de ideologia, ou seja, de que ele opera a partir do Psicanalismo. Essa proposta é fundamentada na hipótese de Castel de que a psicanálise, como um conjunto teórico-prático institucionalizado, está cada vez mais alinhada ao polo dominante ideológico na economia de poder.

Assim sendo, negar a preponderância ideológica dentro do aparelho analítico, ou confundi-lo com militância, é desconhecer que a política se faz como alinhavo da técnica psicanalítica! É desconhecer a história do movimento analítico dentro e fora do Brasil e o quanto a teoria psicanalítica interage de forma dialética com a política ao longo do seu desenvolvimento histórico, principalmente sob o alinhamento com a ideologia dominante a fim de manter-se o establishment analítico.

A psicanálise é um produto sócio-histórico, permeado pelas vicissitudes políticas ao longo da história, inserida, portanto, em um campo ideológico específico. Além disso, a psicanálise, ao adotar uma postura de desinteresse intencional pela cena sociopolítica e manter um silêncio efetivo sobre questões políticas, acaba por reproduzir a ideologia dominante. Conforme aponta Rosenberg (2010), a psicanálise sempre esteve influenciada pela política científica, institucional e de formação.

No entanto, a política operada pela comunidade psicanalítica frequentemente tem seu caráter ideológico escamoteado pela suposta neutralidade extraterritorial. Este apagamento da política nas narrativas hagiográficas contribui para esse encobrimento, resultando em um desconhecimento interno das contingências políticas. Há, dentre os comentários, uma afirmação veemente de que a psicanálise nunca fora ideológica: “(...) estão destruindo a neutralidade da psicanálise! Psicanálise não é, e nunca será, política ideológica!”. Não podemos nos furtar de reconhecer que o desconhecimento da própria história é sintoma de muitas instituições psicanalíticas. Tal obscurantismo histórico, se intencional, tem a função de reiterar uma

narrativa mítica e asséptica, desonerando as instituições de seu envolvimento e protagonismo perante o campo ideológico.

Um ponto crucial para nossa análise da postagem da foto polêmica pela SBPRJ são os comentários que deslegitimam a instituição como transmissora da teoria, técnica e método psicanalítico, devido à suposta “ruptura” com seu caráter apolítico. Esses comentários sugerem um descredenciamento da autoridade simbólica da SBPRJ, decorrente da quebra discursiva do imperativo de neutralidade.

Seguem alguns exemplos de comentários na postagem da SBPRJ: “Até me interessei em fazer o curso, porém após essa foto, desanimei percebi que a associação é partidária”, “Uma sociedade psicanalítica ou médica deveria ser apolítica”, “Misturar trabalhos técnicos interessantes com política é uma confusão que me fez perder interesse nesse grupo”, “É uma lástima o que estão fazendo com a psicanálise!”. Há ainda outros dois comentários a serem destacados:

Uma vergonha, pessoas tão esclarecidas apoiarem um corrupto, ladrão, ex presidiário e descondensado [sic]. Onde está a liberdade de expressão do povo que foram SILENCIADOS PELA CENSURA A PEDIDO DI SEU CANDIDATO??? RASGARAM A CONSTITUIÇÃO E VOCÊS APOIAM ISSO. CAÍRAM NO MEU CONCEITO. #FORALULALADRAO

(...) Pura verdade, pior é ver grandes nomes da Psicanálise como Dr. Christian Duncker [sic], com vídeos no YouTube ensinando como votar em Lula, e debochando do nosso Presidente Bolsonaro. Psicanalista lógico, pode falar de política, mas não misturar as coisas.

Retomaremos aqui uma questão genial levantada por Castel: “Por que o psicanalista, que desempenha como qualquer outro os múltiplos papéis e manipula cada vez mais os signos da diferenciação cultural e os critérios da promoção social, age como se manejasse a dinamite unicamente na ‘outra cena’?” (1978, p. 9). Retomamos essa questão para problematizar o fato de que, quando desarma a granada política na cena social, o analista é descredenciado de seu lugar sacerdotal de transmissão da teoria psicanalítica.

Conforme podemos perceber nos comentários ilustrados acima, a partir da manifestação partidária da SBPRJ, a instituição é apontada como um lugar que “mistura” assuntos técnicos com conteúdo político e que, por isso, perdeu seu prestígio na transmissão da psicanálise. É preocupante notar o quanto alguns analistas ainda creem na possibilidade de um corte cartesiano entre o social e o psíquico. Flores (2021) afirma que um discurso que aborda exclusivamente os aspectos da realidade exterior relacionados ao desejo inconsciente não é suficiente para proporcionar uma visão completa do mundo material, da dimensão social e política externa. Contudo, ainda encontramos analistas e instituições que se encarceram em uma visão monista da psicanálise. A partir desse governo do Um e de uma legislação unicamente extraterritorial, a psicanálise se lança na cena social em uma postura ensimesmada.

Interessante a questão levantada por um dos comentários: como poderia então um analista falar de política? Ao que parece, a depender da postura política que o analista ou que a instituição psicanalítica assume para a sociedade, a ética analítica se vê abalada. Tal qual um super-herói que nunca revela sua identidade, o psicanalista deve manter sua existência pautada na legislação extraterritorial para “sobreviver” institucionalmente. Estará autorizado a falar de política apenas de e para o inconsciente (Castel, 1978) e, quando se implica na cena social, na assunção de uma posição que revele sua identidade, se vê desautorizado de sua práxis. Esse veto parte dos seus pares e das sociedades que, enquanto representantes oficiais da psicanálise verdadeira, atuam como aqueles que autorizam o analista ao exercício de sua função. Castel

(1978) sugere que há quem sucumba ao terrorismo intelectual diante dos efeitos de paralisia causados pela psicanálise. Acrescentaríamos que, às vezes, quem sucumbe ao terrorismo institucional é a própria psicanálise.

TERRORISMO EM BRASÍLIA: ATAQUES AO CONGRESSO NACIONAL

O quarto e último recorte a ser analisado são as comunicações das Sociedades de Psicanálise em repúdio aos ataques ao Congresso Nacional. O dia 8 de janeiro de 2023 permanecerá na memória coletiva como um capítulo sombrio na história do Brasil. Nessa data, um grupo de indivíduos, alinhados com ideais extremistas de direita e associados ao bolsonarismo, depredou as instalações dos Três Poderes na capital federal. O objetivo declarado dessa invasão era contestar a legitimidade da eleição presidencial de Lula e fomentar uma ruptura institucional que culminaria em um golpe de Estado. As cenas de barbárie mancharam não apenas a imagem da democracia, mas também resultaram na lamentável destruição de valiosos patrimônios artísticos e culturais do Brasil. A situação foi exacerbada pela aparente inação das forças de segurança e pelo suposto endosso do setor militar, culminando em uma crise que testou os limites da soberania democrática do país.

O que antes era considerado uma mera fantasia persecutória daqueles que se opunham ao bolsonarismo, infelizmente, se materializou, deixando a sociedade em estado de choque. Na sequência dos eventos, a cobertura midiática intensiva refletiu a consternação tanto nacional quanto internacional. A questão transcendia as tradicionais divisões entre direita e esquerda, Bolsonaro e Lula, para se concentrar no confronto entre democracia e autoritarismo.

A tentativa frustrada de um novo golpe civil-militar convocou a sociedade a encarar o real perigo de esfacelamento democrático. As sociedades de psicanálise se manifestaram em relação aos ataques, sendo esse o acontecimento que mais impeliu as instituições à comunicação

pública. Nesse recorte, ampliaremos a análise para todo o rol de comunicações das sociedades psicanalíticas vinculadas à IPA no Brasil. Sobre os ataques terroristas de 2023, manifestaram-se por meio de notas de repúdio: SBPRJ, SPRJ, SBPSP, SBPMG (Sociedade Brasileira de Psicanálise de Minas Gerais), SBPdePA (Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre), SBPCAMP (Sociedade Brasileira de Psicanálise de Campinas), SBPRP (Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto), SPMS, SPBsb, SPFOR (Sociedade Psicanalítica de Fortaleza), SPRPE (Sociedade Psicanalítica de Recife), SPPA (Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre) e SPPEL (Sociedade Psicanalítica de Pelotas). Cabe aqui informar que a Sociedade Brasileira de Psicanálise de Curitiba (SBPCuritiba) não emitiu notas sobre o assunto, e não há registros de publicações dessa instituição relacionadas aos acontecimentos políticos analisados nesta pesquisa.

Dentre os significantes mestres presentes nas notas de repúdio analisadas, ainda encontramos liberdade e democracia; contudo, acrescentam-se ética e verdade. Sobre a ética, esta é abordada como justificativa para a manifestação de algumas sociedades, que, perante o ocorrido, se “sentiram eticamente obrigadas” a se posicionarem. Assim sendo, a ética é referenciada nas comunicações como um ente relacionado a um posicionamento frente à verdade dos fatos. Aqui encontramos um fator importante para a análise, uma vez que as instituições psicanalíticas gozam de um lugar privilegiado no que diz respeito à transmissão da verdade. Perante os atos consumados do dia 8 de janeiro, independentemente da posição ideológica ocupada, a psicanálise performa como aparelhamento de análise e lança vereditos deslocados da cena. Ao ler as notas, recai em nós a sensação de estarmos lendo uma nota de condolências, escrita sob a pressão de prestar acolhimento a um ente que perdeu algo.

Dentre as perdas, algumas notas de repúdio enfatizam o prejuízo histórico resultante da devassa em itens de grande importância para a história e cultura do Brasil. Outras denunciam o ultraje absurdo à democracia e suas instituições garantidoras. Essas comunicações têm um

caráter generalista e seguem uma mesma linha: condenação dos atos, busca por justiça e reafirmação da democracia. Quanto aos comentários, a maioria reforça a relevância do posicionamento e expressa apoio às instituições, muitos deles utilizando emojis.

Uma característica desse recorte temporal que nos chamou a atenção foi o aumento expressivo das comunicações institucionais. O que justificaria essa ampliação significativa na publicação de notas públicas? Acreditamos que, por se tratar de um acontecimento pós-eleição, as instituições se viram imunes a um possível atrelamento partidário. Não cabia mais a defesa reiterada da democracia em virtude da disputa eleitoral. A partir dos ataques a Brasília, a ameaça passou ao ato, e nesse momento, tendo em vista a gravidade dos fatos, a democracia se torna um ente apartidário a ser defendido pela sociedade em um imperativo ético. No entanto, ao examinarmos alguns comentários, percebemos que, mesmo diante dessa situação, as sociedades foram acusadas de partidarismo e de quebra do discurso apolítico. Seguem alguns comentários: “Não é fácil ver supostos profissionais q [sic] lidam com a mente humana emitindo notinha de repúdio quando deveriam no mínimo não demonstrarem partidarismo ... aguardo quando vcs estiverem apanhando desse governo comuna (e q [sic] não vão demorar) HIPÓCRITAS!!!” (SBPdePA⁶), “(...) essas sociedades viraram puxadinho da esquerda petista. O bom é que se pode, agora, ver.” (SBPdePA⁷).

Vocês que trabalham com a psiquê, estão abrindo inquérito, julgando e sentenciando. Está a favor de encarceramento e punição? Desvio de função!!! Aguardem apuração dos fatos, estão com muita sede de conservar. **Muito próximo saberão onde estão metidos e o quanto colaboraram.** (SBPRJ⁸, ênfase adicionada)

⁶ Link da carta de repúdio da SBPdePA; <https://www.instagram.com/p/CnNJwWiOFSv/>

⁷ Link da carta de repúdio da SBPdePA; <https://www.instagram.com/p/CnNJwWiOFSv/>

⁸ Link da carta de repúdio da SBPRJ; <https://www.instagram.com/p/CnM0gDdpDxM/>

Esse último comentário foi publicado na nota de repúdio da SBPRJ. Na afirmação: “Muito próximo saberão onde estão metidos e o quanto colaboraram”, podemos supor uma represália ao apoio partidário feito através da publicação da foto dos membros da sociedade, “fazendo o L”. Conforme é possível perceber, ainda ressoa o discurso da neutralidade do analista. Mesmo em um momento de ultrage máximo a democracia e uma ação golpista arquitetada, há aqueles que acreditam que as sociedades não deveriam se envolver.

Outro comentário, que recupera o contexto de 2022, faz uma crítica a postura isenta da SBPSP em seu manifesto sobre as eleições:

No segundo turno das eleições de 2022 estava claro que HAVIA APENAS UM CANDIDATO que representava o campo democrático. Na altura, a diretoria da SBPSP soltou uma nota débil, vaga, sem nomear os atores e o que simbolizavam naquele pleito. Espero que revejam a forma de se posicionar daqui para frente. Já era para terem se posicionado de forma contundente em outubro. Está claro o que a leniência e a negligência produzem. Não dá pra ficar em cima do muro, neutralidade neste momento é ser conivente com a violência e o autoritarismo. Espero que tenham aprendido. O congresso internacional de psicanálise de Budapeste de 1918 está aí para quem quiser ler. (SBPSP⁹)

Novamente é sugerida a gravidade mediante a não nomeação na referida manifestação. Brum (2019) afirma que é justamente em decorrência daqueles que optam por não comentar ou não se posicionar que o autoritarismo se infiltra, principalmente quando a população teme agir, antecipando o gesto do opressor e se calando antes de ser calada. Ainda segundo a autora, é dessa maneira que o autoritarismo vence antes mesmo de triunfar (Brum, 2019).

⁹ Link da carta de repúdio da SBPSP: <https://www.instagram.com/p/CnNHFxpSU0/>

Em um vislumbre de que o clima polarizado no país, ainda vigente mesmo após as eleições de 2022, as sociedades buscaram uma maneira de se isentarem das questões partidárias. Algumas notas afirmam que o posicionamento realizado pela instituição é feito tomando em consideração as “divergências de opinião” (SPPEL) ou “independente da visão de mundo de cada um” (SPPA). Assentam sua neutralidade no imperativo de garantia do Estado Democrático, mas continuam em uma postura “gatopardista” de não provocarem nem a direita nem a esquerda. Contudo, conforme já foi citado acima, isso não deixou os comunicados imunes de acusações de partidarismo.

Outro aspecto interessante, que continua a surgir, é a incredulidade de alguns analistas diante da adoção da ideologia de extrema-direita em alguns comentários: “Parabéns à SBPdePA pela coragem e lucidez diante de uma conjuntura tão delicada e perigosa. Feliz ou infelizmente, o post serviu para trazer à luz psicanalistas que flertam com o fascismo.” (SBPdePA).

A maior parte dos comentários desse post é puro chorume. É muito esquisito que haja, em 2023, psicanalistas de extrema direita e, sobretudo, burros. Vocês precisam se decidir entre o fascismo e a psicanálise porque essas duas instâncias são inconciliáveis. Parabéns à SBPdePA pela coragem de defender a democracia, condição e horizonte de qualquer psicanálise. (SBPdePA)

Não é possível que um analista seja bolsonarista? Partindo do pressuposto ético básico da psicanálise em seu compromisso com a alteridade, singularidade e com a verdade radical do sujeito, não! Contudo, afirmar que um analista não pode ser alinhado ideologicamente à perspectiva bolsonarista não significa que eles não existam. Em quase todos os recortes temporais analisados nesta pesquisa, é possível encontrar comentários que enunciam um apoio irrestrito à ideologia bolsonarista. Diante disso, é preciso pontuar que, eticamente e

epistemologicamente, um psicanalista bolsonarista não existe. Sobre a possibilidade de um analista poder ser bolsonarista, Silva e Ferreira (2023), afirmam que:

Ora, a partir da dimensão clínica, eixo central de sua prática, ele não pode porque, ao ocupar o lugar de *a*, não estabelece com o outro uma relação de manutenção de um gozo destrutivo, que não leva em conta a responsabilidade subjetiva cujas incidências mais prementes se dão sobre a vivência da alteridade, caminho melhor que o amor, porque exclui o recurso à moral do homem bom. A alteridade permite auxiliar o outro a atravessar a solidão inerente à condição de castração. A política é um fazer inventado pelos humanos para poderem viver juntos e por isso atrelam-se à felicidade. Somos marcados pela linguagem e ela falha sempre, razão por que os discursos não fazem mais do que uma tentativa de laço social, tendo a função de suplência àquilo que se perdeu quando nos humanizamos. Assim, se a democracia está em risco, um psicanalista aliar-se ao lado daqueles que impetram tal risco é, para dizer o mínimo, uma incoerência epistemológica. (Silva & Ferreira, 2023, p. 1614)

A técnica psicanalítica promove a cura através da palavra, baseada na ética da liberdade, que é essencial para que ela circule e opere nas subjetividades dos sujeitos, considerando sua singularidade radical (Oliveira, 2017). Brum (2018) afirma que a autoverdade proclamada pelo bolsonarismo reproduz a verdade do um, que destitui a essência política da garantia do desejo de todos. O que presenciamos na maioria dos comentários analisados são comunicações através da palavra amputada (Brum, 2018). Sejam amputadas através do achatamento discursivo inerente aos emojis, ou através de proclamações de autoverdades, que fecham qualquer brecha de troca discursiva com a alteridade. Assim sendo, a ética do desejo se vê comprometida em uma ideologia de apagamento das diferenças.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos explorar a complexa interseção entre psicanálise, política e história, lançando luz sobre as dinâmicas de poder institucional que sempre permearam a prática psicanalítica. A análise aqui conduzida revelou que a psicanálise, desde seus primórdios, esteve imbricada em contextos políticos turbulentos. Um dos principais pontos a ser destacado ao final deste trabalho é, sem dúvida, a importância de nos apropriarmos da história da psicanálise narrada fora das biografias lendárias. Conhecer essa “outra história” é imprescindível para assimilarmos as interlocuções entre o aparato psicanalítico e a política.

No percurso histórico que percorremos, retomamos nomes apagados das hagiografias por suas relações com a política. Pedacos da história rejeitados por escancararem as relações de poder e política nos bastidores institucionais foram por nós retomados e analisados a partir de seus efeitos. Tal qual o catador de restos do historiador Walter Benjamin, nos detivemos a trechos não (ou mal) contados da psicanálise. A cada discussão que fazíamos no grupo de pesquisa, foi possível perceber que não temos conhecimento da real história da psicanálise e que nossa formação é regida pelas narrativas míticas. Foi gratificante apresentar e discutir a história da psicanálise através do alinhavo político. Mais gratificante ainda foi produzir um texto que levará essa narrativa a outras pessoas interessadas em compreender a verdadeira história da psicanálise e todas as suas nuances.

Recuperar o cenário sociopolítico da Viena do século XIX foi importante para a construção do objeto dessa pesquisa. Para analisarmos como as instituições, enquanto coletividade representativa dos analistas, se posicionam publicamente diante da gravidade social contemporânea, foi necessário operar dentro do regime de historicidade. O que me engajou na escrita desse trabalho foi o fato de que o ato de narrar uma história pode ser um ato político (Benjamin, como citado por Santos, 2017). No entrelaçar entre história, política e

psicanálise, pude articular ideias e críticas para analisar o tempo presente. Santos (2017) afirma que a história, vista como algo inacabado, surge da experiência do historiador com o passado e permanece aberta. E é com essa sensação que escrevi esse trabalho, com fôlego para continuar escrevendo sobre a história da psicanálise, a partir da minha relação com o passado e com uma história que segue aberta, sujeita a ser refeita, construída e desconstruída indefinidamente (Santos, 2017).

A partir dessa escrita, amplio meu horizonte como pesquisadora. Além do frutífero encontro com Castel e seu conceito de Psicanalismo, tive uma experiência enriquecedora com a historiografia. Neste trabalho, encontro minha verve investigativa no estudo da história da psicanálise. Revisitarmos nossa história é um exercício potente para analisarmos o presente de maneira crítica e reflexiva. Com base no entrelaçamento entre história, política e psicanálise, afirmamos neste trabalho que a psicanálise não ocupa um lugar privilegiado no rol das ciências, sendo, na verdade, um produto sócio-histórico.

Se a psicanálise é um produto sócio-histórico, o bom encontro com os escritos de Robert Castel nos guiou ao apreendermos as relações de poder intra e extra-institucionais. Situar a psicanálise no campo sociológico foi essencial. Se a psicanálise opera politicamente em causa própria, isto é, orientada pela tendência à recuperação, buscamos introduzir no campo analítico a crítica realizada de fora dele. Convidamos a história e a sociologia de Castel para dialogar com a psicanálise, a fim de repensar suas próprias práticas. Não mais sob a ótica da análise extraterritorial, mas situando-a no território histórico, social e político como prática engajada ideologicamente.

Isso nos permitiu captar a dinâmica que permeia a relação da psicanálise com o social e o político. Nossa finalidade não foi a de traçar, através do percurso histórico, uma linha de análise progressista da relação da psicanálise com a cena social. Longe de inferirmos que, a

partir de um encontro com o passado, encontraríamos evoluções no tempo presente, nossa intenção foi ler a atuação da psicanálise na cena sociopolítica a partir dos efeitos da história na produção e repetição de sentidos. A história não nos regeu no corte dos fatos, mas sim na interrelação dos momentos históricos destacados com a cena presente. Assim sendo, incluímos a história no fluxo contínuo de suas produções de sentido nas dinâmicas institucionais da psicanálise.

O resgate da fala emblemática de Freud no Congresso de Budapeste em 1917, na qual convoca os psicanalistas para a cena social, nos abriu caminho para refletirmos as interlocuções do social na psicanálise. Mais do que ela agindo no social, foi possível perceber o quanto o social opera no campo psicanalítico. Desde a resistência ao nazismo, envolvimento com a Ditadura Civil-Militar no Brasil até as tensões políticas contemporâneas, a psicanálise reagiu aos eventos políticos em movimentos de contestação e resistência, mas também se posicionou como um agente ativo na replicação da ideologia dominante através de ações pautadas no Psicanalismo.

Em nossas análises, observamos a permeabilidade da extraterritorialidade e do Psicanalismo. O principal tensionador desses dois conceitos, caros ao nosso trabalho, é a neutralidade. Há uma relação limítrofe entre a neutralidade do analista dentro e fora do setting. O que assegura à psicanálise sua posição extraterritorial são a neutralidade e o imperativo do apoliticismo. Contudo, conforme já reiteramos, a psicanálise é um produto sócio-histórico e a escuta de um analista não está livre dos atravessamentos do social. O sujeito do inconsciente também é efeito do fluxo e refluxo sócio-histórico e não é possível centrifugar o social para capturar a pureza do inconsciente. Pregar uma conduta asséptica na escuta é garantir à psicanálise a manutenção do seu establishment que remete ao Psicanalismo. Assim, perpetua o desconhecimento intencional do social e do político, enquanto nega suas interfaces nas produções do inconsciente.

A partir de pesquisas como esta, é possível abrir um debate importante sobre a necessidade de pensarmos juntos a relação entre a neutralidade e o trabalho do psicanalista tanto em intenção quanto extensão. Sob o véu da isenção, é possível perceber a dificuldade dos analistas em lidarem com o que comumente é chamado de impasses na clínica. A exigência de um posicionamento político em um momento de esfacelamento democrático como o que vivemos representa um desses impasses. Em um momento que, conforme afirma Brum (2019), estamos doentes de Brasil, a política invadiu o setting analítico, as produções acadêmicas e as discussões institucionais.

Ultimamente, vivemos outros impasses que sinalizam o deslocamento da psicanálise de sua guarita extraterritorial. Como exemplo desses impasses, podemos resgatar a relação do analista com o dinheiro, a polêmica envolta na abertura de um bacharelado em psicanálise ou até mesmo os debates sobre a regulamentação da profissão de psicanalista. Todo ato que transfere o analista para o terreno mundano do social sofre imediatamente a ação de ser recuperado na cena inconsciente. É como se a psicanálise só se garantisse inócua dentro do seu território e sob manipulação de suas próprias ferramentas. Que outras pesquisas possam convidar a psicanálise a questionar seu papel na cena social ao longo de sua história e problematizar sua relação com a política e a neutralidade na cena atual.

Afirmamos neste trabalho a institucionalização do inconsciente a partir da colonização dos analistas. Não obstante, é necessário problematizar o imperativo de neutralidade, a fim de repensarmos os moldes em que se deu a institucionalização do inconsciente. Esse movimento é perpetrado pela legislação analítica que, alicerçada na neutralidade e na isenção ideológica, dissimula sua função política enquanto aparelhamento de controle social e de distribuição de poder. Assim, reiteramos o convite para que outros pesquisadores possam produzir pesquisas que, a partir do resgate histórico, discutam a relação da psicanálise no campo social e como a neutralidade opera como função de blindagem dos efeitos das outras ciências no campo

analítico. A neutralidade é, incontestavelmente, um representante ideológico pelo qual a psicanálise enaltece sua missão, conformidade e imparcialidade científica.

É necessário lançarmos debates que, assim como Freud em 1917, convoquem a psicanálise novamente à cena social, não sob o espectro oracular no qual ela se camuflou, mas implicada como aparato potente de mudança social. A psicanálise assume-se como uma ciência relevante e não necessita mais de se garantir no rol das ciências sob o véu da neutralidade e imparcialidade. Já é tempo de se assumir como uma ciência da singularidade, que se debruça no entendimento do sujeito e todos os traços que compõem sua alteridade.

A psicanálise se dedica à singularidade e particularidade dos sujeitos, e essa característica também se aplica aos seus analistas, que exercem sua práxis a partir da sua relação transferencial e contratransferencial com seu objeto de escuta. Seja diante de um texto ou de um sujeito que narra as dores e delícias de sua existência, o analista desempenha sua função a partir da singularidade de sua escuta. Aqui se coloca uma questão primordial para o nosso recorte de objeto da pesquisa. Optamos por analisar as instituições psicanalíticas por as considerarmos representantes do coletivo de analistas. Contudo, percebemos, a partir da análise das interações dos comentários, que mesmo sob uma perspectiva apolítica e abstinência, as instituições falharam nessa representatividade. Isso poderia ser um sinal preocupante, mas o seria para outras ciências, pois se a psicanálise não fomenta o discurso do Um, a pluralidade de opiniões potencializa sua capacidade subversiva.

Em nosso trabalho, partimos da questão proposta por Castel (1978) sobre como a psicanálise se propõe subversiva e apolítica ao mesmo tempo. Se a política da psicanálise se diferencia da política tradicional justamente por conceber a subversão do Um como seu discurso principal e por operar a partir da falta e não do que se é, como ela se dispõe a operar na neutralidade?

Ao examinarmos as comunicações das Sociedades do Rio de Janeiro e São Paulo, apreendemos um conflito latente entre a prerrogativa de neutralidade e o engajamento político, necessário para a manutenção da ética psicanalítica. Uma ética que, conforme pontua Checchia (2015), se diferencia da ética da política tradicional por trabalhar a separação em detrimento da alienação dos sujeitos, transformando o Um em Cada Um.

Diante disso e a partir do que foi trabalhado nesta dissertação, concordamos com Flores (2021) quando ele nos sugere que é imprescindível que os psicanalistas discutam o que entendem por subversão e qual é o potencial transformador do sujeito que estão evocando. Sem essa reflexão, incorremos ao Psicanalismo, sob a negação do social, ou cairemos na negação da radicalidade do inconsciente e quebra da narrativa alteritária. A psicanálise não deve se isentar, mas comportar a capacidade de funcionar na transitoriedade.

Através de uma abordagem crítica e reflexiva, esta pesquisa destacou a importância da psicanálise não se isentar do debate político. A escuta psicanalítica, por sua natureza transgressora, permite romper com as normativas coletivas e destacar a singularidade dos sujeitos, atuando assim como um baluarte contra a homogeneização imposta por regimes autoritários e instituições opressoras. Em nossa pesquisa, podemos perceber também que a instituição opressora pode estar encarnada nas instituições psicanalíticas e o impacto dessa posição autoritária se faz ver em recortes da história. Ao retomar os casos Amílcar Lobo e Marcelo Vinãr, podemos perceber a repetição da história, a partir da relação transferencial dos analistas com as instituições. A impossibilidade de manejo de uma transferência que se propõe como indissolúvel, remonta a relação autoritária e coloca os analistas como vítimas de uma violência institucional.

Diante da repetição histórica e do poder da neutralidade na interlocução entre instituições e a cena social, destacamos a importância de politizar as instituições psicanalíticas.

É crucial abrir espaços de discussão para quebrar o dogma do apoliticismo, deliberando sobre o papel do psicanalista e da psicanálise na sociedade contemporânea. Marcelo Checchia (2020) afirma que a clínica psicanalítica é um dispositivo. Se tomarmos essa afirmação de um ponto de vista foucaultiano, entenderemos a clínica como ferramenta de disciplina, controle e submissão (Checchia, 2020). Podemos sugerir que uma psicanálise operada a partir do Psicanalismo configuraria um dispositivo com essas finalidades.

Não obstante, partindo dessa perspectiva, o autor ressalta que a clínica deve ser tratada como um contradispositivo, uma vez que opera como espaço de reconstituição simbólica para os sujeitos ao fazer poder e não ao exercer seu poder. Para considerar a psicanálise como potência de fazer poder, isto é, ofertar aos sujeitos a possibilidade de ampliação de seu campo simbólico, é necessário que ela considere a dimensão política. Checchia (2020) retoma o conceito de contradispositivo na perspectiva teórica de Agamben, ao afirmar que a práxis analítica contém elementos que se entrelaçam em uma dinâmica de forças políticas semelhante ao dispositivo. Contudo, seu objetivo é restaurar a liberdade, devolvendo o lugar de fala ao sujeito que foi silenciado pelo discurso autoritário.

A partir dessa argumentação de Checchia (2020), relançamos nosso interesse de pesquisa, que foi o de operar em um regime de historicidade e, através dele, dar lugar de fala a enredos ocultados ou intencionalmente esquecidos da história da psicanálise. Na intenção de abrir espaço para novos destinos do engajamento político da psicanálise, investigamos as instituições psicanalíticas e as reverberações de seu aparelhamento político no social. Por meio da revisão histórica da relação da psicanálise com a política, podemos reconhecer suas limitações, assim como refletir sobre a ampliação do alcance do contradispositivo analítico a partir de uma atuação multiterritorial.

Que os muros da extraterritorialidade possam ser transformados em pontes que ofereçam às instituições travessia livre no fluxo e refluxo da cena sociopolítica. Que, nesse trajeto, a psicanálise possa consentir que lembrar, e nomear, é melhor do que se fazer esquecer, para que se aproprie de sua história por completo. E, por fim, enseja-se que a travessia livre no fluxo e refluxo da cena sociopolítica possa ser feita através da circulação da palavra e da escuta analítica na cena social, promovendo uma multiterritorialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, R. (2023). O centro e as margens na psicanálise: política, instituições e autoridade. In: Pizzimenti, E. C. (Org.). (2023). *A formação do psicanalista e os princípios de seu poder: cenas do impossível* (157-169). Discurso.
- Antônio, Maria Carolina Araújo (2015). *A ética do desejo: Estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de Psicanálise* [Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP.] Repositório Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7054>.
- Arendt, Hannah. (1979). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Barbalho, A. (2000). Estado autoritário brasileiro e cultura nacional: entre a tradição e a modernidade. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 19, p. 71-82.
- Barbeiro, Felipe de Souza, & Reis, Maria Elizabeth Barreto Tavares dos. (2021). Comunicação a distância na psicanálise, ontem e hoje: uma revisão narrativa. *Psicologia em Revista*, 27(1), 245-264. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p245-264>
- Barembit, G. (2022). *Acerca do Psicanalismo, de Robert Castel*. <https://igbbh.com.br/acerca-do-psicanalismo-de-robert-castel/>
- Cárdenas, O. D. M., & Guerra, A. M. C. (2018). *Pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais na universidade: potencialidade política na subversão dos discursos*. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(11), 227–250. Recuperado de <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/182>. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2018.v.6.n.11.182>
- Candiota, L. R. S. A “economia” da formação de psicanalistas: esboço de um modelo hipotético. *Jornal de Psicanálise*, n.21, p.6-42. 1976.

- Capez, F. (2011). *Curso de direito penal, volume 1, parte geral: (arts. 1º a 120)* (15th ed.). São Paulo: Saraiva.
- Carneiro, Kelber Silvio Rios. (2010). Psicanálise como um modo de saber e poder. *Cógito*, 11, 29-35. Recuperado em 29 de março de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792010000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Castel, R. (1978). *O Psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- Castro, J. E. (2010). O método psicanalítico e o estudo de caso. In F. Kyrillos Neto & J. O. Moreira (Eds.), *Pesquisa em Psicanálise: Transmissão na Universidade* (pp. 24-35). Barbacena, MG: EdUEMG.
- Castro, L. L. de. (2021). *A coragem de Hélio Pellegrino de romper o silêncio na psicanálise: implicações teóricas, éticas e políticas*. [Tese de Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília.] Repositório Universidade de Brasília. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/43816>
- Certeau, M. (2023). *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção* (G. J. de Freitas Teixeira, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Chauí, M. de S. (1994). *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense.
- Checchia, M. A. (2015). *Poder e política na clínica psicanalítica*. Annablume Editora.
- Checchia, M. A. (2020). *Origens psíquicas da autoridade e do autoritarismo*. Dialética.
- Coelho, D., & Cunha, E. L. (2021). Quatro condições para a pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 32, e190162. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190162>
- Coimbra, C. (195). *Guardiões da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina o Autor.

- Costa, A. O., & Marino, A. S. (2018). O herói na psicanálise de Freud e Lacan: revolução e subversão. *Psicologia USP*, 29(3), 394–403. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170095>
- Csillag, M. C., & Prizskulnik, L. (2016). *Neutralidade e ato em Freud, Lacan e na clínica da contemporânea*. *Leitura Flutuante*, 8(1), 39-55. Recuperado de <http://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/28507/20131>
- Danto, E. A. (2020). *As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e justiça social* (Estudos). Editora Perspectiva.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (A. L. de Oliveira & L. C. Leão, Trans.). Rio de Janeiro: Editora 34. (Coleção TRANS)
- Dunker, C. I. (2018). *O ato cardinal entre psicanálise e democracia: Lacan e a política*. *Estilos da Clínica*, 23(1), 15-32. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i1p15-32>
- Dunker, C. I. L. (2019). Psicanálise no Brasil: uma exceção no mundo. *Revista Cult*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/psicanalise-brasil-excecao-no-mundo/>
- Elia, L. (2022, 13 de maio). *A presença do psicanalista, hoje e sempre, é intervenção no conflito*. [Resumo]. XVIII CER-Brasil, Jornada interna: “Presença do analista, hoje” - evento de Convergencia, Vitória, ES. https://appoa.org.br/correio/edicao/322/a_presenca_do_psicanalista_hoje_e_sempre_e_intervencao_no_conflito/1132
- Facchinetti, C., & Ponte, C. (2003). De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil. *Psychê*, VII (11), 59-83.
- Filho, G. C. (Ed.). (1982). *Crise na psicanálise*. Graal.

- Flores, Juan, & Maranhão, Bernardo. (2021). A psicanálise: impacto da realidade social. *Estudos de Psicanálise*, (55), 17-31. Recuperado em 27 de julho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372021000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Fontes, Flávio Fernandes. (2014). A crítica à psicanálise: um capítulo censurado. *Psicologia em Revista*, 20(3), 446-459. <https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2014v20n3p446>
- Frausino, Carlos Cesar Marques. (2020). Um olhar sobre Virgínia Leone Bicudo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(3), 226-236. Recuperado em 27 de julho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2020000300017&lng=pt&tlng=pt.
- Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico (1914). In S. Freud, *Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010). Uma dificuldade da psicanálise (1917). In S. Freud, *História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010). Caminhos da terapia psicanalítica (1919). In S. Freud, *História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1996). Por que a guerra? (1933). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1937/1996). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 231-270). Rio de Janeiro: Imago.

Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia Em Estudo*, 13(1), 25–33.

<https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100004>

Füchtner, H. (2000). *O caso Werner Kemper: Psicanalista, seguidor do nazismo, nazista, homem da Gestapo, militante marxista*. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 13(138), 49-89.

Gabarron-Garcia, F. (2022). *Uma história da psicanálise popular*. (C. Euvaldo, Trad.). São Paulo: Ubu Editora.

Goldenberg, R. (2006). *Política e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Goldenberg, R. (2023). Da psicanálise em risco de regulamentação. In: *Pizzimenti, E. C. (Org.). (2023). A formação do psicanalista e os princípios de seu poder: cenas do impossível* (91-110). Discurso.

Hartog, F. (2014). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo* (A. S. de Menezes, B. Breffart, C. R. Moraes, M. C. de A. Silva & M. H. Martins, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.

Katz, C. (Ed.). (1985). *Psicanálise e Nazismo*. Rio de Janeiro: Taurus.

Koselleck, R. (2006). Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In R. Koselleck, *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (pp. 305-327). Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio.

Kyrillos Neto, F. (2010). A psicanálise na universidade e sua relação com as instituições formadoras. In F. Kyrillos Neto & J. O. Moreira (Eds.), *Pesquisa em Psicanálise: Transmissão na Universidade* (pp. 156-166). Barbacena, MG: EdUEMG.

Kyrillos Neto, F. & Pádua, M. L. G. (2015). Ditadura militar e as Sociedades Psicanalíticas: relações e ressonâncias na práxis. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 32-45. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200004&lng=pt&tlng=pt.

- Lacan, J. (1973/1988). *O seminário: livro 11 – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *Seminário 17 - o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1993). *Televisão [1975]* (A. Quinet, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 127-151. (1955/1998). A coisa freudiana. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 401-437.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de psicanálise* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Laurent, E. (1999). A cidade analítica: o analista cidadão. *Curinga*, 13, 12-19. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Lima, R. A. (2019). Clínicas públicas nos primórdios da psicanálise: uma introdução. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 12, 292-314. Disponível em:
<https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292/242>
- Lima, R. A. (2021). *A Psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. [Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
<https://doi.org/10.11606/T.47.2021.tde-12082021-220350>
- Mandelbaum, B. (Diretor), & Vasconcellos, R. (Produtor). (2014). *Psicanálise brasileira nos tempos da ditadura os casos de Amílcar Lobo e Hélio Pellegrino*. [Vídeo]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
<https://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=21820>
- Maniakas, G. F. (2019). A psicanálise nos primeiros tempos da Rússia Soviética. *Discurso: Revista do Departamento de Filosofia da USP*, 49(1), 127-139.
<https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2019.159306>

- Marchon, P. (2016). A fundação da International Psychoanalytical Association (IPA) e da Sociedade Psicanalítica de Fortaleza (SPFOR) - Psicanálise: profissão da esperança e da realidade. *Reverie: Revista da Sociedade Psicanalítica de Fortaleza*, 9(1), 1-2.
- Mattl, S. (2013). O caso da Viena Vermelha. Lua Nova: *Revista De Cultura E Política*, (89), 191–213. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000200008>
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (C. A. R. de Moura, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Mello, R. (1982). Os barões da psicanálise (1980). In: Cerqueira Filho, G. (Org.), *Crise na psicanálise* (pp. 181-188). Rio de Janeiro: Graal.
- Melloni, M. T. S. (2009). *O Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro (1937-1959): um processo de institucionalização*. [Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.]
Repositório Institucional da Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6109>
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Oliveira, C. L. M. V. de. (2005). *História da psicanálise em São Paulo* (1ª ed.). São Paulo: Editora Escuta; Fapesp.
- Oliveira, C. L. M. V. de. (2017). *Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 24(Supl.), 79-90. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/CTjZwMZ9HJNgtFy39DPxnkk/?format=pdf>
- Paiva, V. L. M. de O. (2016). *A linguagem dos emojis. Trabalhos Em Linguística Aplicada*, 55(2), 379–401. <https://doi.org/10.1590/010318134955176321>
- Pedroso, M. R. (2020). *Clínicas Sociais: Origens e Desenvolvimentos. REVISTA LATINO-AMERICANA DE PSICOLOGIA CORPORAL*, 7(10), 50–58 Recuperado de <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/101>

- Pellegrino, H. (1982). *Análise da Instituição Psicanalítica: Um Caso Clínico* (1981). In: Cerqueira Filho, G. (Org.), *Crise na psicanálise* (pp. 31-51). Rio de Janeiro: Graal.
- Porto-Carrero, J. P. (1933). *Psicanálise de uma civilização*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara; Waissman; Koogan.
- Prado, L. E. (2021). *Atendimento psicanalítico por telefone: Donald Winnicott, Walter Benjamin, a clínica no país das vozes*. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 55(2), 87-100. Recuperado em 29 de março de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2021000200007&lng=pt&tlng=pt
- Rosa, M. D. (2004). *A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica*. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). *O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação*. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180–188 <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>
- Rosenberg, A. M. S. (2010). *Psicanálise, política e regulamentação: seus efeitos na clínica e na formação*. *Percurso*, 23(45), 57–68. Recuperado de <https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/1224>
- Roudinesco, E. (1995). *Genealogias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roudinesco, E. (2017). *História da psicanálise*. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 197-2101.
- Santos, R. A. N. (2016). *A história da psicanálise em Minas Gerais: dos primeiros tempos à institucionalização (1925-1963)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de

- São João del-Rei, São João del-Rei.] Repositório da Universidade Federal de São Joao del-Rei. <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/Rodrigo%20Afonso%20Nogueira%20Santos.pdf>
- Segnini, L. (2013). Memória: Robert Castel (1933-2013). Entrevista concedida a Graziela Wolfart. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, Edição 416, Abril, 2013. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4926-liliana-segnini>
- Silva, A. C. (2020). Freud, Lacan e o que eles dizem sobre a política. In C. B. Alvez & R. L. S. Pedroza (Orgs.), *Psicanálise, política e educação: construindo convergências e contextos diversos* (pp. 19-44). Curitiba: Appris.
- Silveira, F. (2016). *Ouro, Cobre e Chumbo: a psicanálise, o grupo e o movimento analítico brasileiro em tempos de ditadura*. [Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade de São Paulo.] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-16092016-153834/pt-br.php>
- Tavares, F. M. (2020). EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL BRASILEIRA. *Jusbrasil*. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/extraterritorialidade-da-lei-penal-brasileira/944926743>
- Toledo, C. N. de .. (2004). 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira De História*, 24(47), 13–28. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>
- Torquato, L. C. (2015). História da psicanálise no Brasil: Enlaces entre o discurso freudiano e o projeto nacional. *Revista de Teoria da História*, 142, 47-77. doi:10.5216/rth.v12i2.39248
- Vianna, H. R. (1994). *Psychoanalyse and Politik In Brasilien*. Rio de Janeiro.

- Vianna, H. R. (2010). A invenção da psicanálise e a correspondência Freud/Fliess. *Estilos da Clínica*, 15(2), 460-479. [Link]
(http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282010000200012&lng=pt&)
- Vidal, P. E. V. (2010). A invenção da psicanálise e a correspondência Freud/Fliess. *Estilos Da Clínica*, 15(2), 460-479. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v15i2p460-479>
- Volpe, M. M. (2020). Um divã com asas: algumas considerações sobre psicanálise política e formação. In C. B. Alvez & R. L. S. Pedroza (Orgs.), *Psicanálise, política e educação: construindo convergências e contextos diversos* (pp. 19-44). Curitiba: Appris.
- Voltolini, R. (2018). O psicanalista e a pólis. *Estilos Da Clínica*, 23(1), 47-61. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i1p47-61>
- Voltolini, R. (2023). Os analistas *fast-food* versus “o meu reino não é deste mundo. In: Pizzimenti, E. C. (Org.). (2023). *A formação do psicanalista e os princípios de seu poder: cenas do impossível* (157-169). Discurso.